



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - PPGE

SUICÍDIO E EDUCAÇÃO BÁSICA:
Vozes do inaudito

MARCEL SILVA BARBOSA

SÃO PAULO
2024

MARCEL SILVA BARBOSA

**SUICÍDIO E EDUCAÇÃO BÁSICA:
Vozes do inaudito**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Nove de Julho (UNINOVE) como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof.^a Dra. Elaine Teresinha Dal Mas
Dias

Linha de Pesquisa: Educação, Filosofia e Formação
Humana (LIPEFH).

SÃO PAULO

2024

Barbosa, Marcel Silva.

Suicídio e educação básica: vozes do inaudito. / Marcel Silva Barbosa. 2024.

164 f.

Dissertação (Mestrado)- Universidade Nove de Julho - UNINOVE, São Paulo, 2024.

Orientador (a): Prof^a. Dr^a. Elaine Teresinha Dal Mas Dias.

1. Suicídio. 2. Educação básica. 3. Adolescência. 4. Pensamento complexo. 5. Docentes. 6. Gestores.
- I. Dal Mas Dias, Elaine Teresinha. II. Título

CDU 37

SUICÍDIO E EDUCAÇÃO BÁSICA: VOZES DO INAUDITO

Dissertação de mestrado apresentada à Universidade Nove de Julho – UNINOVE, ao Programa de Pós-Graduação em Educação, para obtenção do título de Mestre em Educação pela banca examinadora formada por,

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Elaine Teresinha Dal Mas Dias ((UNINOVE)

Examinador I: Prof. Dr. Evando Carlos Moreira (UFMT).

Examinador II: Prof.^a Dr.^a Ligia de Carvalho Abões Vercelli (UNINOVE)

Suplente I: Prof.^a Dr.^a Cristina M. Hashizume (UEPB)

Suplente II: Prof. Dr. Carlos Bauer (UNINOVE)

Mestrando: Marcel Silva Barbosa

Aprovado em ____/____/____

Dedico esta pesquisa à minha mãe Maria que sempre apoiou e me incentivou a estudar para que eu chegasse até aqui.

Aos gestores escolares e a todos que se interessam pela temática.

AGRADECIMENTOS

À Universidade Nove de Julho – UNINOVE, pelo investimento na pesquisa acadêmica, por meio da concessão de bolsas de estudo.

Ao programa de bolsas da CAPES/PROSUP, pelo incentivo e suporte à ciência, por meio de bolsa auxílio à pesquisa.

À minha orientadora de pesquisa, Prof.^a Dra. Elaine Teresinha Dal Mas Dias, por compartilhar seu conhecimento, por construir comigo esta pesquisa e por ser uma profissional inspiradora. Serei eternamente grato a ela por ter trilhado esse caminho comigo.

Aos professores do PPGE, Cleide, Severino, Márcia, Rose, Tavares e Romão que tanto contribuíram à minha formação pessoal e profissional por meio dos conhecimentos e ensinamentos compartilhados. É uma honra ter sido aluno de professores tão qualificados.

Aos meus amigos do PPGE, Adriano, Valéria, Gustavo, Rafael, Noemi, Cintia, Ângela e José Humberto por trilharem comigo este caminho e pelo apoio durante toda a pós-graduação. Em especial o Helvécio por estar presente nas conquistas e nas dificuldades encontradas, encorajando e incentivando para que eu não desistisse. Ao Elvis pela preocupação e cuidado que teve comigo. E ao Alexandre pela atenção e parceria de sempre.

À professora da graduação Tatiane Rondini por ser um exemplo de profissional e pelo apoio e incentivo.

Aos profissionais que concederam as entrevistas, acreditaram na pesquisa e confiaram a mim suas inquietações acerca do tema proposto.

Aos membros da banca que se interessaram pela minha pesquisa e contribuíram de forma singular para que o meu trabalho pudesse ser aprimorado.

À minha mãe, Maria das Virgens Silva, por todo o auxílio, companheirismo, escuta, cuidado e por ser a maior incentivadora durante todo o processo; aos meus irmãos e sobrinhos pelo apoio que deram.

“A morte introduz a contradição no centro da consciência do sujeito”.

Edgar Morin

BARBOSA, Marcel Silva. **Suicídio e educação básica: vozes do inaudito.** São Paulo, 2024. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Nove de Julho, 2024.

RESUMO

De acordo com a Organização Mundial da Saúde, morrem por ano, no mundo, aproximadamente 720.000 pessoas por suicídio. No Brasil, entre 2011 e 2022, os óbitos por autocídio aumentaram 67,08%. Trata-se de um problema mundialmente relevante visto que está presente entre os adolescentes e jovens de 15 a 29 anos, ocupando a terceira posição entre as principais causas de morte mais frequente nesta população. Os professores e gestores dos anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, ao assumirem os seus papéis na formação humana de discentes na adolescência, assumem também o compromisso diante das demandas associadas a esse tipo de morte. Nesse contexto, esta dissertação tem como objeto de pesquisa o suicídio e como objetivo geral analisar a percepção de gestores e professores acerca do suicídio e as suas possíveis implicações na educação básica; e como objetivos específicos: a) Identificar tabus, preconceitos e dificuldades para lidarem com a temática suicídio na educação básica; b) evidenciar se há desamparo institucional em relação à docência e a gestão sobre essa temática. O referencial teórico utilizado consiste em autores que versam sobre a consciência da morte; a sociologia pensando o suicídio como um fato social; o suicídio sob a ótica da filosofia; a adolescência do ponto de vista da psicanálise; e sobre a teoria da complexidade, sendo explorados os princípios operadores, os complexos imaginários, o *imprinting* cultural, a ecologia da ação e a compreensão complexa. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa de natureza comprensiva que utilizou como instrumento a entrevista aberta não estruturada com uma docente, três coordenadoras, três diretoras e um diretor dos anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, todos servidores de escolas municipais ou estaduais do estado de São Paulo. Os resultados da pesquisa evidenciam que o suicídio continua, ao longo da história, envolto a tabus e estigmas; que os profissionais entrevistados estão despreparados para lidar com a questão do suicídio e estão desassistidos pelo poder público, uma vez que não existem políticas públicas eficazes e nem formação capazes de trazerem segurança à comunidade escolar ao abordar questões de saúde mental e o autocídio. Mostram, ainda, que a comunidade escolar e a aprendizagem são impactadas diretamente quando ocorrem ideações, tentativas e a concretização da morte autoprovocada; identificando também a ausência de equipes multiprofissionais nas escolas para dar suporte à comunidade, mais precisamente, a ausência de profissionais da Psicologia.

Palavras-chave: Suicídio; Educação básica; Adolescência; Pensamento complexo; Docentes; Gestores.

BARBOSA, Marcel Silva. **Suicide and basic education:** voices of the unsaid. São Paulo, 2024. Dissertation (Master's Degree). Post-graduation Program in Education, Nove de Julho University, 2024.

ABSTRACT

According to the World Health Organization, approximately 720,000 people die from suicide each year around the world. In Brazil, between 2011 and 2022, deaths due to autocide increased by 67.08%. This is a globally relevant problem as it is present among adolescents and young people aged 15 to 29, ranking third among the most common causes of death in this population. Teachers and managers of the final years of Elementary and Secondary education, when take on their roles in the human formation of students in adolescence, also take on a commitment to the demands associated with this type of death. In this context, this dissertation has suicide as its research object and its general objective is to analyze the perception of managers and teachers regarding suicide and its possible implications in basic education; and as specific objectives: a) to identify taboos, prejudices and difficulties in dealing with the topic of suicide in basic education; b) to highlight whether there is institutional helplessness in relation to teaching and management on this topic. The theoretical framework used consists of authors who deal with the awareness of death; sociology thinking of suicide as a social fact; suicide from the perspective of philosophy; adolescence from the perspective of psychoanalysis; and about the complexity theory, exploring operating principles, imaginary complexes, cultural imprinting, ecology of action and complex understanding. This research has qualitative approach with a understanding nature that used as an instrument an open, unstructured interview with a teacher, three coordinators, three directors and a director of the final years of Elementary and Secondary education, all employees of municipal or state schools in the state of São Paulo. The research results show that suicide continues, throughout history, to be surrounded by taboos and stigma; that the professionals interviewed are unprepared to deal with the issue of suicide and are unassisted by public authorities, since there are no effective public policies or training capable of bringing security to the school community when addressing issues of mental health and autocide. They also show that the school community and learning are directly impacted when ideations, attempts and the implementation of self-inflicted death occur; also identifying the absence of multidisciplinary teams in schools to support the community, more precisely, the absence of Psychology professionals.

Keywords: Suicide; Basic education; Adolescence; Complex thinking; Teachers; Managers.

BARBOSA, Marcel Silva. **Suicidio y educación básica:** voces de los no escuchados. 2024. Disertación (Maestría) - Programa de Posgrado en Educación, Universidad Nove de Julho, São Paulo, 2024.

RESUMEN

Según la Organización Mundial de la Salud, aproximadamente 720.000 personas mueren cada año por suicidio en todo el mundo. En Brasil, entre 2011 y 2022, las muertes por autocidio aumentaron un 67,08%. Este es un problema de relevancia mundial ya que está presente entre adolescentes y jóvenes de 15 a 29 años, ocupando el tercer lugar entre las causas más comunes de muerte en esta población. Docentes y directivos de los últimos años de Educación Primaria y Secundaria, al asumir sus roles en la formación humana de los estudiantes en la adolescencia, también asumen un compromiso con las demandas asociadas a este tipo de muerte. En este contexto, esta disertación tiene como objeto de investigación el suicidio y tiene como objetivo general analizar la percepción de directivos y docentes respecto al suicidio y sus posibles implicaciones en la educación básica; y como objetivos específicos: a) identificar tabúes, prejuicios y dificultades en el abordaje del tema del suicidio en la educación básica; b) resaltar el desamparo institucional en relación con la docencia y la gestión. El marco teórico utilizado está formado por autores que abordan la conciencia de la muerte; la sociología piensa en el suicidio como un hecho social; suicidio desde la perspectiva de la filosofía; adolescencia desde la perspectiva del psicoanálisis; y sobre el teoría de la complejidad, explorando principios operativos, complejos imaginarios, impronta cultural, ecología de la acción y comprensión compleja. Esta es una investigación con enfoque cualitativo de carácter comprensivo que utilizó como instrumento una entrevista abierta y no estructurada a un docente, tres coordinadores, tres directores y un director de los últimos años de Educación Primaria y Secundaria, todos empleados de escuelas municipales o estatales del estado de São Paulo. Los resultados de la investigación muestran que el suicidio continúa, a lo largo de la historia, rodeado de tabúes y estigmas; que los profesionales entrevistados no están preparados para abordar el tema del suicidio y no cuentan con la asistencia de las autoridades públicas, ya que no existen políticas públicas ni capacitación efectivas capaces de llevar seguridad a la comunidad escolar en el tratamiento de temas de salud mental y autocidio. También muestran que la comunidad escolar y el aprendizaje se ven impactados directamente cuando ocurren ideaciones, intentos y la implementación de la muerte autoinfligida; identificando también la ausencia de equipos multidisciplinarios en las escuelas para apoyar a la comunidad, más precisamente, la ausencia de profesionales de la Psicología.

Palabras clave: Suicidio; Educación básica; Adolescencia; Pensamiento complejo; Maestros; Gerentes.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Pesquisas (CAPES) – Palavras-chave associadas	27
Quadro 2 - Pesquisas (BDTD) - Palavras-chave associadas	27
Quadro 3 - Áreas de pesquisa - Suicídio e educação básica.....	30
Quadro 4 - População entrevistada.....	99

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Pesquisas (CAPES e BD TD) – Palavra-chave específica.....	28
Tabela 2 - Pesquisas - Suicídio e educação básica	29
Tabela 3 - Pesquisas em periódicos (CAPES e SCIELO) - Palavra-chave específica.....	39

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Triplo dado antropológico	45
Figura 2- Tetrálogo - ordem/desordem/organização	83

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Pesquisas <i>Stricto sensu</i> - Educação e suicídio.....	28
Gráfico 2 - Suicídio no Brasil – OMS/WHO/IBGE	58
Gráfico 3 - Suicídio no Brasil - População com 5 anos ou mais	60
Gráfico 4 - Suicídio no Brasil - População entre 10 e 19 anos.....	61

LISTA DE SIGLAS

ATPC	- Aulas de Trabalho Pedagógico Coletivo
BDTD	- Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BNCC	- Base Nacional Comum Curricular
CAPS	- Centro de Atenção Psicossocial
CAPES	- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CID	- Classificação Internacional de Doenças
COVID	- Corona Vírus Disease
CRAS	- Centro de Referência da Assistência Social
CREAS	- Centro de Referência Especializado de Assistência Social
DSM-5	- Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais
ECA	- Estatuto da Criança e do Adolescente
EJA	- Educação de Jovens e Adultos
FURG	- Universidade Federal do Rio Grande
IFGOIANO	- Instituto Federal Goiano
IFMT	- Instituto Federal de Mato Grosso
IFSUL	- Instituto Federal do Rio Grande do Sul
JEIF	- Jornada Especial Integral de Formação
LDB	- Lei de Diretrizes e Bases da Educação
NAAPA	- Núcleo de Apoio e Acompanhamento para a Aprendizagem
OMS	- Organização Mundial da Saúde
POC	- Professor Orientador de Convivência
PNDH	- Programa Nacional de Direitos Humanos
PUC-MG	- Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
SUS	- Sistema Único de Saúde

- TCA - Trabalhos Colaborativos de Autoria
- TCC - Trabalho de Conclusão de Curso
- UBS - Unidade Básica de Saúde
- UCB - Universidade Católica de Brasília
- UECE - Universidade Estadual do Ceará
- UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro
- UERN - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
- UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados
- UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais
- UFMS - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
- UFPE - Universidade Federal de Pernambuco
- UFPI - Universidade Federal do Piauí
- UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro
- UNEB - Universidade do Estado da Bahia
- UNIFOR - Universidade de Fortaleza
- UNOESTE - Universidade do Oeste Paulista
- WHO - World Health Organization

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	19
1. INTRODUÇÃO	25
1.1 REVISÃO DE LITERATURA.....	27
2. A MORTE, O SUICÍDIO E A SOCIEDADE	43
2.1 MORTE E SUAS REPRESENTAÇÕES	43
2.2 O QUE DIZEM OS FILÓSOFOS SOBRE SUICÍDIO?	47
2.3 SOCIEDADE E A RESPONSABILIDADE COMO DEVIR.....	54
3. ADOLESCÊNCIA, EDUCAÇÃO E LEGISLAÇÃO	62
3.1 ADOLESCÊNCIA	62
3.1.1 Possíveis fatores e causas do comportamento suicida e do suicídio na adolescência	66
3.2 EDUCAÇÃO E LEGISLAÇÃO.....	70
3.2.1 Estatuto da Criança e do Adolescente.....	77
3.2.2 Portaria nº 1.876, de 14 de agosto de 2006.....	78
3.2.3 Programa Nacional de Direitos Humanos	79
3.2.4 Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio.....	80
4. PARA PENSAR O COMPLEXO	82
4.1 PRINCÍPIOS OPERADORES DA COMPLEXIDADE.....	87
4.2 COMPLEXOS IMAGINÁRIOS	90
4.3 IMPRINTING CULTURAL	93
4.4 ECOLOGIA DA AÇÃO.....	93
4.5 A COMPREENSÃO COMPLEXA	94
5. PERCURSO METODOLÓGICO	97
5.1 NATUREZA E TIPO DE PESQUISA.....	97
5.2 INSTRUMENTO DE PESQUISA.....	97
5.3 POPULAÇÃO DE ESTUDO	99
5.4 LOCAL DAS ENTREVISTAS	100
5.5 ANÁLISES DAS ENTREVISTAS	100
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	110
REFERÊNCIAS	114
APÊNDICE A – Entrevistas	123

**APÊNDICE B – TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido de Participação
em Pesquisa Clínica.....163**

APRESENTAÇÃO

Esta pesquisa tem origem nas experiências e reflexões que desde minha tenra idade pairam na inquietude de buscar respostas acerca das diversas questões que permeiam a existência humana, ou talvez, a minha existência. Ao remontar e organizar as lembranças e lapidá-las para que fosse possível, com clareza, apresentar as motivações que conduziram a minha curiosidade, vontade e determinação para explorar o tema suicídio¹ e educação básica, revivi momentos importantes, bons e conflituosos.

Caçula com diferença de quatro anos de idade em relação aos meus irmãos, vivenciei desde cedo todas as dificuldades que o filho de um adicto tende a enfrentar. Alcoólico, meu pai enfrentou todas as dificuldades que o vício lhe impôs. Isso implica em mudanças de humor, agressividade, violências contra ele e contra os outros, inclusive contra filhos e a esposa. Foram dez anos de sobrevivência em meio as incertezas que assolararam a infância e a adolescência e que repercutem de alguma maneira em meus dias até hoje.

Nessa condição, lembro-me que reconhecia os meus privilégios de filho mais novo e da minha audácia em questionar com frequência o meu genitor o motivo pelo qual ele bebia. Era contínua a minha necessidade de saber o porquê de toda a situação que vivíamos e, bem menino, fazia longas reflexões sobre a existência. Inconformado, queria que Deus me explicasse a razão do nosso sofrimento, pois outras crianças com os quais eu convivia não passavam pelos mesmos problemas e até faziam *bullying* comigo e com os meus irmãos devido aos comportamentos do meu pai.

Inicialmente, cultivava o exercício dos porquês. Por que passo por isso? Por que minha mãe suporta tudo isso? O que eu fiz para merecer isso? A vida será sempre assim, até o fim? O que eu tenho que fazer para conseguir mudar essa situação? Será que a culpa é minha, dos meus irmãos? Se não fosse a gente, a minha mãe já teria ido embora?

Enfim, muitas perguntas sem respostas e nada fazia muito sentido, além da alegria de brincar na rua. Como defesa, estabeleci para mim que o sentido seria estar junto, cuidar e proteger minha mãe do meu pai e das violências que essa convivência poderia trazer. E com o passar dos anos fui valorizando mais a coragem de algumas pessoas do que as fraquezas do meu pai, entre elas minha genitora e uma tia com deficiência física. As duas juntas, sem saberem, deram-me um sentido para vida, as respostas para as minhas perguntas e mostraram

¹ Objetivando contribuir para coesão textual desta dissertação, o termo suicídio será substituído, em alguns momentos, por sinônimos que são: autocídio, abreviação da vida, morte voluntária, morte autoprovocada, morte autoinfligida e falecimento autoprovocado.

que cada um tinha questões importantes a superar. Foi na força, na resignação e na coragem delas que superei muitas questões na infância.

A libertação aconteceu com a separação dos meus pais quando eu tinha dez anos e foi quando tudo fez mais sentido ainda, a recompensa pela espera, paciência e tolerância dos dias difíceis. Até aqui, eu não pensava sobre morte, pois as minhas inquietações estavam ligadas as razões para viver. Porém, pouco antes de completar quatorze anos, a tia que mencionei faleceu aos trinta e cinco anos acometida por um aneurisma. Por ser uma pessoa muito querida, inspiradora e uma referência para mim, sua morte foi muito significativa e no processo de elaboração desse luto retornei aos porquês e dessa vez os questionamentos foram sobre a morte, pois pensava que ela,

Num sopro
Da vida leva
Leve ou bruta
O que viveu

Às pressas
Apressa
O resto que resta
Sem adeus

Letal e lenta
Leniente euforia
Afrontosa apequena
O viver

Sopro insolente
Impiedoso
Cruel e perene
É o morrer.

(Marcel S. Barbosa)

E lá se vão as perguntas: por que tinha que ser com ela? Tantas pessoas ruins no mundo e logo ela? Como uma pessoa com tanta vontade de viver de repente não existia mais? Por que meu pai que estava doente sem nenhum indício de uma possível recuperação e que supostamente seria melhor para ele partir e parar de se fazer sofrer não foi no lugar dela? Por que meus avós tinham que enterrar uma filha forjando a lei natural da vida? Por que estávamos diante da privação de alguém tão especial quando ainda lhe restava tanto tempo?

Pensar todas essas questões geravam um desconforto, claro. Pensar a morte de alguém em detrimento de outra pessoa, ambas significativas e próximas, não é simples e não é algo

compartilhável e no mínimo angustiante, ainda mais para um adolescente, mas não sentia culpa por pensar essas coisas, pois eu sabia que minha questão se centrava no bem viver, na qualidade de vida das pessoas comparadas.

O fato é que a partir de então não pensava mais só sobre a vida, mas também sobre a morte e esse antagonismo me acompanhou mais ostensivamente durante o luto e atenuado posteriormente, todavia foi sempre um assunto sério e importante para mim. Isto posto, explica muito sobre a minha afinidade com a obra de Edgar Morin que desde muito cedo se deparou com o paradoxo vida-morte.

Anos se passaram e fui compreendendo que a única certeza que tinha era a incerteza da morte não como consequência da própria condição humana, mas em suas nuances e em seus paradigmas. Lidar com essa incerteza possibilitou a compreensão de algumas mortes que ocorreram anos depois incluindo meu pai e avós. Deste modo, resignei-me a não querer mais respostas para o que não tinha respostas, no caso, a morte natural.

A vida em essência é desafiadora com agravo às personalidades curiosas e inquietas, pois nos coloca diante de diversas situações em que a resignação não consegue instalar-se e permanecer por muito tempo. Ainda na adolescência uma situação me chamou a atenção, foi a morte de um colega não muito próximo que abreviou a própria vida. A causa morte foi insuficiência respiratória e a mãe omitiu a verdade provavelmente devido a vergonha e ao preconceito da época, o qual permanece atualmente. Eu sabia que ele sofria “bullying” e esse fato contribuiu para motivação da sua partida. Nunca entendi isto, nem a omissão, nem o preconceito e nem a dificuldade de falar abertamente sobre o suicídio. Serei redundante em dizer que os porquês voltaram a me acompanhar.

Desde o início da vida adulta, trabalhando desde os quatorze anos, tinha uma certa maturidade e acredito que despertava algum tipo de confiança às pessoas, pois era muito comum elas virem desabafar as suas dificuldades e particularidades comigo, contavam-me suas intimidades mesmo sem sermos íntimos. A maior parte da minha vida profissional foi em trabalhos com ambientes hostis e de muita competição e pressão para resultados, retrato da sociedade capitalista em que vivemos e é de se imaginar em que condições essas conversas aconteciam. Ouvi muitos relatos de transtornos psíquicos e ideações suicida e a única possibilidade que eu tinha era o esforço para ser um bom ouvinte e sugerir a busca por profissionais capacitados, pois não adiantava buscar auxílio em ambientes laborais que tratam a depressão e a ansiedade como frescura e fraqueza. Estes acontecimentos plantaram uma semente em mim despertando interesse em compreender mais sobre a saúde mental no trabalho e sua correlação com o suicídio.

A vida seguiu e eu decidi fazer a minha primeira graduação em Ciências Econômicas muito influenciado por trabalhar na área financeira (bancária) e nesse período foi difícil porque trabalhava muitas vezes dez, onze horas e depois ia para faculdade e não conseguia me dedicar o quanto gostaria e o quanto deveria segundo a minha autoexigência, mas concluí o curso e tenho muito orgulho disso. No segundo ano de curso, tive contato com a disciplina Sociologia e me lembro nitidamente quando a professora falou sobre o suicídio e de Émile Durkheim, foi aí que a semente outrora plantada começou a ser cultivada. Decidi naquele momento que faria o meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) sobre o tema “Suicídio e a organização do trabalho”, mas para minha deceção e frustração não pude explorar o tema, pois não tinha professor para orientar sobre esse assunto.

Terminado o curso e com o desejo de mudar de área profissional cursei especialização em Gestão de Pessoas com foco em Psicologia Organizacional já pensando em defender, desde a matrícula, o tema antes rejeitado e para a minha surpresa, novamente, não seria possível desenvolvê-lo, pois os assuntos a serem pesquisados tinham alguns critérios pré-definidos pela universidade e não contemplaria a minha ideia. Mas, um fato me motivou, já que após a apresentação do TCC sobre outra temática fui convidado a participar do processo seletivo para o mestrado e só não fiz, por condições financeiras e porque naquele momento entendia que deveria cursar Psicologia primeiro para depois fazer o mestrado embora fosse um desejo meu desde o segundo ano do curso de Economia, pois assim teria mais chances de competir no mercado de trabalho.

Após este percurso começou a minha relação com a Universidade Nove de Julho, no curso de Psicologia. Em 2016 iniciei a graduação sem saber que seria um dos passos dados mais importantes da minha existência, uma vez que essa decisão me trouxe muitas possibilidades importantes e muitas experiências especiais que me fazem uma pessoa melhor e ainda mais grato pela vida. Passei em um processo seletivo para ser monitor em um projeto admirável cujo objetivo era a capacitação e qualificação de universitários por meio de oficinas de português, inglês e informática tudo custeado pela universidade e durante os dois anos que atuei fui remunerado e tive bolsa integral do bacharelado em Psicologia e da licenciatura em Pedagogia, ambos cursados concomitantemente.

Com as graduações muitos universos se abriram, pois a atuação é possível em diversas áreas que vão despertando interesse ao longo do processo e comigo não foi diferente. O meu objetivo era o mestrado e já estava certo de que, quando possível, seria realizado na área de Psicologia Organizacional com a temática já mencionada, porém o meu caminhar profissional e acadêmico foram ganhando outros contornos e a educação foi tomando um lugar expressivo

na condução da minha carreira e ao escolher um estágio obrigatório conheci a professora Elaine Teresinha Dal Mas Dias, hoje minha orientadora. Caminhamos juntos no estágio, na Iniciação Científica e ela foi me dando régua e compasso para que eu pudesse me devolver e ingressar no mundo da pesquisa científica.

Certa vez, antes do curso de psicologia, firmei um compromisso comigo de que iria atuar nas escolas como professor ou com outra atividade que me possibilitasse aprender e contribuir de alguma maneira com a realidade desafiadora que a educação nos apresenta, isso porque eu tive um familiar com muitas dificuldades de comportamento na escola e exposição a drogas. O encontro com a professora Elaine e a participação nas discussões afloraram ainda mais esse compromisso, despertando o tema suicídio voltado à educação básica. Assim, confiante, apresentei à professora e ela aprovou a temática e me incentivou, pois estaríamos juntos para desenvolver a pesquisa caso eu fosse aprovado no processo seletivo do mestrado. Neste interim, fui professor da rede pública estadual ministrando aulas para os anos finais do Ensino fundamental e Ensino médio e, em contato com os alunos, compreendi que a temática tem relevância devido as demandas psicológicas e socioemocionais entre os escolares, além de questões estruturais e institucionais que dinamizam a educação. Aprovado no mestrado, interrompi o contrato para me dedicar exclusivamente à pesquisa.

Pensar o suicídio e o ensino básico só foi possível mediante todo o aprendizado que as graduações, a Iniciação Científica e a Teoria da Complexidade me proporcionaram e que fizeram profundas transformações na minha forma de olhar a vida, as coisas e as pessoas. O autocídio deixou de ser observado centrado apenas no indivíduo e passou a ser visto como uma questão social, como comprehende Durkheim (2014) e, de forma complexa, como comprehende Morin, que abre um portal de possibilidades e mudanças de paradigmas pré-estabelecidos para compreensão de fatos sociais urgentes como é o caso desta investigação.

A morte autoprovocada é a parte de um todo que a produz, num processo cíclico de retroalimentação propositalmente inaudita porque denuncia o caráter recursivo de uma sociedade que isola o indivíduo, responsabilizando-o pelas externalidades econômicas, sociais, culturais e estruturais. Trata-se de um assunto permeado por tabus e preconceitos reforçados por um imaginário simplificador que celebra a vida, mas teme e rejeita a morte que assume o lugar da incerteza, do desconhecido e da não objetivação. O pensar complexo se choca diretamente com este cenário, pois evoca a análise crítica, levando em conta que os antagonismos podem ser complementares e dialógicos, influenciando-se mutuamente. A compreensão complexa contraria o reducionismo ao explicar e compreender o indivíduo em seus diversos aspectos e dimensões.

Espero com esta investigação contribuir para conferir visibilidade a essa problemática que existe e está posta em nossa sociedade. Despertar a atenção e o comprometimento das instituições e dos agentes sociais para o avanço da mitigação dos casos de suicídio, atendendo ao compromisso assumido mundialmente por diversas nações conforme dados da Organização Mundial da Saúde. Identificar possíveis entraves que impedem o progresso de discussões, políticas públicas assertivas e ações que promovam a prevenção e a posvenção do suicídio na educação.

1. INTRODUÇÃO

Segundo a Organização Mundial da Saúde², morrem por ano, no mundo, aproximadamente 720.000 pessoas por suicídio. No Brasil, em 2022 foram 16.468 óbitos, 13,26% superior se comparado ao ano 2019. Trata-se de um problema mundial que evidencia uma preocupação entre os jovens de 15 a 29 anos, pois este tipo de morte ocupa a terceira posição entre as principais causas de morte mais frequente nesta população (Who, 2019, 2021, 2024).

É na adolescência que o sujeito passa a direcionar sua energia à sociedade, distanciando-se do convívio familiar e buscando novas experiências e representações no corpo social. Junto a esse processo, outras demandas e conflitos tendem a surgir na vida do indivíduo e o coloca diante de situações diversas e adversas, as quais nem sempre são, do ponto de vista psíquico, fáceis de elaborar. O fato de estar voltado à vida social implica em aprovação, aceitação e suporte necessário da sociedade ao incorporar alguém em seu seio, pois, do contrário, caberá a cada um desenvolver os próprios recursos sociais, psicológicos e emocionais que o possibilite participar e existir. Quando não se consegue elaborar tais recursos e a sua participação de alguma forma é comprometida, quando o vínculo não se efetiva ou afrouxa, o risco de suicídio pode se apresentar (Durkheim, 2014).

Nessa fase, os professores e gestores dos anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio têm papel fundamental por oferecer um espaço formador e desenvolvedor das habilidades pessoais, sociais, profissionais e psíquicas do discente e entrelaça-se à temática por atuar no seu desenvolvimento integral. Assim, a dinâmica escolar pode contribuir tanto para a prevenção e mitigação como para o surgimento e agravamento dos casos de suicídio entre os seus estudantes, conforme demonstrou a investigação de Bessa (2021), pois a OMS reconhece a existência de algumas barreiras para se pensar intervenções no ambiente escolar. Entre elas estão a relutância em abordar a saúde mental entre outros tópicos na escola; e a relutância de líderes, escolas ou pais/responsáveis para discutir questões de saúde mental, emocional, angústia e comportamentos suicidas com jovens (Who, 2018).

Diante do exposto, nota-se a importância de trabalhos que possam colaborar para que este cenário seja minimizado. Faz-se primordial discussões responsáveis que eleve a

² Em inglês: World Health Organization – WHO. <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/326948/WHO-MSD-MER-19.3-eng.pdf>; <https://www.who.int/teams/mental-health-and-substance-use/data-research/suicide-data>

compreensão³ reduzindo tabus, preconceitos e análises superficiais que dificultam a abordagem sobre o assunto e impossibilitam o reconhecimento dos fatores de risco, de proteção e intervenções de prevenção e posvenção.

O título desta pesquisa diz muito sobre o teor desta investigação e, ao mesmo tempo, estabelece uma relação de abertura na medida que faz uma provocação com o inaudito, pois busca ouvir as vozes dos agentes escolares para que eles possam dizer livremente o que pensam sobre a temática a partir de uma única pergunta norteadora.

A educação básica não foi uma escolha aleatória e sim por sua relevância à formação humana, por ser um caminho possível ao combate das externalidades sociais, econômicas e culturais que podem ser perturbadoras e assoladoras para a adolescência e a juventude podendo causar desfechos irreversíveis.

Esta dissertação tem como objeto de pesquisa o suicídio e as seguintes perguntas norteadoras: a) Quais os tabus, preconceitos e dificuldades para lidarem com a temática suicídio na educação básica? b) Existe desamparo institucional em relação à docência e a gestão? Tem como objetivo geral analisar a percepção dos gestores e professores acerca do suicídio e as suas possíveis implicações na educação básica e como objetivos específicos: a) Identificar tabus, preconceitos e dificuldades para lidarem com a temática suicídio na educação básica; b) evidenciar se há desamparo institucional em relação à docência e a gestão sobre essa temática.

O referencial teórico utilizado consiste em autores que versam sobre a consciência da morte; a sociologia pensando o suicídio como um fato social; o suicídio sob a ótica da filosofia; a adolescência do ponto de vista da psicanálise; e sobre a teoria da complexidade, sendo explorados os princípios operadores, os complexos imaginários, o *imprinting* cultural, a ecologia da ação e a compreensão complexa. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa de natureza comprehensiva que utilizou como instrumento a entrevista aberta não estruturada com uma docente, três coordenadoras, três diretoras e um diretor dos anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, todos servidores de escolas municipais ou estaduais do estado de São Paulo.

Neste contexto, buscou-se teses, dissertações e artigos que tratam do suicídio para a justificativa desta pesquisa.

³ “[...] A compreensão é modo funcional de conhecimento para qualquer situação humana implicando subjetividade e afetividade e, ainda mais, para todos os atos, sentimentos, pensamentos de um ser percebido como indivíduo-sujeito” (Morin, 2015b, p. 158). “A compreensão é um conhecimento empático/simpático [...] das atitudes, sentimentos, intenções, finalidades dos outros; ela é fruto de uma mimese psicológica que permite reconhecer ou mesmo sentir o que sente o outro. A compreensão, portanto, comporta uma projeção (de si para outro) e uma identificação (com o outro), num duplo movimento de sentido contrário formando um ciclo” (Morin, 2015b, p. 159).

1.1 REVISÃO DE LITERATURA

De acordo com Severino (2016, p. 140), a revisão de literatura se trata de um “[...] processo necessário para que se possa avaliar o que já se produziu sobre o assunto em pauta, situando-se, a partir daí, a contribuição que a pesquisa projetada pode dar ao conhecimento do objeto a ser pesquisado”.

Para a realização dessa revisão foram exploradas duas bases de dados para a busca de pesquisas *stricto sensu*. Os portais consultados foram o Catálogo de Teses e Dissertações do Diretório da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) por oferecerem um acervo substancial de publicações.

Em princípio, foram aplicados descritores combinados por operadores booleanos conforme os quadros 1 e 2, porém ao ler os títulos e os resumos foi percebido que não condiziam com os descritores empregados. Sendo assim, poucas pesquisas seriam aproveitadas.

Quadro 1 - Pesquisas (CAPES) – Palavras-chave associadas

Catálogo de Teses e Dissertações (CAPES)		
Descritores	Filtros	Nº de pesquisas
Suicídio e pensamento complexo	Período (2011 a 2024)	1
Suicídio e Complexidade	Período (2011 a 2024)	19
Suicídio e educação básica	Período (2011 a 2024)	2
Suicídio e ensino básico	Período (2011 a 2024)	1
Suicídio e educação	Período (2011 a 2024)	30

Fonte: Elaborado pelo autor

Quadro 2 - Pesquisas (BDTD) - Palavras-chave associadas

Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)		
Descritores	Filtros	Nº de pesquisas
Suicídio e pensamento complexo	Por título; Período (2011 a 2024)	20
Suicídio e Complexidade	Por título; Período (2011 a 2024)	217
Suicídio e educação básica	Por título; Período (2011 a 2024)	46
Suicídio e ensino básico	Por título; Período (2011 a 2024)	28
Suicídio e educação	Por título; Período (2011 a 2024)	215

Fonte: Elaborado pelo autor

Optou-se, então, por utilizar o descritor (suicid*) e dessa forma, obteve-se como resultado todas as pesquisas contendo a palavra suicídio e suas variações, por exemplo, suicida e suicidologia. Os únicos filtros utilizados foram o tipo (doutorado e mestrado, incluindo os profissionais) e a periodicidade considerando treze anos de publicações (2011 a 2024). O caminho mais apropriado foi o de analisar todos os trabalhos encontrados. Os resultados obtidos, excluídas as duplicidades entre as plataformas, estão descritos na tabela 1.

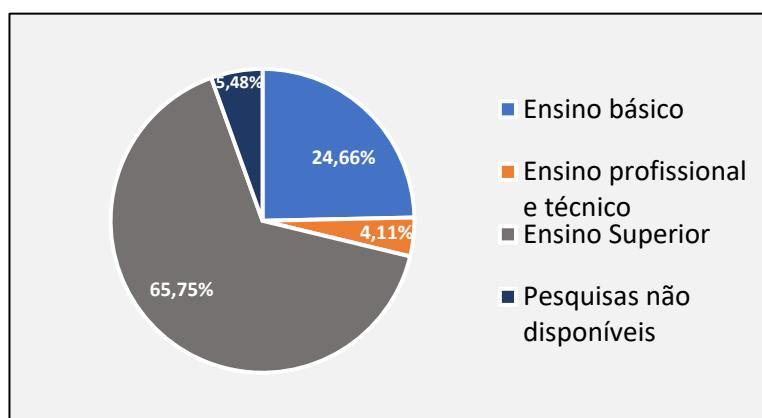
Tabela 1 - Pesquisas (CAPES e BDTD) – Palavra-chave específica

Base de dados	Descritor	Filtro	Resultado
CAPES	suicid*	Período (2011 - 2024)	1210
BDTD	suicid*	Por Título; Período (2011 - 2024)	519
Total			1.729

Fonte: Elaborado pelo autor

As 1.729 pesquisas foram analisadas e deste montante foram selecionadas as que constavam em seu título e/ou em seu resumo as palavras “suicídio”, “suicida”, “ideação e/ou comportamento suicida”, “prevenção ao suicídio”, “fatores de risco ao suicídio” cruzados com outros termos como educação, educação básica, educacional, universidade(s), escola(s), escolar(es), estudante(s), professor(a), professores, docente(s), discente(s), aluno(a), alunos(as), graduação, acadêmico(s), ensino básico, ensino fundamental, Ensino Médio, técnico e tecnológico. Com essas configurações vislumbrou-se com mais abrangência as produções desenvolvidas com o foco em todos os níveis de educação. Como resultado, coletou-se 72 trabalhos para análise. Percebeu-se, após a leitura dos resumos, que estavam distribuídos conforme o gráfico 1.

Gráfico 1 – Pesquisas *Stricto sensu* - Educação e suicídio



Fonte: Elaborado pelo autor

Estudos voltados ao ensino profissional e técnico compõe 4,11%, três dissertações. Já os dedicados ao suicídio no ensino superior que somam 65,75% são 14 teses e 34 dissertações totalizando 48, destas, 19 fazem parte da área da saúde com 16 atreladas ao curso de medicina. Outras quatro (5,48%) não estão disponíveis nas plataformas e na internet. Neste contexto, perfilam a combinação suicídio e educação básica, 18 estudos que configuram 24,66% do total de produções, são 3 teses e 15 dissertações que estão representadas na tabela 2.

Tabela 2 - Pesquisas - Suicídio e educação básica

TÍTULO	AUTOR (A)	NÍVEL	INSTITUIÇÃO
Estudo de pensamentos associados à ideação suicida em adolescentes: fatores de vulnerabilidade em escolares da cidade do Recife. **	SANTOS, Marília Suzi. (2017)	Doutorado	UFPE
Rodas de conversa na educação profissional: a construção de um espaço de diálogo para preservar vidas. *	SOUZA, Lílian Kétli de. (2019)	Mestrado	IFSUL
Possibilidades de superação do suicídio entre estudantes do ensino fundamental. *	LACERDA, Elias Pereira de. (2019)	Mestrado	UCB
Ideação suicida em escolares adolescentes: prevalência e fatores associados. **	SOUSA, Cyntia Meneses de Sa. (2019)	Mestrado	UFPI
Suicídio: representações sociais de professores de escolas públicas em Dourados-MS. **	SILVA, Rosimar do Nascimento Vieira. (2019)	Mestrado	UFGD
Suicídio: formação docente e a prevenção no contexto escolar. *	MERIGUI, Gythana Dantas Cidreira. (2021)	Mestrado	IFMT
A espetacularização da violência na escola: o <i>bullying</i> e o suicídio como efeito devastador na educação. *	BALOGH, Ieda Rodrigues da Silva. (2020)	Doutorado	UNEB
Prevalência e fatores associados ao comportamento suicida em jovens do ensino médio na região do Seridó Potiguar. **	LEITE, Tatiane Isabela de Araújo. (2020)	Mestrado	UERN
Formação de professores para identificação de fatores de risco associados ao suicídio na adolescência. *	SILVA, Luiz Henrique Bochi. (2020)	Mestrado	UNOESTE
Interromper o silêncio e acolher o sofrimento - uma estratégia de prevenção do suicídio na escola. **	TEIXEIRA, Sâmia Duarte. (2021)	Mestrado	UECE
Prevenção ao suicídio entre alunos do ensino médio: uma proposta educacional. *	BESSA, Marilda Cândido dos Reis. (2021)	Mestrado	IFGOIANO
Suicídio, o jovem e a escola: análise do retratado na mídia jornalística e as possíveis estratégias para atuação do(a) psicólogo(a) na escola. **	CORRÊA, Tiago Salsa. (2021)	Mestrado	UFMS
Aspectos psicosociais do suicídio na juventude: identificando representações sociais de profissionais da saúde e da educação de uma cidade mineira. **	DIAS, Ana Luiza de Melo. (2021)	Mestrado	UFRJ
O professor e a promoção da saúde de alunos, do ensino médio público, vulneráveis ao suicídio. **	LIMA, Patrícia do Carmo. (2021)	Mestrado	UNIFOR
Como a violência se manifesta no ambiente de ensino? Uma análise da indisciplina, da agressão, do <i>bullying</i> , da automutilação e da tentativa de suicídio nas escolas. ***	FREDES, Fabiane Quevedo. (2022)	Mestrado	FURG
Novos sintomas dos adolescentes e jovens na educação: tentativa de suicídio e atos de autoagressão. *	COLARES, Marina da Cunha Pinto. (2022)	Doutorado	UFMG
<i>Bullying</i> , ideação suicida, habilidades sociais e clima escolar: fatores de risco e de proteção à saúde mental de adolescentes. **	MORAES, Letícia de. (2023)	Mestrado	UERJ

A escola e a relação entre adolescência e suicídio: uma leitura psicanalítica. **	MEIRA, Regiane Fernanda Castro. (2023).	Mestrado	PUC-MG
---	---	----------	--------

* Pesquisas realizados na área de concentração – Educação.

** Pesquisas realizados na área de concentração – Saúde.

*** Pesquisas realizados na área de concentração – Administração Pública.

Fonte: Elaborado pelo autor

A análise por título e a exclusão dos filtros “áreas de concentração e conhecimento” permitiu perceber que outras áreas estão pesquisando de algum modo as problemáticas associadas ao objeto desta investigação. No caso de isolamento, restringindo a busca de produções somente à área da educação, de forma fragmentada, possibilitaria a realização e o alcance dos objetivos desta investigação, porém, aproximá-lo ao máximo do todo ao qual ele pertence e das outras partes (áreas) que possuem finalidades semelhantes, elevou a percepção e a justificativa para realização desta investigação, pois o conhecimento relevante consiste na capacidade de “[...] situar qualquer informação em seu contexto e, se possível, no conjunto em que está inscrita. Podemos dizer até que o conhecimento progride não tanto por sofisticação, formalização e abstração, mas, principalmente, pela capacidade de contextualizar e englobar” (Morin, 2003, p. 15).

Se o suicídio é um fato social, conforme determina Durkheim (2014), e implica a responsabilidade da sociedade em sua totalidade, como será compreendido nos próximos capítulos, ter a saúde, a administração pública e a educação examinando essa questão associada ao ensino básico demonstra um avanço e ao mesmo tempo uma preocupação, visto a quantidade de trabalhos realizados no período estimado de treze anos e a ausência de pesquisas em áreas fundamentais, por exemplo, a Psicologia Escolar e Educacional, conforme ilustra o quadro 3.

Quadro 3 - Áreas de pesquisa - Suicídio e educação básica

Área de pesquisa	Área de Concentração
Educação (7)	Educação (3); Educação Profissional e Tecnológica (2); Educação e Contemporaneidade (1); Ensino para Educação Básica (1).
Administração Pública (1)	Administração Pública (1)
Saúde (10)	Psicologia (3); Neuropsicopatologia (1); Psicossociologia de Comunidade e Ecologia Social (1); Psicologia Social (1).

	Promoção da saúde (1); Saúde da Criança e do Adolescente (1); Saúde e Sociedade (1); Saúde Pública (1).
--	---

Fonte: Elaborado pelo autor

A seguir serão apresentadas as sínteses das pesquisas encontradas e para facilitar a localização estarão dispostas na mesma sequência que a tabela 2.

Santos (2017), na cidade do Recife em Pernambuco, buscou compreender os pensamentos que estão diretamente interligados à ideação suicida⁴, cuja intenção foi identificar as distorções deste tipo de pensamento presentes em adolescentes. Trata-se de um “[...] estudo descritivo, observacional e transversal” (Santos, 2017, p. 27). Responderam ao Inventário Beck de Ideação Suicida (BSI) e aos questionários sóciobiodemográfico e de pensamentos automáticos para crianças e adolescentes 400 estudantes de 14 a 18 anos, ambos os sexos e devidamente matriculados no Ensino Médio. Constatou-se o percentual 14,5% de ideação suicida entre os pesquisados e desse percentual metade já tentou suicídio, com prevalência de 67,3% identificados com o gênero feminino. Evidenciou-se entre os jovens que apresentaram ideações suicidas “distorções cognitivas de ameaça social, ameaça física, fracasso pessoal e intenções hostis” (Santos, 2017, p. 67).

Souza (2019) investigou os fatores de risco associados ao comportamento suicida e ao suicídio a partir de assuntos emergentes na adolescência. Sua investigação, essencialmente de abordagem qualitativa, utilizou como instrumento metodológico a roda de conversa com onze alunos do Ensino Médio de uma escola estadual de um município do Rio Grande do Sul que tratou temas pré-definidos (sexualidade, *ciberviolência* e transtornos mentais). As rodas de conversa foram validadas como um produto educativo, pois evidenciaram a existência de fatores de risco entre os jovens e possibilitou a assistência a estes participantes. Concluiu-se, então, a eficácia das rodas de conversa ao objetivo da investigação e à prevenção do suicídio.

Já Lacerda (2019) dedicou-se em identificar além dos fatores de risco os fatores de superação do suicídio. Sua dissertação com caráter qualitativo-exploratório, investigou o seu objeto através de estudo de casos múltiplos. A população pesquisada foi constituída por 12 estudantes dos anos finais do ensino fundamental e médio que tentaram suicídio em “[...] sete escolas da rede pública de ensino do Distrito Federal e em Valparaíso de Goiás (GO)” (Lacerda,

⁴ “A ideação suicida se refere ao fenômeno de possuir diferentes níveis de pensamentos de retirar a própria vida, e pode variar desde pensamentos/desejos do fim da vida sem a preconcepção de um plano ou maneira para se alcançar tal objetivo (ideação passiva), a pensamentos intensos de morte autoprovocada com elaboração de um plano suicida (ideação ativa)” (Kogien *et al.*, 2023).

p. 25). Estes foram entrevistados a partir do roteiro de entrevista semiestruturada analisadas e sustentadas pela análise de conteúdo. Apesar de reconhecer a multifatorialidade dos riscos ao suicídio, o pesquisador conclui que é possível a superação do fenômeno entre os estudantes. Ressalta a importância das boas relações e das instituições, as quais podem atuar como fatores de proteção e destaca a escola e a família apontadas na pesquisa como as instituições que mais influenciam os jovens que tentam o suicídio.

Sousa (2019) analisou a prevalência da ideação suicida e fatores associados entre escolares. A pesquisa é resultado de um manuscrito intitulado originalmente “*Ideação suicida, violência sexual e fatores associados entre escolares adolescentes*”. Esta investigação é um estudo transversal, de abordagem quantitativa, que recorreu à coleta de dados por meio de questionário semiestruturado aplicado a 674 estudantes matriculados em escolas privadas e públicas estaduais da cidade Teresina, no estado Piauí. Aplicou-se análise descritiva e inferencial por teste “[...] Qui-Quadrado de Pearson e Exato de Fischer” (Sousa, 2019, p. 34), o que permitiu a autora concluir que existe uma “[...] forte associação assim como maior frequência da ideação suicida com adolescentes do sexo feminino e entre os que não residiam com os pais. Destacou-se a elevada referência ao pensamento suicida entre os estudantes que relataram violência sexual dentro da escola” (Sousa, 2019, p. 48). Diante dos resultados revelados, fez-se ressalva sobre a importância em despertar a atenção dos familiares, profissionais que trabalham com os escolares e da sociedade, assim como a importância de pesquisas que possam explorar através de outros instrumentos questões subjetivas, as quais não foram possíveis serem analisadas.

Silva (2019) debruçou-se em conhecer as representações sociais do suicídio com docentes da educação básica. É uma investigação qualitativa que aplicou entrevista semiestruturada a 20 professores de duas escolas públicas da cidade de Dourados, no Mato Grosso do Sul. Para compreender os resultados coletados, aplicou-se a análise de conteúdo, a qual possibilitou concluir que discussões que abordam o suicídio e a saúde mental no ambiente educacional são importantes, principalmente na formação dos professores. Destaca a necessidade da integração de programas que tenham por objetivo a prevenção da abreviação da vida, de rodas de conversa com temas diversos e de possibilitar a apreensão de conhecimentos e ferramentas que ofereçam subsídios às pessoas para lidarem com suas angústias.

A dissertação de Merigui (2021) tem como objetivo geral desenvolver uma formação para promover a reflexão sobre o suicídio no contexto escolar e apresentar possibilidades para a sua prevenção. Esta investigação de natureza aplicada, exploratória, de abordagem qualitativa optou pela pesquisa-ação realizada no Instituto Federal do Mato Grosso (IFMT) – campus

Cuiabá, da qual participaram 40 docentes do ensino básico, técnico e tecnológico. Esses profissionais responderam ao questionário que versou sobre exposição a fatores de risco diante da possibilidade de suicídio, autopercepção em relação a preparo ao lidar com situações de risco, pré-disposição a formações associando teoria e prática e uma pergunta aberta com sugestões para o curso de formação; e participaram do curso de formação que resultou em um produto educacional. Os resultados foram analisados com base na análise de conteúdo que possibilitou as seguintes conclusões: faz-se necessário o comprometimento da sociedade como um todo na implementação de ações de prevenção; o produto educacional desenvolvido a partir dos questionários foi eficaz, pois promoveu discussões importantes entre os docentes, os quais reconheceram que o conteúdo contribuiu para refletirem a relação professor-aluno e o quanto esta pode favorecer a prevenção do suicídio; a formação continuada é fundamental na efetivação da prevenção para que essa seja uma realidade no contexto escolar.

Balogh (2020) objetivou investigar como os personagens, os familiares e as instituições escolares experienciaram os fenômenos *bullying*, *cyberbullying* e o suicídio em filmes ficcionais; apresentar casos reais em videorreportagens; e descrever como esses fenômenos se constituem no ambiente escolar. A pesquisa evidenciou que as vítimas de *bullying* e *cyberbullying* nem sempre percebem o comportamento do agressor, pois esse age sutilmente para testar a fragilidade daquele(a) que pretende agredir. O medo foi identificado como o primeiro sentimento percebido entre os adolescentes após intimidações sofridas, seguido pelo sofrimento que os acometem levando-os à desistência de tentar superar por não encontrarem outros caminhos a não ser o suicídio. O sofrimento promove no adolescente conflitos de autoimagem, pessimismo em relação a si próprio e ao futuro e frustração com o presente, faltando-lhes recursos para lidarem com as situações adversas que enfrentam. A pesquisadora afirma que a escola ainda não consegue atender as demandas referentes aos casos estudados, pois faltam estratégias eficazes ao combate da violência e existe resistência às discussões que o suicídio suscita. Para ela, a pesquisa revelou que o suicídio é uma das consequências mais graves produzidas pelo *bullying*.

Leite (2020) preocupou-se em identificar a prevalência e fatores associados ao comportamento suicida em alunos do Ensino Médio. A autora optou por um estudo seccional quantitativo, realizado com 60 jovens de 15 a 21 anos matriculados em escolas estaduais das cidades Currais Novos e Caicó no estado Rio Grande do Norte, que responderam ao questionário sociodemográfico de saúde geral e comportamental, a escala de satisfação com a

vida e três escalas de Beck⁵. A pesquisadora constatou haver correlação “[...] entre ideação suicida e aspectos sociodemográficos, saúde geral, comportamental, depressão e satisfação com a vida” (Leite, 2020, p. 63). Reforça a necessidade de políticas públicas direcionadas a saúde mental focadas no controle da ideação suicida e seus desdobramentos, devido as altas ocorrências de fatores de risco aferidas. A autora reconhece a limitação da investigação ao considerar a temporalidade da análise, visto que outros resultados poderiam ser inferidos no caso de uma investigação longitudinal.

Objetivando analisar as possibilidades e limites na realização de um trabalho junto aos educadores, intencionando instrumentalizá-los para identificar possíveis adolescentes em risco de cometerem suicídio, Silva (2020) optou pelo modelo escandinavo e reuniu três estudos: Pressupostos teóricos sobre adolescência e suicídio; Fatores de risco do suicídio na perspectiva de professores do ensino Médio; Prevenção do suicídio na escola: proposta para formação de professores. No primeiro, discute-se o suicídio na adolescência, fatores de proteção e risco, bem como a compreensão da adolescência. No segundo, analisou-se por meio de questionários as percepções e os conhecimentos de 18 docentes de uma escola estatal localizada em Presidente Prudente, no interior do estado de São Paulo, sobre o processo de identificação de fatores de risco do suicídio na adolescência. O terceiro resume-se na proposta de formação para instrumentalizar docentes a lidarem com a identificação de risco de suicídio e com os encaminhamentos devidos nessa ocasião. Verificou-se alto nível de assentimento dos docentes quanto à importância da atuação na identificação de fatores de risco em alunos; a falta de entendimento sobre suicídio na adolescência; as “[...] necessidades de formação foram: conhecimentos epidemiológicos, transtornos mentais e comportamentos suicidas, substâncias psicoativas, e avaliação de risco de suicídio” (Silva, 2020, p. 62). Embora reconheça a impossibilidade de generalizações devido à sua amostra, reconhece a necessidade de formação para os professores a respeito do fenômeno suicídio e a adolescência e recomenda o aumento significativo de participantes em pesquisas futuras de mesma natureza.

Interessado no desenvolvimento de estratégia de intervenção pensando a prevenção do suicídio de adolescentes no ambiente escolar, Teixeira (2021) dirigiu seus esforços a analisar a percepção dos professores acerca do suicídio no contexto escolar; planejar ações proativas e preventivas; “[...] promover o desenvolvimento de habilidades nos profissionais da comunidade escolar na identificação e manejo com adolescentes que apresentam ideação e/ou tentativas de

⁵ Inventário de Depressão de Beck- BDI; Inventário de Ansiedade de Beck- BAI; Escala de Ideação Suicida- BSI. In: Cunha JA. Manual da versão em português das Escalas Beck. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2016.

suicídio” (Teixeira, 2021, p. 8). A pesquisa é qualitativa de natureza exploratória e submeteu 34 participantes à pesquisa-ação, sendo vinte professores, seis docentes diretores de turma, seis profissionais de apoio pedagógico e dois profissionais da gestão, todos de uma escola pública estadual de Ensino Médio em Tempo Integral em Fortaleza – CE. Recorreu-se a análise de dados interpretativa e, a partir disto, o pesquisador concluiu que o ambiente escolar é essencial à prevenção do autocídio, assim como o fortalecimento dos laços e o envolvimento de todo o corpo escolar no seu enfrentamento. Foi identificada a presença de comportamentos suicida e percebido que a temática ainda gera desconforto, revelando o despreparo dos profissionais ao lidarem com as questões acerca dela. Importante frisar que os próprios professores reconheceram a importância de saberem mais do assunto e de outros temas ligados a ele. Porém, ao passo que reconhecem o comportamento suicida como um pedido de socorro, apresentaram divergências a respeito das habilidades necessárias ao manejo e do real papel dos professores nesses casos. Para o autor, “Essa ocorrência revela o quanto à instituição escolar parece, ainda, não ter se apropriado satisfatoriamente da sua atribuição de promover saúde” (Teixeira, 2021, p. 63).

Bessa (2021) estabeleceu como objetivo de sua pesquisa verificar as principais variáveis psicossocioambientais e a percepção dos educadores em relação aos riscos de suicídio. Participaram de sua investigação respondendo um questionário estruturado 33 colaboradores, sendo 3 da gestão, 21 docentes e 9 técnicos administrativos da escola de Ensino Médio do Instituto Federal Goiano. O percurso metodológico, norteado por uma abordagem quanti-qualitativa, foi dividido em 3 fases: “a) elaboração, aplicação do questionário; b) análise de dados e definição das variáveis; c) elaboração e avaliação do produto educacional”. (Bessa, 2021, p. 53). A análise das respostas revelou que a escola se apresenta como um ambiente favorável a conflitos devido à impulsividade e intempestividade de alguns alunos que fomentam preconceitos e intolerância, desencadeando possíveis transtornos e comportamentos suicida. Resultante dessa análise, foi elaborado o produto educacional com ilustrações contendo informações e orientações necessárias à compreensão e prevenção ao suicídio.

Na Perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural, Corrêa (2021) verificou o que está retratado na mídia jornalística regional na cidade Campo Grande em Mato Grosso do Sul, sobre a escola, os jovens, o suicídio e como essa questão está posta em produções científicas que abordaram o tema. Outro objetivo importante em seu trabalho consiste em analisar possíveis estratégias para a atuação da(o) psicóloga(o) na escola. Com robusta revisão de literatura das produções científicas e a análise das produções das mídias no período de 10 anos anteriores à pesquisa, o autor compreendeu que o suicídio é um comportamento oriundo das relações

estabelecidas com a sociedade e que está além das causas biológicas por ser “[...] antagônico à sua naturalização como um acontecimento inato” (Corrêa, 2021, p. 135). Identificou que a escola é fundamental no combate as externalidades sociais e econômicas que afetam os jovens e que pesquisas que abordam a atuação do psicólogo escolar com a temática suicídio de adolescentes ainda são recentes no país. Reconhece que as mídias jornalísticas, mesmo contaminadas pelo senso comum, acompanham a evolução crescente das ocorrências e por meio de seus conteúdos, alertam a sociedade e promovem discussões essenciais para que o estado se responsabilize, contribuindo na realização de políticas públicas que previnam e protejam seus jovens. Por fim, incentiva a produção e o aprofundamento científico sobre o suicídio, especificamente, o combate ao senso comum tão prejudicial ao lidar com o problema.

Ancorado na Teoria das Representações Sociais de Serge Moscovici, Dias (2021) empenhou-se em identificar as representações sociais do suicídio de jovens por meio de entrevista com nove profissionais da educação e da saúde da cidade Bonfim, no estado de Minas Gerais, entre eles estão: médicos da família, assistentes da saúde de áreas rurais e urbanas, psicólogo, secretária de saúde da cidade; professores do Ensino Médio, secretários da saúde e diretores de escola. Trata-se de pesquisa de abordagem qualitativa que coletou os dados através de estudo de caso e para interpretá-los optou pela análise de conteúdo focada na análise categorial. Notou-se que o fenômeno incomoda áreas e sistemas estratégicos da nossa sociedade, pois denuncia suas falhas e seus interesses lucrativos. Sua investigação convida para o debate saúde-doença e a partir dele pensar qual “[...] a construção de mundo e perspectiva de futuro estamos engajados em construir” (Dias, 2021, p. 105) e pretende anunciar à academia a necessidade de investigações e disponibilidade ao diálogo do que considera um triplo tabu, pois a superação do estigma pecado-crime-loucura requer humanização e o reconhecimento de que o autocídio faz parte da nossa humanidade. A religião é percebida em perspectiva dicotônica devido apresentar um caráter protetivo e ao mesmo tempo reforçador de tabus. Na sua conclusão, após refletir a falta de treinamento aos profissionais, identifica a ausência do tema na estrutura curricular dos cursos de Psicologia; a importância dos profissionais que atuam nos primeiros socorros na formação e no estudo multidisciplinar sobre autolesões; o fato da prevenção restringir-se na área de saúde pública, visto que a saúde mental é impactada por outras áreas da sociedade.

Compreender a atuação do professor ao lidar com o suicídio de adolescentes nas escolas do Ensino Médio foi o objetivo de Lima (2021). O estudo de caráter qualitativo, inclinado por um referencial teórico orientado pela perspectiva do materialismo histórico-dialético, contou com as entrevistas de seis docentes de escolas da rede pública estadual de Fortaleza, no Ceará,

as quais foram compreendidas mediante análise temática. A pesquisadora entende que o papel do professor não é mais e, tão somente, possuir e transmitir conhecimento, pois é necessário que este profissional esteja atento aos diversos comportamentos na unidade escolar, a fim de contribuir com o bem-estar de todos. Percebeu-se que os docentes desconhecem as estratégias promotoras de saúde; identificou-se a superficialidade de conhecimentos em relação ao suicídio; desconhecem os procedimentos e direcionamentos adequados nas ocorrências de risco de suicídio em adolescentes; e alguns desconsideraram a necessidade da psicologia nas escolas. Lima (2021, p. 73) concluiu que “o professor não possui recursos para lidar com o suicídio do adolescente no Ensino Médio. Todo conhecimento aprendido é superficial, não tendo cursos ofertados pela SEDUC”⁶.

A investigação de Fredes (2022), com base nas informações fornecidas pelo Programa de Comissões Internas de Prevenção de Acidentes nas Escolas – CIPAVE, da Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul, realizou uma análise das taxas de violência nas escolas de gestão municipal, comparando-as com as escolas de gestão estadual em 23 municípios do Rio Grande do Sul, relacionando características observáveis que são comuns entre essas instituições. Trata-se de uma pesquisa descrita como quantitativa que contou com dados de 266 escolas do Estado do Rio Grande do Sul referentes ao segundo semestre do ano 2018. Os dados referem-se à automutilação, tentativa de suicídio, *bullying*, indisciplina, uso de drogas, violência física entre alunos, agressão física a professores e técnicos. A autora concluiu que “[...] as médias de automutilação, tentativa de suicídio, indisciplina e violência entre alunos são superiores nas escolas de gestão municipal”; “[...] que há maior quantidade de ações preventivas realizadas nas escolas estaduais, bem como é maior também neste ambiente as agressões dos discentes ao corpo técnico da escola”; “[...] que a indisciplina, a violência entre os alunos, a automutilação e a tentativa de suicídio são maiores nas escolas municipais”; “[...] que para as tipologias de *bullying* e de uso de drogas, ambas se manifestaram em um patamar semelhante dentre os dois tipos de gestão nas escolas” (Fredes, 2022, p. 36).

Corales (2022) por meio de uma pesquisa de abordagem qualitativa analisou modos de intervenção no ambiente educacional diante da tentativa de suicídio e de atos de autoagressão realizados por adolescentes e jovens. Os instrumentos de pesquisa utilizados foram Conversação e as Entrevistas Clínicas de Orientação Psicanalítica, que consistem em um mecanismo criado pelo psicanalista Jacques-Alain Miller. Contou com 33 participantes, sendo 15 de uma universidade, 15 de uma escola municipal e 3 de uma faculdade de ensino superior;

⁶ Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (SEDUC).

as instituições de ensino estão localizadas na cidade Belo Horizonte - MG. Como resultado da pesquisa, entendeu-se “[...] que a oferta da palavra tem se revelado um operador capaz de facilitar o resgate daquilo que, do desejo para cada um, de uma maneira singular, se conecta e privilegia os laços com a vida”. Concluiu que disponibilizar um espaço para acolher o sofrimento dos alunos e que permita a eles falarem de seus mal-estares é fundamental. (Colares, 2022, p. 10).

Moraes (2023) fundamentou sua pesquisa na Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano e investigou o impacto das habilidades sociais, do clima escolar e a vitimização do *bullying* e *cyberbullying* sobre a ideação suicida de estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental. Participaram dessa investigação 659 alunos com idades entre 10 e 18 anos, todos matriculados escolas públicas do Estado do Rio de Janeiro, que responderam a questionários específicos sobre clima escolar, habilidades sociais, saúde e informações demográficas. Trata-se de um estudo quantitativo que constatou que quanto maior for o grau de “[...] habilidades sociais de autocontrole e clima escolar diminui em 6% e 2% as chances de se apresentar ideação suicida, respectivamente. Os achados também indicam que um ponto de aumento em *bullying* verbal e *cyberbullying* aumenta em 5% e 9% as chances de apresentar ideação suicida” (Moraes, 2023, p. 7). A autora entende que com os dados obtidos é possível propor intervenções tendo como objetivo a promoção de saúde mental do público adolescente.

O trabalho de Meira (2023) foi motivado por uma questão norteadora: o que os diretores de escolas públicas e privadas têm a dizer sobre o ato suicida na adolescência? Trata-se de uma pesquisa com abordagem qualitativa que investigou os dizeres de cinco diretores de escolas públicas e privadas da cidade Belo Horizonte – MG, que se submeteram a uma entrevista semiestruturada. A Psicanálise foi escolhida como referencial teórico que fundamentou toda a pesquisa. A autora constatou que o tema suicídio ainda está envolto a tabus e esse fato dificulta o debate sobre esse fenômeno. Concluiu que, por vezes, o tema é tratado na escola de modo indireto devido ao despreparo e falta de conhecimento dos profissionais envolvidos. Porém, reconhece a existência de diferentes iniciativas que têm sido “[...] desenvolvidas pelas escolas e que podem ser consideradas como preventivas do suicídio, na medida em que permitem circular a palavra nas instituições, oferecendo um lugar ao sofrimento dos adolescentes pela via da escuta” (Meira, 2023, p. 7).

Julgou-se importante incluir na revisão de literatura as pesquisas publicadas em periódicos ampliando ainda mais o alcance de trabalhos realizados que envolvem o suicídio e a educação básica. Para isso, além dos filtros que serão descritos na tabela 3, foram

considerados os mesmos critérios de leitura e escolha dos trabalhos como fora realizado na revisão de teses e dissertações.

Tabela 3 - Pesquisas em periódicos (CAPES e SCIELO) - Palavra-chave específica

Base de dados	Descriptor	Filtro	Resultado
CAPES	suicid*	Artigo; Idioma: português; Área: Ciências humanas; Período (2011 - 2024)	477
SCIELO	suicid*	Artigo; Produção nacional; Área: Ciências humanas; Período (2011 - 2024)	255
Total			732

Fonte: Elaborado pelo autor

Com base nos 732 artigos lidos foram selecionados três, os únicos que relacionam suicídio e educação básica em seus títulos e resumos.

No artigo intitulado “A Contribuição da escola para a prevenção do suicídio: um enfoque nos fatores de risco”, publicado na revista Mundi Sociais e Humanidades, os autores Prado e Pinto (2020)⁷ objetivaram destacar a importância da promoção da saúde mental nas escolas como uma estratégia relevante para valorizar e promover a vida. Para isso, foi feita uma breve análise sobre o comportamento suicida e seus fatores de risco, especialmente entre os jovens, a fim de identificar áreas críticas onde a escola pode intervir, desmistificando alguns conceitos equivocados sobre o fenômeno. São apresentados sinais de alerta que podem ser observados nessa faixa etária. Com uma abordagem biopsicossocial e cultural, este estudo visou enfatizar a necessidade de a comunidade escolar reconhecer a importância do cuidado com a saúde mental não apenas como um tema curricular, mas como uma prática educativa essencial no suporte aos estudantes e aos profissionais da educação.

Já artigo de Sganzerla (2021) que tem como título “Risco de suicídio em adolescentes: estratégias de prevenção primária no contexto escolar” publicado na revista Psicologia Escolar e Educacional explorou estratégias de prevenção primária do suicídio entre adolescentes no ambiente escolar, e investigou fatores associados, sinais de alerta e possíveis intervenções por meio de uma revisão narrativa da literatura. A autora entende que identificar e compreender esses fatores e sinais são essenciais para intervenções eficazes. Entre as estratégias preventivas identificadas estão a capacitação de professores, orientação às famílias e treinamento de

⁷ Este artigo é fruto da dissertação: PRADO, Aneliana da Silva. É possível falar sobre suicídio na escola? A construção de um material educativo a partir do contexto da educação profissional e tecnológica. 2019.

habilidades sociais para os estudantes. A presença de psicólogos na equipe escolar é destacada como crucial para o sucesso dessas estratégias, juntamente com a necessidade de investimentos adicionais para o desenvolvimento de programas de prevenção específicos para adolescentes.

No artigo que tem como título “sociedade, suicídio e escola: reflexões necessárias” e que foi publicado na revista Ciências Humanas, Suave *et al.* (2023) discutiram o suicídio como um produto social evitando análises reducionistas direcionais apenas em aspectos fisiológicos e emocionais. Classificou a adolescência e a juventude como períodos críticos, pois a OMS aponta que essa fase apresenta índices significativos de suicídio e ressaltou a importância da escola enquanto espaço protetivo do autocídio. Evidenciou, após uma pesquisa bibliográfica, documental e uma revisão integrativa, que aspectos sociais influenciam a ocorrência do fenômeno e “[...] que uma sociedade produtivista, imediatista, sem políticas públicas e sem uma rede de cuidados contribui com o adoecimento mental e a desesperança de adolescentes e jovens”. Os autores finalizam o artigo ressaltando a importância de uma equipe multidisciplinar no ambiente escolar e o envolvimento da sociedade para [...] o enfrentamento desse grave problema de saúde pública com vistas à promoção a vida” (Suave *et al.*, 2023, p. 11-12).

Os trabalhos possuem relação direta com esta investigação, pois estão direcionados a investigar o fenômeno suicídio e sua relação com a educação básica. Cada um com a sua especificidade busca compreender as demandas que o tema traz e evidencia as deficiências e as carências que as comunidades escolares enfrentam ao lidarem com esse fenômeno.

As pesquisas realizadas voltadas à educação têm em comum a preocupação em identificar os fatores de risco ao suicídio e, associadamente, os fatores de superação e proteção como é o caso das pesquisas de Lacerda (2019) e Silva (2020). A formação e instrumentalização de professores como proposta de intervenção fazem parte dos objetos de pesquisa de Merigui (2021) e Silva (2020). Na área da saúde, Santos (2017), Sousa (2019), Leite (2020) ocuparam-se mais detidamente em investigar a ocorrência de comportamento e ideação suicida entre os jovens; enquanto Silva (2019), Teixeira (2021), Lima (2021) buscaram a compreensão das representações e a atuação dos professores no que diz respeito ao autoextermínio.

Destacam-se os trabalhos de Bessa (2021), Teixeira (2021), Meira (2023) e Dias (2021) por incluírem a gestão escolar entre os pesquisados; o de Silva (2019) e novamente Teixeira (2021) por investigarem as representações da morte autoprovocada por parte dos docentes e da gestão e o artigo de Suave *et al.* (2023) que considera os aspectos sociais importantes em relação ao suicídio.

Outros aspectos que devem ser considerados, por exemplo, além da tese de Balogh (2020) e nas dissertações de Merigui (2021) e Lacerda (2019) nas quais Morin foi mencionado

apenas uma vez referentes à filmografia, ao conhecimento simplificador e ao princípio reducionista, respectivamente, nenhum outro trabalho utilizou a teoria da complexidade como referencial teórico. Outro ponto importante é que a cidade de São Paulo não foi representada como *lócus* de pesquisa em nenhum dos estudos.

As dissertações e teses apresentadas foram realizadas em locais, condições, populações e com instrumentos distintos que evidenciam que fatores de risco existem entre os escolares e que a escola pode ser um ambiente favorável ou desfavorável à superação dos sofrimentos e conflitos legítimos que os estudantes se defrontam nesta faixa etária e que podem culminar no suicídio. Salientam o despreparo da comunidade escolar e a importância de formação para que possam identificar comportamentos que requerem atenção, os fatores de proteção e atuarem na prevenção. Reforçam, ainda, a necessidade de políticas públicas voltadas à saúde mental e propõem o comprometimento das instituições escola, família e sociedade e das pesquisas científicas no enfrentamento da morte voluntária que é uma realidade e que precisa se tornar pauta constante na educação.

Desse modo, esta investigação está estruturada em seis seções. A primeira seção é introdutória e apresenta a revisão de literatura. A segunda seção intitulada “A morte, suicídio e suas representações”, inicia com o tópico sobre a morte e na sequência faz um percurso histórico que recorre às ideias de alguns pensadores da Filosofia e da Cultura Ocidental da idade antiga à idade moderna para depois dialogar com a sociologia fazendo uma transição da análise direcionada ao indivíduo para compreensão do fenômeno também como um fato social⁸.

A terceira sessão que tem como título “Adolescência, educação e legislação” trata e justifica as implicações na educação ao explicar alguns aspectos da adolescência e os desafios enfrentados pelo adolescente; descreve algumas causas de comportamento suicida para depois fazer um recorte sobre a educação e a legislação vigente.

A quarta seção – Para pensar o complexo –, explora o referencial teórico de Edgar Morin que com os seus pressupostos fundamentam e alicerçam toda esta investigação.

⁸ Emprega-se correntemente o termo fato social “[...] para designar quase todos os fenômenos que ocorrem na sociedade, por pouco que apresentem, com uma certa generalidade, algum interesse social”. O fato social tem como características distintivas: “1º) a sua exterioridade em relação às consciências individuais; 2º) a ação coerciva que exerce ou é suscetível de exercer sobre essas mesmas consciências”. Outra forma de caracterizar o fato social é: [...] o estado de independência em que se encontra em relação às suas manifestações individuais” (Durkheim, 2001, p. 31). “Fato social é toda a maneira de fazer, fixada ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior: ou então, que é geral no âmbito de uma dada sociedade tendo, ao mesmo tempo, uma existência própria, independente das suas manifestações individuais” (Durkheim, 2001, p. 40).

A quinta seção dedica-se a descrever o percurso metodológico e analisar o conteúdo explorado e as entrevistas à luz do pensamento complexo. A sexta seção será destinada à conclusão da pesquisa.

2. A MORTE, O SUICÍDIO E A SOCIEDADE

Na cultura judaico-greco-romana utilizava-se a terminologia “morte voluntária” para classificar a morte autoprovocada. A palavra “suicídio” tornou-se conhecida em 1643, publicada pelo inglês Thomas Browne, inicialmente em grego (*autófonos* – que mata a si mesmo) com posterior tradução em inglês grafada “*suicide*”, em 1645, na sua obra que tem como título “Religio Medici” (Bertolote, 2012; Reis, 2020).

O termo suicídio é descrito por Durkheim (2014, p. 15) como “[...] toda morte que resulta mediata ou imediatamente de um ato positivo ou negativo realizado pela própria vítima”.

Considerou-se necessário, antes de abordar as questões do suicídio, compreender aspectos sobre a morte e suas representações, pois sempre está na pauta da Filosofia e das religiões que a questionam e tentam explicá-la a partir do homem no que tange a origem e destinação. Cada indivíduo carrega consigo uma concepção pessoal da morte, que pode ser vista como uma representação interna. A essa representação são atribuídas formas, qualidades e personificações (Kovács, 1992).

2.1 MORTE E SUAS REPRESENTAÇÕES

Importante para o início deste tópico é destacar que para Morin (2015b, p. 68) a representação,

[...] que é ao mesmo tempo a emergência⁹, o produto global e o material de trabalho da megacomputação cerebral, pode ser considerada como a construção “simuladora” de um *análogo* mental “apresentando” e “tornando presente” (daí precisão do termo) a parte do mundo exterior captada pelo sentido.

Desta maneira, conforme Kovács (1992), desde o nascimento, vive-se a experiência da morte, que se manifesta de formas distintas em cada fase da vida. Quando criança, experienciase a morte como ausência, quando a mãe não está por perto, quando a onipresença maternal irreal é evidenciada pela não presença, sentida como desamparo. Esta representação fica impressa como uma experiência intensa de separação e aniquilamento e pode contribuir futuramente para tentativas de suicídios diante de uma conjuntura insuportável. A criança

⁹ Para Morin (2016, p. 136-137) “Podemos denominar emergências as qualidades ou propriedades de um sistema que apresentam um caráter de novidade com relação às qualidades ou propriedades de componentes considerados isolados ou dispostos diferentemente em outro tipo de sistema”. É “[...] um produto da organização que apesar de inseparável do sistema enquanto todo, aparece não apenas no plano global, mas eventualmente no plano dos componentes”.

presencia a morte de animais de estimação, de entes queridos e, então, chora, fantasia, sente culpa e elabora os seus lutos à sua maneira e depois se conforma de modo semelhante aos adultos (Kovács, 1992).

Na adolescência, conforme Kovács (1992) a morte perde o seu caráter reversível existente na infância e, em contrapartida, ganha representações ambivalentes, pois nessa fase o sujeito é frágil ao pensar que pode morrer, mas ao mesmo tempo vive a onipotência que elimina qualquer possibilidade de morte. Vive-se as mortes reais de pessoas próximas causadas por motivos variados, mas entre as representações do adolescente está “[...] a busca e o desejo de imortalidade do ser humano, o seu desejo de ser herói, forte, belo e onipotente, com a grande missão de vencer o dragão da morte” (Kovács, 1992, p. 6).

Kovács (1992) entende que a fase adulta pode ser pensada em dois momentos sem que seja obrigatório determinar quando começam ou terminam. No primeiro, concentra-se na questão afetiva, constituição de família, no cuidado filial e em outros pilares oriundos desta etapa em que a morte não está tão presente na consciência. No segundo, reflete-se e faz-se um balanço sobre as áreas vitais da vida; representa o estágio em que se acumulam as experiências das fases pretéritas e ao fazer a avaliação dessas experiências “[...] uma grande transformação interna se processa em nós e a morte não se configura mais como algo que acontece somente aos outros, mas que pode acontecer conosco também” (Kovács, 1992, p. 7).

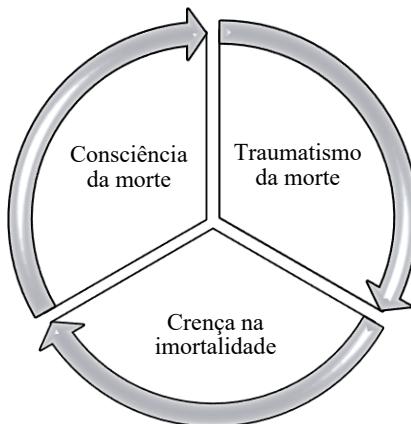
Já a velhice, diz Kovács (1992), é a fase em que estão presentes as perdas com o corpo, a condição financeira e a queda de produtividade, entre outras situações que devem ser elaboradas por quem envelhece. Sem as fantasias e a reversibilidade da infância e sem a potência da adolescência para afastar a morte, ela se torna real, possível e inevitável. O enfrentamento das dificuldades nessa fase associa-se à consciência e ao desenvolvimento daquele que a experiência e determina como a morte será encarada, pois “[...] como limite nos ajuda a crescer, mas a morte vivenciada como limite, também é dor, perda da função, das carnes, do afeto” (Kovács, 1992, p. 7).

A morte representa a ruptura, a finitude que está posta a todos os indivíduos. Esta consciência é uma das particularidades que diferencia o homem dos animais, mas que perturba e o motiva desde sempre a buscar vencê-la e superá-la. O desconforto gerado pela presença da morte faz com que ela seja obscurecida e ocultada seja do ponto de vista cultural ou psicológico através de mecanismos de defesa¹⁰ (Kovács, 1992).

¹⁰ “O termo mecanismo é utilizado desde o início por Freud para exprimir o fato de que os fenômenos psíquicos apresentam articulações suscetíveis de uma observação e de uma análise científica [...] Ao mesmo tempo que destaca a noção de defesa e a situação na base dos fenômenos histéricos [...] Freud procura especificar outras

Morin (1997) argumenta que a negação da morte está ligada à perda da individualidade, o que constitui um complexo que abrange todas as inquietações que ela suscita, um "traumatismo da morte". Negar a morte é uma forma de afirmar a individualidade, o Eu, e garantir a possibilidade de não a perder. O autor introduz o conceito de "triplo dado antropológico" como uma estrutura para compreender a consciência humana da morte. Com base na definição do autor é possível pensar o conceito de triplo dado antropológico como elaborado na figura 2.

Figura 1- Triplo dado antropológico



Fonte: Elaborado pelo autor com base em Morin (1997, p. 35).

O triplo dado antropológico é global, pois continua atrelado a consciência arcaica e dialética uma vez que,

[...] a consciência da morte causa o traumatismo da morte, que necessita da imortalidade – porque o traumatismo da morte torna mais real a consciência da morte, e mais real o apelo da imortalidade – porque a força da aspiração à imortalidade é função da consciência da morte e do traumatismo da morte (Morin, 1997, p. 35).

O traumatismo da morte é, sobretudo, o terror imposto pela ideia de fim da identidade e da participação do sujeito no mundo e pela perda de controle. Para lidar com esta angústia criam-se defesas, teorias e crenças que atenuem o sentimento de aniquilamento, como por exemplo, a possibilidade de encontrar o paraíso, a reencarnação e vida pós-morte, o que para Kovács (1992, p. 97), independentemente de se poder comprovar ou não, essas crenças resultam da “[...] necessidade de enfrentar a impotência, incluindo a impotência do não-saber”.

afecções psiconeuróticas pela forma particular como a defesa se exerce nelas: "... diversas afecções neuróticas provêm dos diversos procedimentos em que o 'o ego' se compromete para se libertar da [sua] incompatibilidade [com uma representação]". Seguem alguns exemplos descritos por Anna Freud: "recalque*", regressão*, formação reativa*, isolamento*, anulação retroativa*, projeção*, introversão*, retorno sobre a própria pessoa*, inversão em seu contrário*, sublimação**" (Laplanche; Pontalis, 2001, p. 277-278).

A inadaptação, a certeza e o horror à morte favorecem a presença do duplo que é um mito que acompanha a humanidade desde o momento em que ela começou a se conscientizar da morte, por exemplo, a crença na imortalidade, sobrevivência individual. Seja por projeção ou identificação, as imagens e representações são uma tentativa de superar a morte. O duplo é definido como:

[...] *ego alter*, que a pessoa viva sente nela, ao mesmo tempo exterior e íntimo, ao longo de sua existência. E por conseguinte, não é uma cópia, uma imagem da pessoa viva que, originariamente, sobrevive à morte, mas sua realidade própria de *ego alter*. O *ego alter* é realmente o “Eu” que “é um outro” (Morin, 1997, p. 136-137).

Desta forma, o temor à morte é intrínseco ao processo de desenvolvimento do homem. Trata-se de um medo básico que influencia todos os outros ainda que estejam obscurecidos. Este medo tem “[...] um lado vital e por isso precisa estar presente em certa medida. Ele é a expressão do instinto de autoconservação, uma forma de proteção à vida e uma possibilidade de superar os instintos destrutivos” (Kovács, 1992, p. 23).

Viver a consciência da morte e o terror que ela suscita de forma permanente, pode paralisar e incapacitar o agir. Então, age-se como um ser imortal crendo na perenidade dos próprios atos sendo este o desejo supremo, o de que as próprias obras não cairão no esquecimento. “Não podemos olhar diretamente para a morte, o tempo todo, mas também não podemos ignorá-la, pois ela impõe a sua presença”. Boa parte das doenças de ordem psicológicas vinculam-se ao medo do autoconhecimento. “Tememos quaisquer conhecimentos que denunciem nossa fragilidade, reprimimos funções corporais que expressem a nossa mortalidade” (Kovács, 1992, p. 24-25).

Ao tomar consciência da morte, o homem passa a compreendê-la como um abismo onde será aniquilado. Concomitantemente, existe a negação que se manifesta, desde a pré-história, em ritos e mitos da sobrevivência do duplo. A postura humana em relação à morte pressupõe, sincronamente, o triplo dado antropológico apresentado anteriormente, em que para atenuar o trauma “[...] a morte provoca um tal pavor que ela se nega, desvia-se e supera-se nos mitos em que o indivíduo sobrevive como espectro ou *duplo* ou renasce como humano ou animal” (Morin, 2012, p. 46). A noção de morte como autoaniquilação,

[...] introduz a contradição, a desolação e o horror ao coração do sujeito, ser egocêntrico que é tudo para ele mesmo, mas que se sabe, ao mesmo tempo, um ser para a morte, ou seja, fadado ao nada; essa contradição entre o tudo e o nada se torna a fonte mais profunda da angústia humana: “Cada um carrega, com a sua morte minúscula, um cataclismo de fim do mundo”. Mas essa contradição torna-se, ao mesmo tempo, a fonte mais profunda da mitologia humana e suscitará os exorcismos mágicos, religiosos, filosóficos contra a

morte. Ritos funerais, enterros, cremações, embalsamentos, cultos, túmulos, rezas, religiões, salvação, inferno, paraíso, marcarão as culturas e os indivíduos. Revelam-nos ao mesmo tempo, o profundo trauma e a marca, doravante capital, da morte na vida humana (Morin, 2012, p. 47).

Tem-se, aqui, paradoxalmente, “[...] o complexo de continuidade e de ruptura com nossos enraizamentos. Pois a morte é o nosso destino cósmico, físico, biológico, animal. E, ao mesmo tempo, é a nossa ruptura psicológica, mitológica e metafísica. Radical com esse destino” (Morin, 2012, p. 47).

Conforme Kovács (1992, p. 24), mediante o exposto, pode-se perceber a ligação entre vida e morte e os antagonismos produzidos pelo temor à morte. Ela conclui que,

O medo da morte tem um lado vital, que nos protege, permite que continuemos nossas obras, nos salva de riscos destrutivos e autodestrutivos. Esse mesmo medo pode ser mortal, na medida em que se torna tão potente e restritivo que, simplesmente, a pessoa deixa de viver para não morrer, mas, se observarmos mais atentamente teremos um morto diante de nós que se esqueceu de morrer. Todo ser humano é obrigado a se confrontar com esse dilema, como o viverá, porém, vai depender em parte de sua história de vida, das características de sua personalidade, mas também de seu esforço pessoal para enfrentar essas questões. Podemos concluir, portanto, que o homem é responsável pela sua vida e pela sua morte.

Viu-se, até aqui, que o homem busca vencer e superar a morte como defesa contra o aniquilamento e a finitude. Se o homem é responsável pela sua vida e pela sua morte, como explicar o comportamento do suicida? Propõe-se alguns caminhos para responder a esta pergunta. O primeiro, consiste na aceitação do aniquilamento, sendo essa a solução para o sofrimento existencial insuperável; neste caso, o medo da morte perde a sua função de autoproteção que é substituída pela autodestruição. O segundo caminho considera a superação da morte e algo que a sobreviva, no caso, o duplo, a reencarnação etc.; vislumbra-se, então, uma saída para o sofrimento existencial, uma nova oportunidade dependendo da representação “positiva” (paraíso, reencarnação, salvação) que se tenha do pós-morte, pois do contrário, se a representação for “negativa” (punição, purgatório, inferno etc.) esta pode ser um fator de proteção.

Na sequência, considerando a Filosofia uma área do conhecimento importante no que tange o pensamento da dialógica vida e morte, serão apresentados os pensamentos de alguns filósofos para o melhor entendimento da compreensão do suicídio desde a idade antiga até a idade moderna.

2.2 O QUE DIZEM OS FILÓSOFOS SOBRE SUICÍDIO?

“Só existe um problema filosófico realmente sério: é o suicídio. Julgar se a vida vale ou não vale a pena ser vivida é responder à questão fundamental da filosofia” (Camus, 2014, p. 8).

A morte voluntária está presente na história da humanidade, mas é difícil datar, com precisão, a ocorrência do primeiro caso. A morte de si mesmo, desde a Antiguidade, está envolta por tabus e controvérsias. Ora reconhecida como ato heroico, ora criminalizada, verifica-se o difícil entendimento deste tipo de morte (Minois, 2018).

Sem pretensão de remontar a história ou de traçar um itinerário fiel que esgote o tema ao longo do tempo, buscou-se recorrer a autores que se destacaram e que subsidiaram a compreensão do suicídio que inevitavelmente se depara com a cultura e a filosofia ocidentais. Portanto, apresentar-se-á algumas ideias dos pensamentos socrático, platônico e aristotélico, perpassando o estoicismo, o cristianismo e as ideias de Michel de Montaigne, David Hume, Immanuel Kant para, posteriormente, dialogar com a Sociologia de Émile Durkheim e com o pensamento de Edgar Morin no que se refere à morte autoinfligida.

Sócrates foi condenado pelo Estado a ingerir veneno (cicuta), pois pesou sobre ele a criminização por corromper a juventude, não aceitar os deuses reconhecidos à época e por introduzir novos cultos sob a influência de “*daimon*”, voz divina que afirmava receber e ouvir. Esta passagem é importante, pois esse pensador não se posicionou consistentemente no que diz respeito à morte autoprovocada e foi na prisão, momentos antes da ingestão do líquido mortífero, que ele introduziu um diálogo filosófico¹¹ profícuo com alguns amigos e que contemplou o tema “morte” (Reis, 2020).

Nesse diálogo, o ateniense faz distinção entre corpo e alma, pois entendia que a morte promove o rompimento da relação entre ambos, liberando a alma, que existia antes do corpo, da prisão que a matéria perecível e mutável lhe impõe. A alma que é imaterial, indissolúvel e imortal, por sua vez, como princípio inteligente que anima o corpo (que permite as experiências sensíveis) e que é influenciada por ele, deve superiormente resistir a influências, uma vez que a sua liberdade está condicionada à superação das paixões inerentes à existência corpórea para reencontrar o conhecimento puro e as ideias universais que lhes são inatas. Desse modo, morrer, naquele momento, o libertaria do corpo aproximando-o da verdade, que segundo ele, é a busca e a atividade de todos os filósofos (Platão, 2011; Reis, 2020).

Sócrates, no que se refere a morrer voluntariamente, imprime concordância ao fazer alusão à doutrina de Filolau, que o antecedeu, que não permitia a ninguém empregar violência

¹¹ Diálogo Fédon dramatizado por Platão

contra si mesmo. O autor opõe-se ao suicídio, mas considera o ato válido quando determinado pela divindade, assegurando-se nesta condição. Assim, ocupou-se, entre outras questões, em argumentar os benefícios que a alma ao despojar-se do corpo, à medida que se purificasse, desfrutaria no pós-morte (Platão, 2011; Minois, 2018). De certa maneira, ele tinha a convicção de que sua alma pensante estava a caminho de superar, definitivamente, o corpo pulsante; de ter alcançado tal estado relativo de pureza e de que encontraria os deuses, os homens sábios e bons, pois pensava da seguinte maneira:

[...] se tudo isso tiver certo, há muita esperança de que somente no ponto em que me encontro, e mais em tempo algum, é que alguém poderá alcançar o que durante a vida constituiu nosso único objetivo. Por isso, a viagem que me foi agora imposta deve ser iniciada com uma boa esperança, o que se dará também com quantos tiverem certeza de achar-se com a mente preparada e, de algum modo, pura (Platão, 2011, p. 77).

É sob essa concepção que justifica sua anuência à própria morte sem dissuadir ou mesmo tentar revogar a sua sentença, mesmo que tivesse sabedoria para isto e visto a oportunidade que tivera de se defender das acusações e de assumir o pagamento de multa para livrar-se das penas a ele imputadas (Reis, 2020)¹².

Platão, no referido diálogo – Fédon –, apresenta expressiva diligência em justificar a imortalidade da alma e, ao mesmo tempo, o posicionamento dúvida no que se refere ao fato de alguém decidir abreviar a própria vida. Em sua obra intitulada “As Leis” o autor se coloca contra o suicídio em algumas situações e favorável em outras. Condenável na ausência de constrangimento público que justifique uma existência insuportável e quando motivada por indolência e covardia, pois a vida é concedida pela divindade e não se deve evadi-la. Aceitável enquanto finalidade divina ou jurídica (caso de Sócrates), nos casos de inclinação incurável a roubo de templos e crimes semelhantes, por doença e/ou desonra pública (Platão, 1999; Minois, 2018; Reis, 2020).

De acordo com Minois (2018) e Reis (2020), Aristóteles é mais assertivo ao considerar condenável a ocorrência de alguém impor a si o fim da própria vida e, de modo análogo a Platão, pensa o ser humano como partícipe de uma comunidade, de uma sociedade, como um animal/ser social que deve considerar em seu agir os interesses da cidade em detrimento dos interesses pessoais. Matar-se é, no seu ponto de vista, injusto com a cidade com a qual se tem

¹²“Não sabemos se a morte é um bem ou um mal, um nada ou um tudo, só devemos nos apegar ao bem da vida que, este sim, é certo. A indiferença de Sócrates possui isto de grandioso, de convincente: que não foi apenas proposta como tema de exercício moral, como regra de sabedoria, mas foi vivida, em face de uma morte evitável” (Morin, 1997, p. 248).

deveres civis e um comportamento que se opõe à virtude preconizada no enfrentamento das adversidades da vida com serenidade. No entanto, Aristóteles e Platão,

[...] não se dedicaram a examinar profundamente o suicídio, a este assunto escreveram passagens esporádicas, e mesmo estando entre os filósofos mais notáveis tanto pela postura diante da vida quanto pela obra estão longe de apresentar as visões mais originais e interessantes sobre a morte voluntária (Reis, 2020, p. 114).

Outra corrente filosófica relevante é o estoicismo, do período helenístico, doutrina surgida após as escolas de Platão e Aristóteles, fundada por Zenão de Cílio, foi importante para compreensão do suicídio no século que antecedeu Cristo e no início do cristianismo. Dividida em três fases: estoicismo antigo, estoicismo médio e estoicismo novo ou romano, sendo este último o mais significativo, por trazer em seu histórico a morte voluntária de figuras ilustres como é o caso de Zenão e de Sêneca, que apresentou argumentos perturbadores para defender o suicídio. Nesta época, morrer por si mesmo poderia ser compreendido sob a ótica da ética estoica que tem por base o materialismo e a paridade entre o real e o racional, isto significa a ideia de “[...] equivalência da vida com a natureza, visto que a realidade é a expressão mais exaltada da razão e a natureza é racional. Assim o imperativo ético é viver na radical aceitação do destino, no combate contra as forças da paixão que produzem in tranquilidade” (Reis, 2021, p. 214-215).

A razão é o ponto central do estoicismo e quando ela não coaduna à dignidade humana evidencia que tirar a própria vida é a melhor opção diante de determinismos, ou seja, quando não é possível viver a vida que se propôs viver, quando o sofrimento sobrepuja a satisfação e a felicidade. Este é o suicídio consciente recomendado pelos estoicos. É na figura de Sêneca que sintetizar-se-á o pensamento dessa escola, começando pelo entendimento de que não existe nada além-túmulo, pois com a morte a alma e corpo deixam de existir. Ele reflete a vida qualitativamente e não quantitativamente e, por isso, argumenta que o sábio deve viver não o quanto puder, mas o necessário, o que importa é morrer bem e escapar de o mal viver; questiona se não é melhor optar por uma morte fácil e simples ao invés de outra que impõe flagelos; e entende como liberdade a decisão de viver ou morrer quando a morte se aproxima (Minois, 2018; Reis, 2020).

No início do cristianismo, havia entre os primeiros cristãos tolerância e misericórdia a este gênero de morte em casos de violência e perseguição, assim como entre os estoicos que os precederam e que justificavam o ato em ocasiões de males impossíveis de serem contornados. Mas, a partir de Santo Agostinho a intolerância toma lugar nos julgamentos e morrer dessa maneira torna-se moralmente condenável e associado ao homicídio, argumento alicerçado no

5º mandamento “Não matarás”. Esse filósofo condena os que buscam fugir das dificuldades passageiras, que se matam pelo pecado de outra pessoa, por erros cometidos no passado ou por vislumbrarem uma vida mais favorável depois do falecimento autoprovocado. São estes alguns exemplos, pois para ele não existe exceção justificada e todos os casos são penalizados na eternidade (Minois, 2018; Reis, 2020).

Conforme Bertolote (2012) e Minois (2018), ainda na Idade Antiga, nos anos 314 e 452 d.C., por meio de documento expedido pelo concílio em Arles, no sul da Gália romana (moderna França), matar-se passou a ser visto como ato resultante de influências demoníacas. No ano 563, o concílio de Baraca¹³ (hoje, cidade Braga em Portugal) a exemplo do concílio reunido em Orleans, na França, em 533, institui que abreviar a própria vida é um crime sem perdão contra a lei de Deus e que “[...] no mundo cristão romano, todo e qualquer suicida, independentemente de sua posição social e mesmo clerical, estava proibido de dar a si mesmo, de modo voluntário, a sua morte” (Reis, 2020, p. 26). Posteriormente, no ano 693, o concílio de Toledo, na Península Ibérica, determinou excomunhão aos sobreviventes de tentativa de suicídio (Reis, 2020).

A história aponta a confluência do Direito Canônico com o Direito Civil, devido ao estreitamento na relação Estado-Igreja promovido por Constantino, imperador romano, no século IV d.C. Com isso, as sanções para os suicidas fundamentadas nas leis canônicas foram aplicadas no Direito Civil por mais de um milênio em diversos países do Oriente e do Ocidente com penas mais severas se comparadas ao homicídio, com destaque para o Brasil Colônia em que essas penas foram aplicadas severamente aos escravos. Importante ressaltar que “[...] as visões sobre o suicídio que foram desenvolvidas na Europa serão e continuam sendo marcas profundas na história da cultura brasileira” (Reis, 2020, p. 27).

As penalizações, na Idade Média, eram aplicadas àqueles que sobreviviam após o insucesso na tentativa de se matar e também ao morto. Por exemplo, o falecido tinha os bens desapropriados ficando à disposição do chefe de Estado. Aos sobreviventes que serviam ao Estado, a condenação era a morte e até o final da modernidade em 1789, na Europa ocidental, a punição se fazia:

[...] desde deixar secar ao sol o corpo do morto dependurado pelos pés, como [...] o corpo com o rosto voltado para o chão era arrastado pelas ruas das cidades, exibindo a carcaça, que depois era jogada em uma vala sem direito a enterro [...] caso se tratasse de um nobre, seria demolido seu castelo, incendiadas suas terras, extintos seus títulos e brasões (Reis, 2020, p. 28).

¹³ O Concílio de “Braga” é de extrema relevância, pois suas determinações (cânones) formaram o Código Penal do Ocidente.

Outras condenações civis e religiosas não se findaram neste período, visto que os códigos canônicos continuavam a negar direitos aos mortos que tiravam a própria vida, excluindo-os dos rituais fúnebres, das sepulturas eclesiásticas e das missas póstumas. Desde o concílio de Arles até a década de 80 do século XX, a Igreja posicionou-se condenatoriamente acerca dos direitos do suicida. A partir de 1983 com o Papa João Paulo II e depois com o Papa Francisco, ainda que timidamente, o discurso modifica-se retomando a noção de misericórdia aos que buscam a própria morte (Reis, 2020).

Na Idade Moderna, ganham destaque os posicionamentos de alguns filósofos como é o caso de Michel de Montaigne que se dedicou ao estudo sobre a morte, tema tratado por ele com acuidade e constância. A questão da vontade de morrer por si mesmo foi por ele analisada mais detidamente em seu texto “Costume da Ilha de Céos”¹⁴. Neste ensaio, são recapitulados argumentos de doutrinas da antiguidade favoráveis ao autoextermínio e argumentos que se opõem sejam por motivos religiosos, sociais, morais ou filosóficos e são analisados alguns suicídios célebres com apontamentos sem soluções generalizadas. Na percepção do autor, trata-se de uma questão moral situacional e não universal. As motivações que impelem o sujeito a decidir se matar são subjetivas e cada pessoa que se encontra na situação é que pode avaliar com profundidade a própria dor (Minois, 2018), pois,

Tudo consiste nisto: que o homem decida acabar, que corra à frente de seu fim ou o aguarde é sempre ele que está em causa: em qualquer ponto que se rompa o fio, ei-lo fora do jogo. É a extremidade do rojão que arrebenta ao ser atingida pelo fogo. A morte voluntária é a mais bela. Nossa vida depende da vontade de outrem; nossa morte, da nossa (Montaigne, 1991, p. 164-165).

O excerto anterior revela certa admiração desse filósofo pela morte voluntária, porém ele é crítico a esse gênero de morte, pois há “[...] disposições de espírito inteiramente desprovidas de sentido e lógica que levaram não somente homens, mas também povos, à autodestruição” (Montaigne, 1991, p. 166). Para esse pensador, certificam Portugal e Messias (2021, p. 40), “[...] as pessoas em geral não têm medo da morte propriamente, mas sim do sofrimento que esta lhes pode causar”. Esse autor não valoriza a morte em detrimento da vida, mas “[...] trata da postura do homem diante da morte e do sofrimento e propõe uma filosofia que seja objeto de superação do medo no momento da morte, o qual considera o mais importante da vida humana” (Portugal; Messias, 2021, p. 39). E em relação ao suicídio não é condescendente e em suas palavras: “Somente a insuportável dor ou a certeza de uma morte

¹⁴ Em algumas edições pode ser encontrado com título “A propósito de um costume da ilha de Ceos”

pior do que o suicídio se me afiguram motivos justificáveis para abandonar a vida" (Montaigne, 1991, p. 170).

Hume (2006) analisa o suicídio intencionando livrar o homem da superstição, da censura e da culpa devolvendo-lhe a sua (liberdade natural), já que “[..] somente a morte possa pôr um ponto final a sua miséria, o homem supersticioso não tem coragem para refugiar-se nela, e levado por um vão temor de ofender o seu criador, prolonga ainda uma existência miserável usando o poder com o qual tal ser generoso o dotou” (Hume, 2006, p. 32). Contrapõe os argumentos cristãos de que decidir abrir mão da própria existência é crime, transgressão do compromisso para com Deus, para conosco e com o próximo. O indivíduo deve ser e estar no centro das suas decisões e aquele que se suicida “[...] não causa mal algum à sociedade; ele apenas deixa de lhe fazer o bem, e se isso é uma injúria, é da menor importância” (Hume, 2006, p. 42). Portanto, no caso do suicídio, se “[...] não considerarmos um crime, a prudência e a coragem juntas deveriam nos levar a livrar-nos de uma vez da existência, quando ela se torna um fardo” (Hume, 2006, p. 45). Hume (2006, p. 44) acredita “[...] que nenhum homem ameaçou tirar a própria vida enquanto ela era digna de ser vivida”.

Kant (2018, p. 334) analisa o autocídio com inclinações teocêntricas, posto que ao tirar a própria vida o homem priva-se de si mesmo e “Isto é contrário ao dever supremo para consigo mesmo, já que, dessa maneira, é suprimida a condição de todos os demais deveres”. O autoextermínio transcende os limiares do “[...] uso do livre-arbítrio, uma vez que o seu uso só é possível pelo fato de que há um sujeito”. O autor assume que o pragmatismo da vida é ser feliz, mas adverte que a infelicidade e a miséria não autorizam ninguém a retirar-se da vida por sua própria vontade, não se deve viver feliz, deve-se viver honrosamente. “Pois se estivéssemos autorizados, nesse caso, a retirá-la por causa da ausência de prazer, todos os nossos deveres deveriam visar, então, ao prazer da vida. Ora, mas, certas vezes, o preenchimento dos deveres para consigo mesmo exige o sacrifício da vida” (Kant, 2018, p. 340). O suicida contraria o fim de seu criador, é um desertor insurgente contra Deus, tem a sua dignidade rebaixada à animalidade, sendo que os animais, assim como todas as coisas da natureza buscam preservar-se e por este motivo o ato suicida é repugnante.

Após este percurso, percebe-se que a compreensão acerca do suicídio se modifica ao longo do tempo influenciando pensadores e a sociedade contemporâneos que por vezes reproduzem os pensamentos daqueles que os precederam. Notadamente, há divergências entre os posicionamentos, entretanto, existe uma convergência que se refere à análise da questão focal estar centrada no indivíduo.

2.3 SOCIEDADE E A RESPONSABILIDADE COMO DEVIR

Émile Durkheim entende o fenômeno suicídio como um fato social diferentemente dos demais autores. Em seu livro intitulado - O Suicídio -, é deslocado “[...] o foco associado ao suicídio: do indivíduo, para a sociedade; da moral, para os problemas sociais, [...] relacionou-o ao grau de coesão social” (Botega, 2015, p. 22). Nessa obra, ele discorre sobre os fatores extras sociais do suicídio, por exemplo, os psicológicos, o clima, a temperatura, os quais ele não descarta, mas justifica que suas causas são diminutas ou nulas se comparadas as propriamente sociais (Durkheim, 2014).

Ele se dedicou a analisar a morte voluntária como uma questão social, apresentando sua tipologia e suas causas. Para ele, as motivações que antecedem o ato não se explicam por “[...] constituição orgânico-psíquica dos indivíduos nem pela natureza do meio físico. Disso, resulta por eliminação, que ela deve necessariamente depender de causas sociais e constituir, por si mesma, um fenômeno coletivo” (Durkheim, 2014, p. 17).

São três os tipos de suicídio classificados por ele. O primeiro se refere ao tipo *egoísta* em que a motivação se origina no isolamento extremado do indivíduo, quando este não interage solidariamente com a sociedade em que está inserido; trata-se de um “Tipo particular de suicídio que resulta de uma individuação desmedida” (Durkheim, 2014, p. 17). Para chegar a esta definição examinou três tipos de sociedade (religiosa, doméstica e política) e concluiu que o suicídio está intimamente ligado ao grau de coesão social, pois “[...] varia na razão inversa ao grau de integração da sociedade” (Durkheim, 2014, p. 200). Nesta proposição quanto menor for a integração maior é o índice de suicídio em determinada sociedade, sendo o inverso verdadeiro. Neste caso, a sociedade deixa o indivíduo lhe escapar e por sua desagregação promove a desintegração levando-o a individuação excessiva, causa desse tipo de suicídio.

O segundo é tipo *altruista*, oposto ao primeiro, caracteriza-se pelo vínculo extremado com laços sociais fortes. Nesta situação, o eu “[...] se confunde com algo que não é ele próprio, em que o polo de sua conduta se encontra fora dele, a saber, em um dos grupos de que faz parte. Por isso, chamaremos de *suicídio altruista* aquele que resulta de um altruísmo intenso” (Durkheim, 2014, p. 213). Nesse caso, “[...] chega a acontecer de o indivíduo se sacrificar unicamente pela alegria do sacrifício”, por exemplo, em nome de Deus ou da Pátria “[...] porque a renúncia, em si e sem razão particular, é considerada louvável” (Durkheim, 2014, p. 215). Como ilustração, alude-se a Segunda Guerra mundial em que os soldados japoneses foram considerados como camicases, assim como os mulçumanos que estavam nos aviões que colidiram com *World Trade Center* nos Estados Unidos, em 2001.

O terceiro deriva do conceito de anomia sendo denominado *anômico*, quando o suicídio ocorre por conflitos gerados pelas imposições morais da sociedade que limitam o indivíduo que almeja mais do que pode porque demanda além do que é realmente possível e, por isso, depara-se com o desespero (Durkheim, 2000, p. XXVI). Sendo uma demanda individual, poder-se-ia inferir que a sociedade estaria distante ou ausente de quaisquer motivações dessa natureza. Porém, o homem como ser social é um produto da sociedade a qual imputa-lhe necessidades de pertencimento, sentimentos de solidariedade, simpatia e a inclinação para o outro e o molda de acordo com suas regras, crenças religiosas, políticas e a moral que determinam a sua conduta (Durkheim, 2014).

O ser humano interage e em certa medida é pressionado a moldar-se às instituições as quais está inserido. Constitui-se de modo a adaptar-se à estrutura social que o regula e define as suas liberdades e restrições. Não há como dissociar o homem da sociedade, pois o primeiro resulta da segunda (Durkheim, 2014) e se influenciam mutualmente. Trata-se de uma simbiose que pode ser explicada através do princípio operador hologramático em que “[....] cada parte contém praticamente a totalidade da informação do objeto representado; em qualquer organização complexa, não só a parte está no todo, mas também o todo está na parte” (Morin; Ciurana; Motta, 2003, p. 33-34).

No tocante a esta indissociação, Durkheim (2014, p. 204) a comprehende da seguinte maneira:

Como derivam da sociedade, é também a ela que se remetem; ou antes são a própria sociedade encarnada e individualizada em cada um de nós. Mas, então, para que tenham, a nossos olhos, uma razão de ser, é preciso que o objeto a que visam não nos seja indiferente. Portanto, apenas podemos prezar umas se prezamos a outra, ou seja, a sociedade. Ao contrário, quanto mais nos sentimos desvinculados dessa última, mais, também, nos desvinculamos dessa vida de que ela é ao mesmo tempo fonte e finalidade.

O vínculo que as individualidades estabelecem com o todo, com o corpo social, é o elo que as legitimam. Entende-se, por isso, que a completude do homem ultrapassa a autopercepção e a autoaprovação e perpassa o crivo social que lhe permite existir e se desenvolver. Esta relação de interdependência é repleta de simbolismos que afetam diretamente a pessoa que não encontra sentido em si mesma e necessita encontrar fora dela algo que lhe atravesse e a motive, dando-lhe o sentido de ser e existir. À existência do indivíduo, no sentimento que tem de estar vivo, está contida a sua participação na sociedade (Morin, 1997).

No tipo de suicídio egoísta essa participação sofre a perda de sentido. O indivíduo não encontra interesses em comum no corpo social, o que não acontece em sociedades solidamente integradas que mantêm seus agentes dependentes, impedindo-os agirem a seus bel-prazeres. O

sentido da vida fica comprometido visto que para viver é preciso se vincular a “[...] um objeto que o ultrapassa e que lhe sobrevive, e alegou-se como razão disso uma necessidade que teríamos de não perecer por completo. Dizem que a vida só é tolerável se percebemos nela alguma razão de ser, se ela tem uma finalidade e que valha a pena” (Durkheim, 2014, p. 202).

No tipo anônimo estão em xeque as necessidades do sujeito que estão além das necessidades básicas de sobrevivência. Sabe-se que para um ser vivo gozar de felicidade é necessário que tenha as suas necessidades coadunadas com seus meios, do contrário, se forem expectadas a mais do que o limite possível de serem obtidas, serão constantemente frustradas e dolorosas (Durkheim, 2014).

Nossa sociedade, organizada em moldes capitalistas, impõe suas demandas e cria necessidades que para atendê-las e supri-las o sujeito deve acercar-se de diversas habilidades e competências, adequando-se a padrões pré-estabelecidos. Adaptar-se a essas exigências e garantir a sobrevivência é tarefa desafiadora ao ser atuante e pertencente a determinada estrutura social. Não obstante, no seu conjunto de valores e normas, “[...] nas sociedades complexas que comportam pluralismos e antagonismos (sociais, políticos e culturais), esses antagonismos podem enfrentar-se no seio de um mesmo espírito, provocando conflitos internos” (Morin; Ciurana; Motta, 2003, p. 34). Como determina Durkheim (2014), “[...] a sociedade não é somente um objeto que atrai para si, com intensidade desigual, os sentimentos e a atividade dos indivíduos. Ela também é um poder que os regula. Há uma relação entre a maneira como se exerce essa ação reguladora e a taxa social de suicídios” (Durkheim, 2014, p. 235).

Tomou-se como breve exemplo os tipos de suicídio egoísta e anônimo, não por simples exclusão do altruísta, mas pela relação de semelhança entre eles, visto terem em comum a ausência da sociedade nos indivíduos que em sua organização, por vezes, isola o sujeito a ponto de ele não perceber uma razão de ser na vida, no primeiro caso; e por não conseguir equilibrar e regular os desregramentos e necessidades ilimitadas, no segundo caso (Durkheim, 2014). Ambos aproximam as ideias de Durkheim e Morin acerca da sociedade e do seu papel associado a morte voluntária.

Retoma-se, então, o aspecto de vinculação em que Morin (1997) corrobora ao elucidar que:

O suicídio, ruptura suprema, é a reconciliação suprema, desesperada, com o mundo [...] sanciona uma solidão, uma ausência ou um ressecamento das participações. [...] Então, é possível que as participações caiam, ressequidas, aos pés do indivíduo solitário, e que nada mais o prenda a uma vida que ele sabe fadada à destruição. Assim, com a deificação de si mesmo, nasce a

angústia extrema da morte, que traz a tentação extrema da morte: o suicídio (Morin, 1997, p. 49-73).

O suicídio figura-se, do ponto de vista social, na quebra do vínculo com a vida que se alicerça na existência atrelada à conjuntura que abriga, ou não, o sujeito. Uma vez desfeito o laço social em definitivo ou mesmo um afrouxamento deste, significa que:

[...] o vínculo que o liga à sociedade também afrouxou. Quanto os incidentes da vida privada, que parecem inspirar imediatamente o suicídio e são considerados suas condições determinantes, na realidade são apenas causas ocasionais. Se o indivíduo cede ao menor choque das circunstâncias, é porque o estado em que se encontra a sociedade fez dele uma presa na medida para o suicídio (Durkheim, 2014, p. 207).

A sociedade, diante da morte voluntária, atesta que já não possui autoridade imperiosa de manter o sujeito em seu papel e compromissos sociais e nem a sua participação com sentido em comum a esta. Desta forma,

Quando o suicídio se manifesta, não apenas a sociedade foi incapaz de expulsar a morte, não apenas ela foi incapaz de dar ao indivíduo o gosto da vida, mas também foi vencida, negada; ela não pode fazer mais nada nem em favor nem contra a morte do homem (Morin, 1997, p. 49).

Contudo, Durkheim partiu da descentralização das afirmações que à época eram fundamentadas em casos isolados que justificavam o suicídio como resultado de estados psicóticos, raça ou hereditariedade, fatores cósmicos e imitação para a visão mais crítica das externalidades que agem sobre aquele que decide dar fim a própria existência. Desprendeu-se do olhar linear que isola e separa as partes para analisar as causas de um todo complexo.

Segundo Durkheim (2014, p. 296) “Os fatos mais diversos e até mesmo mais contraditórios da vida podem igualmente servir de pretexto ao suicídio. Isso significa que nenhum deles é sua causa específica”. Assegura o autor que,

É a constituição moral da sociedade que fixa a cada instante o contingente das mortes voluntárias. Existe, pois para cada povo, uma força coletiva, de energia determinada, que impele os homens a se matar. Os movimentos que o paciente realiza, e que, à primeira vista, parecem exprimir apenas seu temperamento pessoal, são, na realidade, a sequência e o prolongamento de uma situação social que esses manifestam exteriormente (Durkheim, 2014, p. 297).

E complementa,

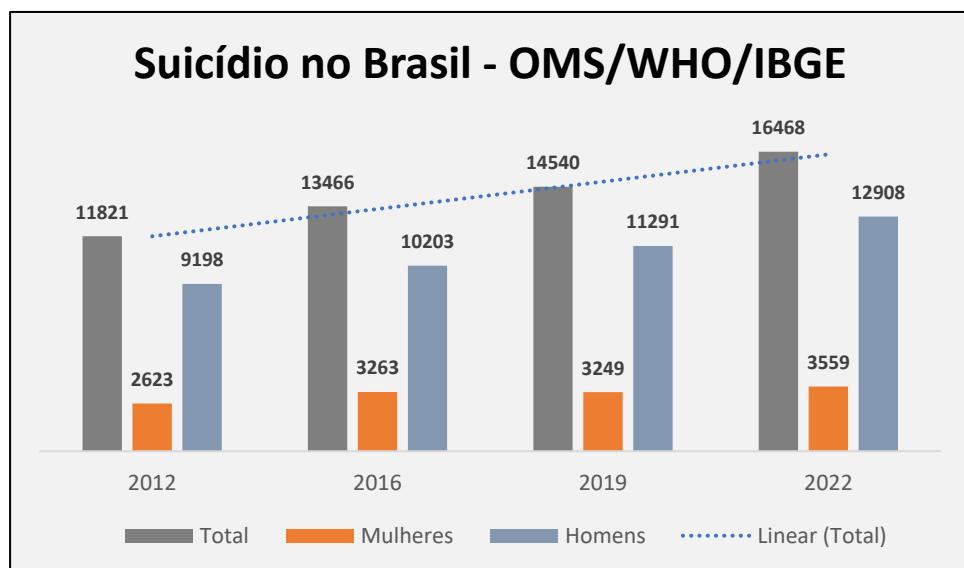
Cada grupo social realmente tem, para esse ato, uma propensão coletiva que lhe é própria e da qual derivam as propensões individuais, não sendo ela o resultado dessas últimas. O que a constitui são as correntes de egoísmo, de altruísmo e de anomia que atormentam a sociedade considerada, com suas consequências, que são as tendências à melancolia langorosa ou à renúncia ativa ou à lassidão exasperada (Durkheim, 2014, p. 297).

Para Morin (1997), o homem possui uma relação com a morte que implica a sua participação e a afirmação de sua individualidade, pois é dessa forma que enfrenta o traumatismo que a morte lhe causa. Por esta razão, a sociedade tem a sua importância ao legitimar o seu pertencimento e o seu existir. Se essa participação é comprometida, o suicídio se apresenta como possibilidade. A individuação exacerbada do egoísta se aproxima da afirmação da individualidade em Morin (1997, p. 49), uma vez que se ela “[...] se liberta de todos os seus laços, quando aparece só e resplandecente, a morte não menos só e resplandecente se ergue como seu sol”.

Para ambos os autores, a sociedade exerce o papel moderador e o modo como ela se organiza reflete nas individualidades. Pensam a sociedade como indissociável dos sujeitos, sendo assim, responsável pelos fenômenos que são de acordo com Durkheim um fato social.

Segundo estimativas da Organização Mundial da Saúde, o Brasil registrou 11.821 óbitos em 2012, sendo 2.623 mulheres e 9.198 homens. Em 2016, o total foi de 13.466, sendo 3.263 indivíduos do sexo feminino e 10.203 do sexo masculino. Entre os dois períodos, houve um aumento de aproximadamente 14% de casos. Em 2019 o número subiu aproximadamente 7,9% para um total de 14.540, em sua maioria homens (11.291) e mulheres somam (3.249) dos casos. Em 2022,¹⁵ a partir dos dados do IBGE, o número é mais elevado, ou seja, um total de 16.468 distribuídos da seguinte maneira: 3.559 óbitos por mulheres e 12.908 óbitos por homens.

Gráfico 2 - Suicídio no Brasil – OMS/WHO/IBGE



Fonte: Elaborado pelo autor com base em Who (2014, 2019, 2021; <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/8183>).

¹⁵ Não foram encontrados dados mais recentes.

Percebeu-se discrepâncias de gêneros entre as mortes apresentadas. pois número de mortes entre homens é superior a mortes entre mulheres. A Secretaria de Vigilância em Saúde e o Ministério da Saúde, explica que,

Essas diferenças têm sido associadas à maior agressividade e uma maior intenção de morrer entre homens, levando ao emprego de métodos mais letais, maior acesso a armas de fogo e outros objetos letais, e maior suscetibilidade aos impactos de instabilidades econômicas entre homens (Brasil, 2021, p. 7).

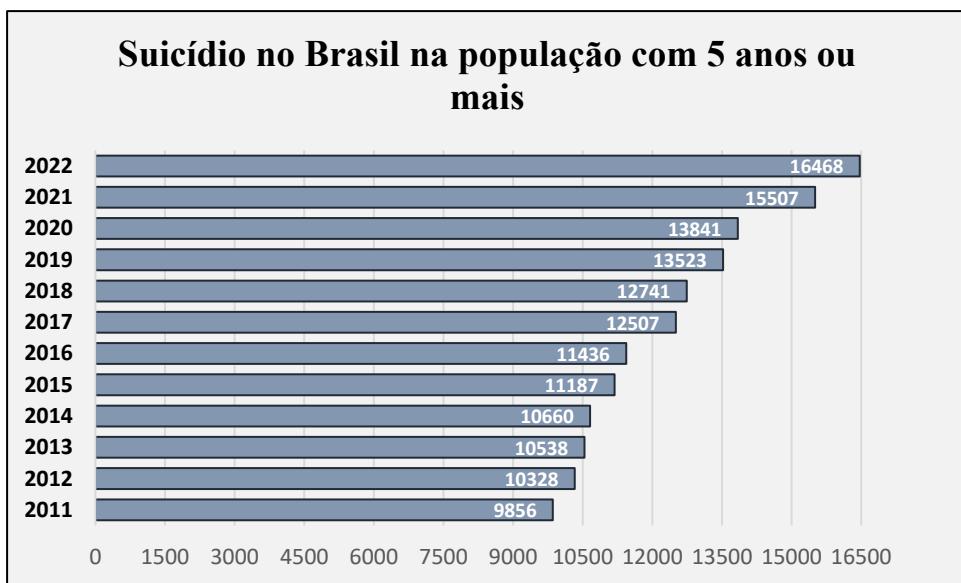
O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE junto ao Ministério da Saúde e ao Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM oferecem dados anuais dos anos 2000 a 2022. Existe uma divergência entre os dados da OMS e do IBGE¹⁶, o que mostra a dificuldade de obtenção de dados exatos para uma interpretação estrita de estatísticas sobre o suicídio. De qualquer modo, sabe-se que muitos óbitos não têm registradas as intencionalidades porque envolvem desde o preconceito até causas financeiras.

No Brasil, dados sobre mortalidade por suicídio derivam de informações que constam em atestados de óbitos, compiladas pelo Sistema de Informação de Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde. Esses dados costumam estar subestimados. O instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), ao comparar suas projeções demográficas como o total de óbitos registrados nos cartórios brasileiros, estima que 9,5% dos óbitos não foram registrados em cartórios (Botega, 2015, p. 58).

Esclarecida as divergências, coletou-se informações do período específico (2011 até 2022) com números de suicídios no Brasil nesse mesmo período. Conforme gráfico 2, em onze anos, óbitos por suicídios tiveram um aumento de 67,08%.

¹⁶ Globalmente, a disponibilidade e a qualidade dos dados sobre suicídio e automutilação são ruins. Apenas cerca de 80 Estados-membros da OMS têm dados vitais de registro de boa qualidade que podem ser usados diretamente para estimar as taxas de suicídio. Esse problema de dados de mortalidade de baixa qualidade não é exclusivo do suicídio, mas dado o estigma em torno do suicídio — e a ilegalidade do comportamento suicida em alguns países — é provável que a subnotificação e a classificação incorreta sejam problemas maiores para o suicídio do que para a maioria das outras causas de morte (Who, 2014).

Gráfico 3 - Suicídio no Brasil - População com 5 anos ou mais



Fonte: Elaborado pelo autor com base em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/8183>.

Em Who (2018), encontra-se que no Plano de Ação de Saúde Mental da OMS 2013-2020, os Estados-Membros¹⁷, sendo o Brasil um deles, comprometeram-se a trabalhar no sentido de reduzir a taxa de suicídio nos países em 10% até 2020, trata-se, esta, de uma meta global. Se o Brasil ao invés de reduzir teve um aumento de 67,08% entre o ano 2011 e 2022, entende-se que existe uma deficiência em políticas públicas eficazes que sejam capazes de modificar e repensar paradigmas acerca do suicídio.

Para Durkheim (2014, p. 207):

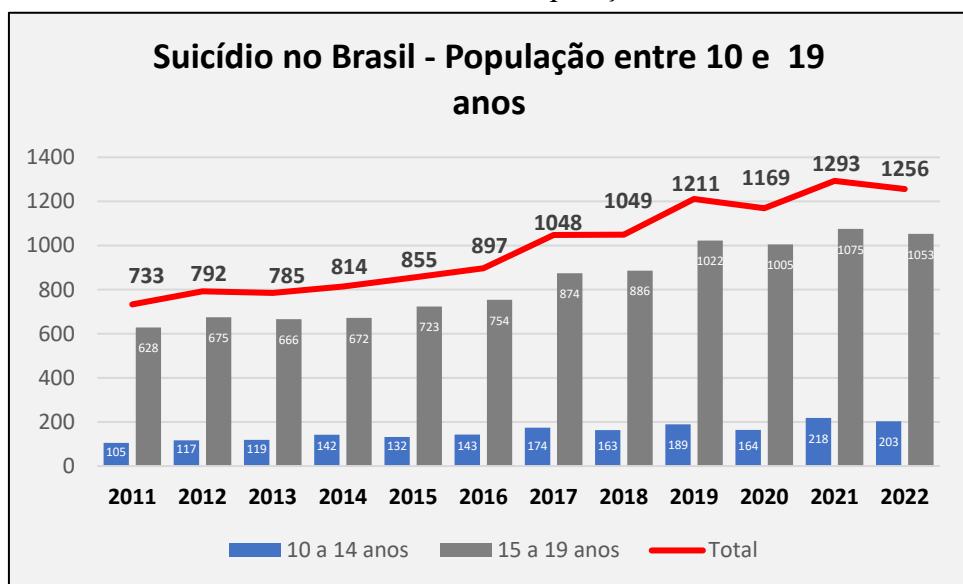
[...] o suicídio é excepcional entre as crianças e que diminui entre os velhos que chegam aos últimos limites da vida; é que, em ambos, o homem físico tende a voltar a ser o homem inteiro. A sociedade ainda está ausente do primeiro, que ela não teve tempo de moldar à sua imagem; ela começa a se retirar do segundo, ou, o que dá na mesma, ele se retira dela. Por conseguinte, eles se bastam mais. Tendo menos necessidade de se completar com algo além de si mesmos, também estão menos expostos a não ter o que é necessário para viver.

O estreitamento do liame entre o homem à sociedade é mais proeminente em faixas etárias específicas, não desconsiderando, é claro, que durante toda a vida a ligação indivíduo-sociedade existirá e quando rompida, possivelmente, teremos a ocorrência do fenômeno suicídio. A incidência de casos de suicídio entre os jovens foi evidenciada nos estudos de Durkheim (2014, p. 203), no qual ele afirma que “[...] é muito raro nos quinze primeiros anos e que tende a diminuir durante o período extremo da vida”, ocorrendo predominantemente após

¹⁷ <https://www.who.int/countries>

os quinze anos e na vida adulta. Esta constatação do autor se atualiza e conjumina aos dados da Organização Mundial da Saúde que revela que morrem por ano, no mundo, aproximadamente 720.000 pessoas por suicídio. Trata-se de um problema de saúde pública global que ocupa o terceiro lugar entre as principais causas de morte mais frequentes em jovens de 15 a 29 anos (Who, 2014, 2019, 2021, 2024). O gráfico 4, apresenta os números de suicídios entre jovens de 10 a 19 anos no Brasil.

Gráfico 4 - Suicídio no Brasil - População entre 10 e 19 anos



Fonte: Elaborado pelo autor com base em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/8183>.

Estes dados contribuíram para escolha do *lócus* desta pesquisa que se concentrou em escolas que ofertam as duas últimas etapas da educação básica, isto implica em alunos com idades entre 11 e 17 anos, em sua maioria, na adolescência, como delibera o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)¹⁸.

Destina-se, desse modo, a atenção a este período que convencionou-se dizê-lo “aborrecência”, neologismo que pejorou esta fase tão importante e significativa na vida de todos os seres humanos. Faz-se urgente analisar os processos que envolvem o homem quando está adolescendo, com vistas a mitigar os preconceitos que estigmatizam esse estágio complexo da vida. Sendo assim, a sessão a seguir abordará implicações na educação ao explicar alguns aspectos da adolescência e os desafios enfrentados pelo adolescente, bem como um recorte sobre a educação e a legislação vigente.

¹⁸ “Art. 2º Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade” (Brasil, 1990).

3. ADOLESCÊNCIA, EDUCAÇÃO E LEGISLAÇÃO

3.1 ADOLESCÊNCIA

Morin (2018) sinaliza que “A adolescência é, de fato, a idade da busca individual da iniciação, a passagem atormentada entre uma infância que ainda não acabou e uma maturidade que ainda não foi assumida, uma pré-sociabilidade (aprendizagem, estudo) e uma socialização (trabalho, direito cívico)” (Morin, 2018, p. 149).

A adolescência representa a fase de mudança entre a infância e a idade adulta. Este período é caracterizado por impulsos do desenvolvimento mental, emocional, físico, social, sexual, e exige dos jovens determinado esforço para atender às expectativas culturais da sociedade em que estão inseridos. A adolescência começa com as transformações corporais da puberdade e termina quando a pessoa completa seu crescimento e sua personalidade e alcança gradualmente independência econômica e a integração total em seu grupo social (Eisenstein, 2005).

Na visão de Salles (2005, p. 35) a adolescência pode “[...] ser caracterizada como um emaranhado de fatores de ordem individual, por estar associada à maturidade biológica, e de ordem histórica e social, por estar relacionada às condições específicas da cultura na qual o adolescente está inserido”.

Sob o olhar psicanalítico, é na adolescência que serão manifestados os desdobramentos de como foram experienciadas as fases anteriores do desenvolvimento psicossexual. É nesta etapa que a psicodinâmica do complexo de Édipo¹⁹ é evidenciada, bem como sua influência na constituição psíquica do sujeito. É quando os conflitos da puberdade eclodem com suas demandas e a libido começa a ser direcionada a outros objetos que não os pais, buscando outras representações ideativas fora do ambiente familiar para fundir-se a elas (Domingues; Domingues; Baracat, 2009).

Conforme Santos e Sadala (2013, p. 563),

Em termos psicanalíticos, a adolescência é entendida como um trabalho psíquico de elaboração de perdas, elaboração da falta no Outro²⁰ e elaboração de escolhas. Estas concepções estão todas fundamentadas na afirmativa

¹⁹ [...] trata-se apenas de uma “simplificação ou esquematização” relativamente à complexidade da experiência: “... o menino não tem apenas uma atitude ambivalente e uma escolha objetal terna dirigida à mãe; ao mesmo tempo ele também se comporta como uma menina mostrando uma atitude feminina terna em relação ao pai e a atitude correspondente de hostilidade ciumenta em relação à mãe” (Laplanche; Pontalis, 2001, p. 78).

²⁰ “Outro é o lugar em que se situa a cadeia do significante que comanda tudo que vai poder presentificar-se do sujeito, é o campo desse vivo onde o sujeito tem de aparecer” (Lacan, 2008, p. 200).

freudiana que aponta o desligamento da autoridade dos pais como o principal, e mais doloroso, trabalho psíquico a ser realizado.

Na obra “Adolescência normal”, Aberastury e Knobel (1981) fazem uma análise mais detida da psicodinâmica do percurso adolescente. Para Knobel (1981), mesmo que apresente instabilidades e desequilíbrios intensos configurando uma “entidade semipatológica” denominada por ele como “síndrome normal da adolescência”, esta fase “[...] mais do que uma etapa estabilizada, é processo e desenvolvimento. Deve, portanto, compreender-se para situar seus desvios no contexto da realidade humana” (Knobel, 1981, p. 9).

Aberastury (1981), no que diz respeito a essa dinâmica, conceitua os lutos fundamentais, classificando-os da seguinte maneira: luto do corpo infantil, luto da identidade e papéis infantis e luto dos pais da infância. Tratam-se, estes lutos, de “verdadeiras perdas de personalidade” que “[...] vão acompanhados por todo o complexo psicodinâmico do luto normal e em ocasiões, transitória e fugazmente, adquirem as características do luto patológico” (Knobel, 1981, p. 10).

O adolescente assiste compulsoriamente as próprias transformações biológicas das quais é espectador passivo. Estas e a outras modificações estruturais o fazem sentir-se impotente e esta realidade desloca sua rebeldia à esfera do pensamento. Com a mente ainda infantil experiencia o conflito de lidar com a perda do corpo infantil que está se transformando em um corpo adulto. Com isto, em meio a substitutos à negação da perda do corpo infantil e, “[...] em flutuações incessantes com a realidade que o colocam na relação com seus pais, com sua família e com o mundo concreto que o rodeia e do qual depende, elabora essa perda e vai aceitando a sua nova personalidade” (Rosenthal; Knobel, 1981, p. 81).

Além da superação da perda do corpo da infância, quem está a adolescer é impelido a enfrentar o conflito de transicionar entre a dependência infantil e a independência adulta sem poder estabilizar-se em uma delas. Devido a esse conflito de papéis, suas atribuições e responsabilidades são transferidas a terceiros, neste caso, a grupos e aos genitores que assumem o “princípio da realidade”²¹. Esse movimento de transferência isenta a personalidade do processo de pensamento dando origem ao que se considera a “irresponsabilidade típica do adolescente”, fato que justifica a falta de estima e a despersonalificação das pessoas, tratando-as “[...] como objetos necessários para as suas satisfações imediatas”, bem como a passionalidade, pois a ambivalência amor e ódio é fruto da instabilidade afetiva provocada pelo luto do papel infantil (Rosenthal; Knobel, 1981, p. 82).

²¹ Um dos dois princípios que, segundo Freud, regem o funcionamento mental. Forma par com o princípio de prazer, e modifica-o; na medida em que consegue impor-se como princípio regulador, a procura da satisfação já não se efetua pelos caminhos mais curtos, mas faz desvios e adia o seu resultado em função das condições impostas pelo mundo exterior (Laplanche; Pontalis, 2001, p. 368).

A perda dos pais da infância é outro desafio com o qual o adolescente se defronta e trata-se de uma elaboração dual, pois tanto ele como os pais enfrentam, simultaneamente, o luto. De um lado, está o jovem adolescendo na busca por sua identidade que implica a conquista da sua independência que, a princípio, é relativa em virtude da dependência real dos pais; do outro, os genitores que devem “[...] elaborar a perda da relação de submetimento infantil de seus filhos, produzindo-se então uma interação de um duplo luto, que dificulta ainda mais este aspecto da adolescência” (Rosenthal; Knobel, 1981, p. 84).

A elaboração completa destes lutos é fundamental para o desenvolvimento do sujeito, pois, do contrário, poderá gerar “[...] fixação ou exageros destes processos, que poderão ser identificados na conduta psicopática” (Rosenthal; Knobel, 1981, p. 87).

De acordo com Levisky (1997), outros aspectos são característicos da adolescência, refere-se à impulsividade agressiva e sexual cuja descarga pulsional ocorre por processo primário (princípio de prazer)²² que deliberadamente sobrepõe-se ao princípio de realidade (processo secundário), condição que leva o adolescente a agir primitivamente ao desconsiderar qualquer crivo que a realidade possa lhe impor e impedir a realização dos seus desejos. No desenvolvimento da sua identidade, associada a agressividade, pode-se perceber a revolta e a rebeldia como externalidade da autoafirmação esperada neste período e as condições sociais podem ser um fator de risco no sentido de exposição do jovem que está adolescendo a outras práticas de violência direcionadas a si mesmo e aos outros. Os sistemas de construção de identidade e de identificação são estabelecidos “[...] dentro de um clima determinado pelos valores impostos pela cultura vigente, os quais facilitam ou inibem a expressão dos movimentos pulsionais de vida e de morte ou, para quem preferir, a relação entre construtividade e destrutividade” (Levisky, 1997, p. 23).

É sob a perspectiva de destrutividade que Cassorla e Smeke (1997) apontam para o risco do suicídio. Segundo os psicanalistas, uma sociedade autodestrutiva pode influenciar o jovem que é parte dela. O adolescente que se autodestrói carrega em si aspectos da sociedade, pois o comportamento suicida é, quase sempre, resultado da relação adolescente e sociedade que se influenciam mutualmente. Ressaltam que a predisposição à melancolia, o despertar da

²² Do ponto de vista econômico-dinâmico: no caso do processo primário, a energia psíquica escoa-se livremente, passando sem barreiras de uma representação para outra segundo os mecanismos de deslocamento e de condensação; tende a reinvestir plenamente as representações ligadas às vivências de satisfação constitutivas do desejo (alucinação primitiva). No caso do processo secundário, a energia começa por estar “ligada” antes de se escoar de forma controlada; as representações são investidas de uma maneira mais estável, a satisfação é adiada permitindo assim experiências mentais que põem à prova os ferentes caminhos possíveis de satisfação. A oposição entre processo primário e processo secundário é relativa da oposição entre princípio de prazer e princípio de realidade (Laplanche; Pontalis, 2001, p. 371).

sexualidade e a agressividade são inerentes à elaboração dos lutos e geram culpabilidade e momentos de confusão ampliados por decorrência das mudanças corporais e pulsionais. Por conseguinte, o despertar para a “[...] realidade da morte, da morte dos pais inicialmente, pode fazer com que reativamente o indivíduo procure desafiá-la subjacente a fantasia de que a poderia controlar” (Cassorla; Smeke, 1997, p. 86).

Penso e Sena (2019) pesquisaram sobre o processo identitário na adolescência e na juventude. Este processo se dá mediante as relações de pertencimento com os grupos sociais (família, escola, trabalho e grupo de pares) em que o indivíduo está vinculado ou que pretende e necessita se vincular. Ressaltam a importância desses grupos no desenvolvimento do indivíduo, sobretudo, nesta fase da vida. As autoras trazem ao debate a sociedade líquida, a estrutura econômica e o consumismo desenfreado que refletem a nossa sociedade contemporânea e afetam os jovens em suas construções de identidade. Para elas, “[...] os jovens estão vivendo em um contexto em que os vínculos são frágeis, as trocas provisórias e as relações utilitaristas. São jovens sem utilidade e muitas vezes sem futuro” (Penso; Sena, 2019, p. 71). Dessa maneira, as mudanças sociais, familiares, sexuais, econômicas, físicas e relacionais, assim como transtornos mentais, *bullying* e histórico de suicídio na família tendem a aparecer como desdobramentos dessas relações e como preditores para o suicídio. As autoras afirmam que:

[...] cabe relembrar que quando os jovens pensam em se matar, seu desejo maior é deixar de sofrer, acabar com algo que é intolerável e não com a sua própria vida. Surge, portanto, a necessidade de olhar atentamente para a sociedade paradoxal, consumista, exigente e pouco afetiva na qual estes jovens estão vivendo (Penso; Sena, 2019, p. 76).

Por isso, tornam-se atuais os questionamentos de Aberastury (1981, p. 88): “Quais são os motivos para que a sociedade não modifique as suas rígidas estruturas e se empenhe em mantê-las, mesmo quando o indivíduo muda? Que conflitos conscientes ou inconscientes fazem com que os pais ignorem ou não compreendam a evolução do filho?”.

Sendo assim, a sociedade mantendo-se imutável diante das transformações e pouco compreendendo a adolescência ou a síndrome normal da adolescência, que é “[...] perturbada e perturbadora para o mundo adulto, mas necessária, absolutamente necessária, para o adolescente, que neste processo vai estabelecer a sua identidade, sendo este um objetivo fundamental deste momento da vida” (Aberastury; Knobel, 1981, p. 9), demonstra haver um problema social que denota,

[...] outra face escondida até hoje debaixo do disfarce da adolescência difícil: é a de uma sociedade difícil, incompreensiva, hostil e inexorável, às vezes,

frente à onda de crescimento lúcida e ativa que lhe impõe a evidência de alguém que quer agir sobre o mundo e modificá-lo sob a ação de suas próprias transformações (Aberastury, 1981, p. 88-89).

Dessa forma, é durante a adolescência que se tem uma importante oportunidade para influenciar positiva ou negativamente o desenvolvimento da personalidade dos jovens por meio da interação com a sociedade à qual pertencem, onde procuram novos modelos de identificação (Levinsky, 1997). Para que o jovem alcance seu completo desenvolvimento cognitivo, emocional, sexual e psicológico, é essencial que ele transite em ambientes acolhedores, que proporcionem segurança, apoio e proteção (Lamarca; Machado, 2014).

3.1.1 Possíveis fatores e causas do comportamento suicida e do suicídio na adolescência

Importante ressaltar que alguns adolescentes além de não possuírem maturidade para lidarem com as emoções, tendem ao imediatismo e à impulsividade. Assim, encontram mais dificuldades para lidarem com situações de estresses agudo, de humilhação ou vergonha, bem como com término de relacionamentos, fracasso escolar, exclusão de grupos e perda de pessoas próximas. Essas situações podem ser gatilhos e desencadear atos suicidas (Botega, 2015).

Nota-se que o comportamento e o ato suicida possuem causas multifatoriais que não são fáceis de identificar quando uma atitude/reação pode ser considerada como um comportamento resultante da síndrome normal da adolescência ou quando denota sinais de alerta, de risco para a morte voluntária. Pensando neste complicador, Botega (2015, p. 158) apresenta, baseado em Hawton e colaboradores²³, uma série de fatores de risco para o comportamento suicida em adolescentes:

Fatores sociodemográficos e educacionais:

- Sexo (feminino para tentativas; masculino para suicídio) – maioria dos países;
- Nível socioeconômico baixo²⁴;
- Orientação sexual (homossexual, bissexual, transgênero);
- Baixo rendimento escolar*.

Estressores psicossociais e vida familiar:

- Separação ou divórcio dos pais*;
- Morte de um genitor*;
- Abuso físico e sexual*;
- Transtorno mental nos pais*;
- Comportamento suicida na família*;

²³ Hawton K, Saunders KEA, O'Connor RC. Self-harm and suicide in adolescents. Lancet. 2012;379(9834):2373-82.

²⁴ (*) Estudos evidenciam associação do fator de risco com o suicídio de adolescentes.

- Discórdia no ambiente familiar;
- *Bullying* (vítima ou perpetrador) *;
- Sentir-se humilhado por ter sofrido ações disciplinares;
- Exposição a casos de suicídio ou de tentativas de suicídio;
- Dificuldades nos relacionamentos interpessoais*.

Fatores psicológicos e psiquiátricos:

- Transtornos mentais* (depressão, ansiedade, déficit de atenção/hiperatividade, transtorno de conduta);
- Tentativa de suicídio prévia*;
- Autoagressão deliberada;
- Abuso de álcool e drogas*;
- Alta hospitalar recente;
- Mudança recente no tratamento psiquiátrico;
- Impulsividade ou comportamento agressivo;
- Baixa autoestima;
- Pouca capacidade de solução de problemas sociais;
- Sentir-se enclausurado, sem conexão, um peso;
- Perfeccionismo;
- Desesperança*.

Como visto, as causas do suicídio são multifatoriais e abarcam fatores inerentes ao indivíduo e fatores sociais. Isso quer dizer que o suicídio apesar de ser considerado por Durkheim (2014) como um fato social, pode também ser desencadeado por fatores biopsicossociais e não apenas sociais.

A esse respeito, a formulação de Morin (2003) aponta para a compreensão da importância de se ampliar o campo observacional ao analisar um fenômeno como é o caso do suicídio:

O que é uma causa? preciso aprender a ultrapassar a causalidade linear causa → efeito. Compreender a causalidade mútua inter-relacionada, a causalidade circular (retroativa, recursiva), as incertezas da causalidade (porque as mesmas causas não produzem sempre os mesmos efeitos, quando os sistemas que elas afetam têm reações diferentes, e por que causas diferentes podem provocar os mesmos efeitos) (Morin, 2003, p. 77, itálico e caracteres especiais do original).

Por isso, a seguir, serão descritas algumas das principais causas do suicídio entre adolescentes e jovens.

Em 2019, no mundo, 23 milhões de crianças e adolescentes viviam com depressão. Em 2020²⁵ a estimativa era de um aumento de 28% devido à pandemia COVID-19. Trata-se de um transtorno classificado entre os mais incapacitantes que resulta de uma interação complexa de fatores biológicos, sociais e psicológicos (Who, 2022).

²⁵ Não foram encontrados dados e nem estimativas mais recentes para a depressão e para transtornos de ansiedade.

No Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5), a depressão está caracterizada como o conjunto de transtorno que têm em comum “[...] a presença de humor triste, vazio ou irritável, acompanhado de alterações somáticas e cognitivas que afetam significativamente a capacidade de funcionamento do indivíduo” (American Psychiatric Association, 2014, p. 155). O transtorno depressivo maior devido as suas especificidades representa melhor esse grupo de transtornos e pode ser diagnosticado quando cinco ou mais dos seguintes sintomas estiverem presentes por no mínimo duas semanas:

Humor deprimido na maior parte do dia, quase todos os dias; acentuada diminuição do interesse ou prazer em todas ou quase todas as atividades na maior parte do dia, quase todos os dias; perda ou ganho significativo de peso sem estar fazendo dieta; insônia ou hipersonia quase todos os dias; agitação ou retardo psicomotor quase todos os dias; fadiga ou perda de energia quase todos os dias; sentimentos de inutilidade ou culpa excessiva ou inapropriada; capacidade diminuída para pensar ou se concentrar, ou indecisão, quase todos os dias; pensamentos recorrentes de morte, ideação suicida recorrente sem um plano específico, uma tentativa de suicídio ou plano específico para cometer suicídio (American Psychiatric Association, 2014, p. 161).

A depressão difere das alterações comuns de humor e das respostas emocionais de curta duração aos desafios cotidianos. Vários outros sintomas estão presentes, que podem incluir falta de concentração, sentimento de culpa excessiva ou baixa autoestima, desesperança em relação ao futuro, sensação especialmente cansada ou desanimada, sem energia. Deve-se considerar que pessoas com depressão correm maior risco de suicídio (Who, 2023).

Em 2019, no mundo, 58 milhões de crianças e adolescentes viviam com transtorno de ansiedade. Em 2020 a estimativa era de um aumento de 26% devido à pandemia do novo coronavírus (Who, 2022).

Como transtornos de ansiedade entende-se os transtornos que têm características em comum como medo e a ansiedade excessivos e distúrbios comportamentais relacionados (American Psychiatric Association, 2014). Incluem transtorno de ansiedade de separação: (caracterizado por medo ou ansiedade excessivos quanto à separação daqueles indivíduos com os quais a pessoa tem um vínculo emocional profundo); transtorno de ansiedade social: (caracterizado por medo e preocupação excessivos em situações sociais); transtorno de pânico: (caracterizado por ataques de pânico); transtorno de ansiedade generalizada: (caracterizado por preocupação excessiva); e outros (Who, 2023; American Psychiatric Association, 2014).

Já os Transtornos Específicos de Aprendizagem possuem relação com o suicídio e essa correlação, apesar de não ser muito difundida, está disponível no DSM-5. Esses transtornos consistem na dificuldade na aprendizagem e no uso de habilidades acadêmicas e de acordo com a American Psychiatric Association (2014) possui as seguintes características:

- **Com prejuízo na leitura (Dislexia):** “*Dislexia* é um termo alternativo usado em referência a um padrão de dificuldades de aprendizagem caracterizado por problemas no reconhecimento preciso ou fluente de palavras, problemas de decodificação e dificuldades de ortografia. Se o termo dislexia for usado para especificar esse padrão particular de dificuldades, é importante também especificar quaisquer dificuldades adicionais que estejam presentes, tais como dificuldades na compreensão da leitura ou no raciocínio matemático” (American Psychiatric Association, 2014, p. 67);
- **Com prejuízo na expressão escrita:** envolve precisão na ortografia, precisão na gramática, na pontuação e clareza ou organização da expressão escrita (American Psychiatric Association, 2014, p. 67);
- **Com prejuízo na matemática (Discalculia):** “*Discalculia* é um termo alternativo usado em referência a um padrão de dificuldades caracterizado por problemas no processamento de informações numéricas, aprendizagem de fatos aritméticos e realização de cálculos precisos ou fluentes. Se o termo discalculia for usado para especificar esse padrão particular de dificuldades matemáticas, é importante também especificar quaisquer dificuldades adicionais que estejam presentes, tais como dificuldades no raciocínio matemático ou na precisão na leitura de palavras” (American Psychiatric Association, 2014, p. 67).

Esse transtorno pode apresentar:

[...] consequências funcionais negativas ao longo da vida, incluindo baixo desempenho acadêmico, taxas mais altas de evasão do ensino médio, menores taxas de educação superior, níveis altos de sofrimento psicológico e pior saúde mental geral, taxas mais elevadas de desemprego e subemprego e renda menor. Evasão escolar e sintomas depressivos comórbidos aumentam o risco de piores desfechos de saúde mental, incluindo suicidalidade, enquanto altos níveis de apoio social ou emocional predizem melhores desfechos de saúde mental. (American Psychiatric Association, 2014, p. 73).

No DSM-5 consta que “A prevalência do transtorno específico da aprendizagem nos domínios acadêmicos da leitura, escrita e matemática é de 5 a 15% entre crianças em idade escolar, em diferentes idiomas e culturas” (American Psychiatric Association, 2014, p. 70).

Outras causas importantes são o *bullying* e *cyberbullying*, os quais a Lei nº 13.185 que instituiu o Programa de Combate ao *Bullying* o classifica como intimidação sistemática, ou seja,

[...] todo ato de violência física ou psicológica, intencional e repetitivo que ocorre sem motivação evidente, praticado por indivíduo ou grupo, contra uma ou mais pessoas, com o objetivo de intimidá-la ou agredi-la, causando dor e angústia à vítima, em uma relação de desequilíbrio de poder entre as partes envolvidas (Brasil, 2015).

Este tipo de comportamento é tão antigo quanto a escola e já foi nomeado pelo médico sueco Peter Paul Heinemann, na década de 1960, como *mobbing* termo que antecede o termo *bullying*, cunhado por Dan Olweus nos anos 1980, na Noruega, depois de três alunos com aproximadamente 14 anos se suicidarem tendo como provável causa a vitimização por agressão sistemática na escola (Dias; Bernardes, 2020).

De forma análoga, quando a intimidação sistemática ocorre a partir da rede mundial dos computadores e “[...] quando se usarem os instrumentos que lhe são próprios para depreciar, incitar a violência, adulterar fotos e dados pessoais com o intuito de criar meios de constrangimento psicossocial” tem-se o *cyberbullying* (Brasil, 2015, s/p).

3.2 EDUCAÇÃO E LEGISLAÇÃO

A educação é um processo estruturado, planejado e intencional, mas ao mesmo tempo é um processo dinâmico, complexo e em constante evolução. Por isso, requer uma estrutura ampla, eficiente e a colaboração ativa da comunidade, dos pais e de várias organizações para garantir a qualidade necessária exigida pela sociedade contemporânea, que é marcada pela tecnologia da informação e do conhecimento (Lück, 2009).

Na opinião de Severino (2001, p. 72),

[...] há uma relação visceral entre o processo educacional e o da sociedade. Existe uma pulsão no jogo entre as forças sociais e a educação. Isso ocorre de tal modo que, de um lado, a forma de organizar a educação reproduz integralmente a estruturação da sociedade; de outro lado, a atuação educacional pode ter efeitos desestruturadores, tornando-se fator de mudança social.

Assim, a educação é percebida como uma atividade que ocorre dentro do contexto social e histórico. Esse fenômeno abrange padrões de comportamento, tradições, estruturas institucionais, expressões culturais e procedimentos administrativos. A educação é considerada um processo social que se desenvolve no tempo histórico. Além disso, ela desempenha um papel crucial na mediação das interações sociais, visando integrar as novas gerações na sociedade, sem a qual não sobrevivem (Severino, 2001).

Segundo Saviani (2019, s/p.),

A educação é entendida como o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens. Em outros termos, isso significa que a educação é entendida como mediação no seio da prática social global. A prática social se põe, portanto, como o ponto de partida e o ponto de chegada da prática educativa.

No sentido mais abrangente, a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDB - Brasil) afirma em seu Art. 1º que “A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (Brasil, 1996, s/p).

E no sentido mais específico, em seu Art. 2º, consta que “A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 1996, s/p). Nos dizeres de Severino (2001, p. 67), ele corrobora ao afirmar que,

A educação é mediada e mediadora, esforço de constituição de significado, explicitando sua condição ontológica de prática humana. A educação é mediação fundamental para as demais, que formam a existência histórica. A educação é um investimento intergeracional com o objetivo de inserir os educandos nas forças construtivas do trabalho, da sociabilidade e da cultura. A educação é uma atividade como qualquer outra, é trabalho e prática social e simbólica.

De acordo com o estipulado na LDB, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a educação escolar deve estar integrada às práticas sociais e ao trabalho, fundamentando-se nos valores de solidariedade, respeito à diversidade e valorização da tolerância, além de adotar uma abordagem pluralista em relação a ideias e concepções pedagógicas. É essencial que esses princípios norteiem a garantia de igualdade de oportunidades para todos os estudantes alcançarem o sucesso, sustentados por padrões que assegurem a qualidade do ensino (Lück, 2009). Nesse sentido,

A educação é uma prática social e política cujas ferramentas são elementos simbólicos, produzidos e manuseados pela subjetividade e mediados pela cultura. Por isso, a educação se faz como conscientização, lidando com conteúdos simbólicos da subjetividade dos educandos. Ela atua sobre as representações, conceitos e valores das pessoas mediante a comunicação intersubjetiva (Severino, 2001, p. 72).

Isso implica na necessidade de integrar os conteúdos no currículo escolar de forma relevante e significativa para os alunos, conectando-os com as realidades nas quais estão inseridos (Lück, 2009), pois

A educação escolar tem a tarefa de promover a apropriação de saberes, procedimentos, atitudes e valores por parte dos alunos, pela ação mediadora dos professores e pela organização e gestão da escola. O encargo das escolas, hoje, é assegurar o desenvolvimento das capacidades cognitivas, operativas, sociais e morais pelo seu empenho na dinamização do currículo, no desenvolvimento dos processos do pensar, na formação da cidadania participativa e na formação ética. Para isso, faz-se necessário superar as formas conservadoras de organização e gestão, adotando formas alternativas, criativas, de modo que os objetivos sociais e políticos da escola correspondam estratégias compatíveis de organização e gestão (Libâneo, 2001, p. 111).

A LDB propõe aos currículos temas transversais e a formação plena do alunado como está posto nos Art. 26º § 9º “conteúdos relativos aos direitos humanos e à prevenção de todas as formas de violência contra a criança, o adolescente e a mulher serão incluídos, como temas transversais, nos currículos”; e no Art. 35º-A § 7º “Os currículos do Ensino Médio deverão considerar a formação integral do aluno, de maneira a adotar um trabalho voltado para a construção de seu projeto de vida e para sua formação nos aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais” (Brasil, 1996, s/p).

Segundo Lück (2009), promovida pela escola, a educação representa um processo sociopedagógico destinado a potencializar o talento humano e promover seu crescimento, através da aquisição de conhecimentos, habilidades e atitudes essenciais para uma participação consciente, comprometida e plena na sociedade. Isso inclui a preparação para o ingresso no mercado de trabalho e a utilização dos recursos culturais disponíveis. Em uma sociedade complexa e desafiadora como a atual, essa forma de educação requer o desenvolvimento das seguintes capacidades para uma inserção eficaz na sociedade e no mundo profissional, bem como para desfrutar dos recursos culturais e tecnológicos oferecidos pela sociedade:

- i) de resolver problemas com iniciativa; ii) de trabalho colaborativo e em equipe; iii) de raciocínio rápido e crítico bem informado; iv) de visão estratégica; v) de atuação autônoma, ética e elevada auto-estima; vi) de aprender e de atuar criativamente; vii) de liderança; viii) de questionamento crítico; ix) de organização, com capacidade de concentração; x) de trabalho integrado e em equipe; xi) de fazer uso criativo de recursos, dentre outros aspectos. Essas capacidades gerais se assentam sobre a capacidade de ler, interpretar, escrever, questionar e analisar, desenvolvidas na escola (Lück, 2009, p. 21).

Além das habilidades técnicas a serem desenvolvidas outras habilidades são fundamentais para o desenvolvimento integral do educando e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC – Brasil, 2017) articula e disciplina a educação escolar objetivando esse fim. A BNCC é documento normativo aplicável apenas à educação escolar, conforme define o § 1º do Artigo 1º da LDB que diz “Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve,

predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias” (Brasil, 1996, s/p). Fundamenta-se em princípios estéticos, éticos e políticos com foco na formação integral e na construção de uma sociedade inclusiva, justa e democrática. Nesta normativa constam as competências gerais da educação básica²⁶ (Brasil, 2017).

Dentre elas, estão descritas as que versam sobre aspectos importantes de como agir com autonomia na relação intrapessoal pensando o autoconhecimento, autocuidado, incluindo a saúde emocional e física; e na relação interpessoal voltada a ações empáticas e dialógicas, resolução de conflitos, autorrespeito e o respeito aos outros em suas diversidades diminuindo preconceitos (Brasil, 2017)²⁷. Louvável a ideia de desenvolvimento dessas competências, porém, na prática, os profissionais que protagonizam e conduzem os escolares nesse processo são os professores e os gestores das escolas. Esta constatação, inevitavelmente, leva as seguintes perguntas: estão esses profissionais capacitados para essa tarefa? Em suas formações foram formados para essa finalidade?

A respeito do ensino fundamental, reconhece-se tratar-se de um ciclo da vida em que os estudantes estão diante da transição da infância para adolescência, tendo que lidar com mudanças psicológicas, biológicas, sociais e emocionais. Para este instrumento normativo, eles “[...] ampliam suas descobertas em relação a si próprios e às suas relações com grupos sociais, tornando-se mais autônomos para cuidar de si e do mundo ao seu redor” (Brasil, 2017, p. 355).

Uma das formas de potencializar o desenvolvimento de tais competências pode-se observar por meio da unidade temática “Vida e evolução”, no componente curricular (Ciências), que propõe que se estude os seres vivos e suas implicações com a pretensão de que os discentes sejam capazes de “[...] compreender a organização e o funcionamento de seu corpo, assim como a interpretar as modificações físicas e emocionais que acompanham a adolescência e a reconhecer o impacto que elas podem ter na autoestima e na segurança de seu próprio corpo”. Importante que consigam protagonizar posicionamentos que “[...] representem autocuidado com seu corpo e respeito com o corpo do outro, na perspectiva do cuidado integral à saúde física, mental, sexual e reprodutiva” (Brasil, 2017, p. 327). Desenvolvendo essas competências o adolescente poderá lidar melhor com o luto do corpo infantil e com as transformações físicas e emocionais que esse suscita.

²⁶Na BNCC, competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho (Brasil, 2017, p. 8). Outras competências gerais, específicas e habilidades constam neste documento normativo, porém, as que estão neste texto citadas foram selecionadas por coadunarem com o escopo desta pesquisa.

²⁷Cf. p. 10, itens 8, 9 e 10.

Quanto ao Ensino Médio, o documento preocupa-se em não classificar e nem enquadrar o público atendido a um perfil específico, tendo como premissa que este é constituído por adolescentes e jovens diversos que formam a noção de um todo plural de juventudes, partícipes de sociedades dinâmicas também diversas. Tem por finalidades, neste ciclo, a educação integral, a construção do projeto de vida, a preparação para o trabalho e o exercício da cidadania (Brasil, 2017). Porém, é fundamental ressaltar que para atender a essas finalidades há a necessidade de estratégias efetivas e o envolvimento de profissionais capacitados para que os direitos das (os) adolescentes sejam respeitados de modo a não comprometer o desenvolvimento pleno desse público.

Dentre as finalidades específicas está o aprimoramento do educando como pessoa humana exigindo da escola que acolhe as juventudes, a contribuição para que os estudantes possam conviver com as diferenças contribuindo para diálogos que auxiliem a resolução de conflitos de forma não violenta, respeitando as divergências e seus antagonismos; e compreender que a sociedade é constituída por diversidades étnico-raciais com culturas distintas “[...] igualmente valiosas, e que em conjunto constroem, na nação brasileira, sua história” (Brasil, 2017, p. 467). Dessa forma, é importante que a comunidade escolar compreenda a escola como um microcosmo da sociedade, como um espaço onde se manifestam diversos conflitos, que podem ser entendidos de diferentes maneiras: conflitos de identidade, de poder, de interesse, de aprendizagem, conflitos interpessoais, emocionais, entre outros. Esses conflitos, embora desafiadores, também podem ser vistos como oportunidades para promover habilidades socioemocionais, empatia e resolução de problemas, contribuindo para a formação de cidadãos mais confiantes, seguros, conscientes e colaborativos.

Objetivando adequar conteúdos relevantes estabelecidos na BNCC com este estudo foram organizados por componentes curriculares as competências e habilidades que, ao serem desenvolvidas, podem favorecer o debate, a prevenção e a posvenção do suicídio.

Em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas é necessário que o alunado desenvolva competências que o permitam atuar na identificação e no combate de injustiças, violências e preconceitos com base na ética, na democracia e nos Direitos Humanos. Para tanto, são necessárias habilidades que permitam ao estudante analisar as ocorrências do cotidiano de forma crítica eliminando as questões naturalizadas que fomentam conflitos sociais e o cerceamento das liberdades individuais. As competências específicas e habilidades de Linguagem e suas Tecnologias corroboram com as proposições anteriores e inclui a compreensão de processos identitários e relações de poder que atravessam a dinâmica social, bem como a linguagem corporal impacta as relações interpessoais (Brasil, 2017).

Morin (2003) afirma que a condição humana não deve ser analisada ou explicada somente pelas Ciências Humanas e “Não depende apenas da reflexão filosófica e das descrições literárias. Depende também das ciências naturais renovadas e reunidas, que são: a Cosmologia, as ciências da Terra e a Ecologia” (Morin, 2003, p. 34). Sob esta perspectiva, entre as competências específicas de Ciências da Natureza e suas Tecnologias a serem desenvolvidas, está a de “Analizar e utilizar interpretações sobre a dinâmica da Vida, da Terra e do Cosmos para elaborar argumentos, realizar previsões sobre o funcionamento e a evolução dos seres vivos e do Universo, e fundamentar e defender decisões éticas e responsáveis” (Brasil, 2017, p. 553). Entre as habilidades deste componente identificou-se uma que se faz necessária e essencial no que diz respeito ao suicídio:

Identificar, analisar e discutir vulnerabilidades vinculadas às vivências e aos desafios contemporâneos aos quais as juventudes estão expostas, considerando os aspectos físico, psicoemocional e social, a fim de desenvolver e divulgar ações de prevenção e de promoção da saúde e do bem-estar (Brasil, 2017, p. 557).

A instituição escolar é uma estrutura social estabelecida pela sociedade com o propósito de promover e transmitir valores sociais importantes, além de contribuir para a formação integral dos estudantes por meio de experiências educativas e um ambiente de aprendizagem que esteja alinhado com os princípios e metas da educação. A qualidade desse ambiente é crucial para facilitar a aquisição de conhecimentos relevantes, permitindo que os alunos compreendam o mundo ao seu redor e a si mesmos dentro desse contexto, preparando-os para uma participação cidadã ativa (Lück, 2009).

No Art. 12º da LDB, nos itens IX, X e XI, determina que os estabelecimentos de ensino estão incumbidos de “[...] promover medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência, especialmente a intimidação sistemática (*bullying*), no âmbito das escolas”; “[...] estabelecer ações destinadas a promover a cultura de paz nas escolas”; e “[...] promover ambiente escolar seguro, adotando estratégias de prevenção e enfrentamento ao uso ou dependência de drogas” (Brasil, 1996, s/p). O suicídio é uma violência e decorre, por vezes, de outros tipos de violência. É o caso do *bullying* e o uso de álcool e outras drogas, ambos estão presentes no cotidiano das escolas e são prejudiciais e impactam a vida de crianças e adolescentes e devem ser combatidos.

O ambiente escolar torna-se um cenário propício a novas experiências. Assim, tanto a família quanto a escola são responsáveis por ambientar e oferecer condições favoráveis para que este jovem possa se desenvolver plenamente. As instituições de ensino não podem se omitir

e nem negligenciar o seu compromisso com a formação integral e humanizada de seus discentes. Severino (2010, p. 7) pensa que,

Sem a menor dúvida, a educação só pode encontrar sua legitimidade quando assume como compromisso radical a formação humana [...] A ideia de formação é aquela do atingir um modo de ser, ao longo do devir histórico da pessoa, modo de ser que se caracteriza por uma qualidade existencial marcada por um máximo possível de emancipação, uma situação de maior humanidade possível.

É nesse sentido que para Cassorla (2017, p. 77-78) a prevenção ao suicídio:

[...] se faz por todos os meios que permitam o autoconhecimento, a fim de proporcionar condições de continência adequadas ao ser humano em desenvolvimento. [...] implica em cuidar da saúde emocional de adolescentes que, como pedido de socorro, efetuam atuações. Elas devem ser compreendidas, e não condenadas moralisticamente. Há que conscientizar professores, policiais, juízes, assistentes sociais, médicos e terapeutas, preparando-os adequadamente para lidarem com essas situações emergenciais.

Nesse contexto, é de suma importância compreender como as escolas entendem e atuam diante dessa demanda que reclama atenção, manejo e responsabilidade, pois assim é possível identificar o quanto inseridas e ativas estão as escolas no compromisso de redução dos índices de ideações e mortes por suicídio, já que a Organização Mundial da Saúde OMS reconhece a existência de algumas barreiras para se pensar intervenções no ambiente escolar.

Conforme a Who (2018), entre as barreiras estão a relutância em abordar a saúde mental entre outros tópicos na escola; e a relutância de líderes, escolas ou pais/responsáveis para discutir questões de saúde mental, emocional, angústia e comportamentos suicidas com jovens. Também propõe alternativas para superação dessas barreiras como, por exemplo:

- Fornecer treinamento aos professores;
- Incluir jovens na concepção de qualquer programa de prevenção;
- Fornecer ações de conscientização e/ou treinamento para representantes de pais/cuidadores na comunidade;
- Trabalhar em colaboração com o setor educacional a necessidade de atividades de prevenção e treinamento de habilidades emocionais e de vida, dado o risco de suicídio em faixas etárias mais jovens.

Recorreu-se a legislação vigente para compreender de que forma a sociedade e a educação estão jurídica e administrativamente imbricadas com o objeto da pesquisa. Com isso,

ampliou-se o conceito de responsabilidade e compromisso da escola e demais instituições em relação ao desenvolvimento integral dos alunos e com a prevenção ao suicídio.

3.2.1 Estatuto da Criança e do Adolescente

A Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA - Brasil), em seu Art. 1º, versa a respeito da proteção à criança e ao adolescente. O Art. 3º garante a este público o gozo

[...] de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade (Brasil, 1990, s/p).

Quando esta pesquisa traz o suicídio como um fato social e pensa a responsabilidade da sociedade como um dever de todos no envolvimento para que se consiga mitigar a ocorrência desse fenômeno, em certa medida, está ancorada na legislação. É o caso desta Lei que em seu Artigo 4º afirma que

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (Brasil, 1990, s/p).

Se é um dever de todos, a educação não está isenta em garantir os direitos fundamentais que esta Lei preconiza. Sendo assim, a comunidade escolar está imbricada em sua *práxis* a garantir o cumprimento da Lei em sua totalidade de forma efetiva.

O Artigo 5º traz a seguinte contribuição: “nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais” (Brasil, 1990, s/p).

No que diz respeito ao direito à dignidade, respeito e à liberdade, os Art. 17º e 18º estabelecem que “o direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais”; sendo dever de todos “[...] velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor” (Brasil, 1990, s/p).

No Art. 53º destaca a responsabilidade das instituições acerca do consumo de entorpecentes, pois “[...] é dever da instituição de ensino, clubes e agremiações recreativas e de estabelecimentos congêneres assegurar medidas de conscientização, prevenção e enfrentamento ao uso ou dependência de drogas ilícitas” (Brasil, 1990, s/p).

À organização político-administrativa que se caracteriza pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios cabe, de acordo com o Art. 70º-A, item IV, apoiar e incentivar “[...] às práticas de resolução pacífica de conflitos que envolvam violência contra a criança e o adolescente” (Brasil, 1990, s/p).

3.2.2 Portaria nº 1.876, de 14 de agosto de 2006

O Ministério da Saúde, entre outras questões, ao considerar o suicídio e as tentativas de suicídio como graves problemas de saúde pública com significativos impactos em toda a sociedade; por considerar o aumento na frequência do comportamento suicida entre jovens de 15 a 25 anos em todas as camadas sociais; e por considerar o “[...] impacto e os danos causados pelo suicídio e as tentativas nos indivíduos, nas famílias, nos locais de trabalho, nas escolas e em outras instituições” institui no Art. 1º “[...] as Diretrizes Nacionais para Prevenção do Suicídio, a ser implantadas em todas as unidades federadas, respeitadas as competências das três esferas de gestão” (Brasil, 2006, s/p). Estabelece no Art. 2º que:

[...] as Diretrizes Nacionais para Prevenção do Suicídio sejam organizadas de forma articulada entre o Ministério da Saúde, as Secretarias de Estado de Saúde, as Secretarias Municipais de Saúde, as instituições acadêmicas, as organizações da sociedade civil, os organismos governamentais e os não-governamentais, nacionais e internacionais, permitindo:

I - desenvolver estratégias de promoção de qualidade de vida, de educação, de proteção e de recuperação da saúde e de prevenção de danos;

II - desenvolver estratégias de informação, de comunicação e de sensibilização da sociedade de que o suicídio é um problema de saúde pública que pode ser prevenido;

III - organizar linha de cuidados integrais (promoção, prevenção, tratamento e recuperação) em todos os níveis de atenção, garantindo o acesso às diferentes modalidades terapêuticas;

IV - identificar a prevalência dos determinantes e condicionantes do suicídio e tentativas, assim como os fatores protetores e o desenvolvimento de ações intersetoriais de responsabilidade pública, sem excluir a responsabilidade de toda a sociedade;

V - fomentar e executar projetos estratégicos fundamentados em estudos de custo-efetividade, eficácia e qualidade, bem como em processos de organização da rede de atenção e intervenções nos casos de tentativas de suicídio;

VI - contribuir para o desenvolvimento de métodos de coleta e análise de dados, permitindo a qualificação da gestão, a disseminação das informações e dos conhecimentos;

VII - promover intercâmbio entre o Sistema de Informações do SUS e outros sistemas de informações setoriais afins, implementando e aperfeiçoando permanentemente a produção de dados e garantindo a democratização das informações; e

VIII - promover a educação permanente dos profissionais de saúde das unidades de atenção básica, inclusive do Programa Saúde da Família, dos serviços de saúde mental, das unidades de urgência e emergência, de acordo com os princípios da integralidade e da humanização. (Brasil, 2006, s/p).

Esta portaria comprehende o suicídio como um problema de saúde pública e, por isso, é fundamental a interface entre saúde e educação. Porém, o sistema de saúde precisa dar o respaldo necessário às demandas escolares, o que não acontece nos dias de hoje e, para isso, são fundamentais políticas públicas que coloquem a saúde a serviço da educação, das crianças e dos adolescentes. O Sistema Único de Saúde (SUS) desempenha um papel crucial na promoção da saúde de crianças e adolescentes, buscando garantir que esses grupos tenham prioridade no atendimento. Contudo, é fundamental que sejam superados os desafios existentes para que todos os direitos à saúde sejam efetivamente garantidos. Entre os desafios, pode-se considerar desde a falta de psicólogas(os) nas escolas até a demora no atendimento de escolares quando são direcionados aos equipamentos de saúde pelas escolas.

3.2.3 Programa Nacional de Direitos Humanos

O Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009, que aprovou o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3, decide sobre alguns eixos orientadores e diretrizes que apontam para o comprometimento da educação, dentre eles, o “Fortalecimento dos princípios da democracia e dos Direitos Humanos nos sistemas de educação básica, nas instituições de ensino superior e outras instituições formadoras”, com o objetivo estratégico “Inclusão da temática de Educação e Cultura em Direitos Humanos nas escolas e em outras instituições que oferecem formação” (Brasil, 2009, s/p). Ressalta-se a seguinte ação pragmática:

Desenvolver ações nacionais de elaboração de estratégias de mediação de conflitos e de Justiça Restaurativa nas escolas, e outras instituições formadoras e instituições de ensino superior, inclusive promovendo a capacitação de docentes para a identificação de violência e abusos contra crianças e adolescentes, seu encaminhamento adequado e a reconstrução das relações no âmbito escolar (Brasil, 2009, s/p).

Institui como responsabilidade da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República o desenvolvimento e o estímulo de ações de enfrentamento ao *bullying* e *cyberbullying* e junto ao Ministério da Justiça devem “Implantar sistema nacional de registro de ocorrência de violência escolar, incluindo as práticas de violência gratuita e reiterada entre estudantes (*bullying*)” (Brasil, 2009, s/p).

Os fragmentos retirados desse decreto e aqui apresentados estão em consonância com os Artigos 12º, Art. 26º § 9º da LDB e Artigo 70ºA do ECA que versam sobre estratégias de combate a qualquer tipo de violência, incluindo o *bullying* e *cyberbullying* que são possíveis causas do comportamento e do ato suicida.

3.2.4 Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio

A Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio instituída pela Lei nº 13.819, de 26 de abril de 2019, em seu parágrafo único, determina que tal política “[...] será implementada pela União, em cooperação com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e com a participação da sociedade civil e de instituições privadas” e discorre em relação aos objetivos desta política no Art. 3º “São objetivos da Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio” (Brasil, 2019a, s/p):

- I – promover a saúde mental;
- II – prevenir a violência autoprovocada;
- III – controlar os fatores determinantes e condicionantes da saúde mental;
- IV – garantir o acesso à atenção psicossocial das pessoas em sofrimento psíquico agudo ou crônico, especialmente daquelas com histórico de ideação suicida, automutilações e tentativa de suicídio;
- V – abordar adequadamente os familiares e as pessoas próximas das vítimas de suicídio e garantir-lhes assistência psicossocial;
- VI – informar e sensibilizar a sociedade sobre a importância e a relevância das lesões autoprovocadas como problemas de saúde pública passíveis de prevenção;
- VII – promover a articulação intersetorial para a prevenção do suicídio, envolvendo entidades de saúde, educação, comunicação, imprensa, polícia, entre outras;
- VIII – promover a notificação de eventos, o desenvolvimento e o aprimoramento de métodos de coleta e análise de dados sobre automutilações, tentativas de suicídio e suicídios consumados, envolvendo a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e os estabelecimentos de saúde e de medicina legal, para subsidiar a formulação de políticas e tomadas de decisão;
- IX – promover a educação permanente de gestores e de profissionais de saúde em todos os níveis de atenção quanto ao sofrimento psíquico e às lesões autoprovocadas.

Conforme o enunciado, esta Lei deve ser implementada em cooperação com Estados e Municípios, porém na prática percebe-se o total desconhecimento desta Lei na rotina escolar. Promover a saúde mental e prevenir a violência autoprovocada está estão na pauta da rotina das escolas, pois essas demandas só aumentam, o que deflagra a falta de políticas públicas direcionadas a esses fins. Garantir acesso à atenção psicossocial à pessoa em sofrimento e a seus familiares esbarra no problema saúde pública, visto as dificuldades e demora no atendimento nos equipamentos de atenção psicossociais. A abordagem adequada aos familiares é outro entrave, pois os profissionais da educação não estão capacitados e quando necessitam fazer abordagens é de modo intuitivo, seja para comunicar sobre suicídio, ideação suicida e/ou violências autoprovocadas. Portanto, é fundamental, como determina a Lei, a promoção e a articulação intersetorial entre a saúde e outras entidades como é o caso da educação para que a prevenção do suicídio seja uma realidade e uma prioridade.

Na seção a seguir, apresentar-se-á o referencial teórico que com os seus pressupostos fundamentam e alicerçam toda esta investigação.

4. PARA PENSAR O COMPLEXO

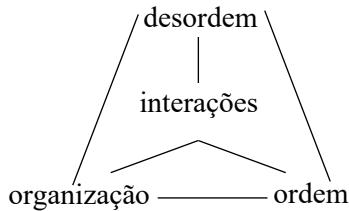
O pensamento complexo, referencial teórico escolhido para esta pesquisa oferece oportunidades significativas para se pensar o objeto desta investigação. Parte desse referencial, está diluída e incorporada quando abordadas questões como suicídio, morte e sociedade. Antes, porém, de descrever os princípios e pressupostos da teoria da complexidade, apresentar-se-á a definição de complexidade para que a mesma não seja confundida com definições comumente utilizadas. Desta forma,

A um primeiro olhar, a complexidade é um tecido (*complexus*: o que é tecido junto) de constituintes heterogêneas inseparavelmente associadas: ela coloca o paradoxo do uno e do múltiplo. [...] é um fenômeno quantitativo, a extrema quantidade de interações e de interferências entre um número muito grande de unidades. Mas a complexidade não comprehende apenas quantidades de unidade e interações que desafiam nossas possibilidades de cálculo: ela comprehende também incertezas, indeterminações, fenômenos aleatórios. A complexidade num certo sentido sempre tem relação com o acaso. Num segundo momento, a complexidade é efetivamente o tecido de acontecimentos, ações, interações, retroações, determinações, acasos, que constituem nosso mundo fenomênico (Morin, 2005b, p. 13-35).

O termo complexidade, como é entendido por Morin, foi formulado e desvinculado do senso comum (confusão e complicação) a partir de pesquisas realizadas nas áreas da teoria dos sistemas, da cibernetica, da informação e do conceito de auto-organização. Passou, então, a conotar “[...] ordem, a desordem e a organização, e no seio da organização o uno e os múltiplos: estas noções influenciaram umas às outras, de modo ao mesmo tempo complementar e antagônico: colocaram-se em interação e em constelação” (Morin, 2005b, p. 7).

O autor apresenta uma visão da natureza, na qual a ordem e a desordem não são vistas como opostos, mas sim como aspectos complementares e interdependentes de um sistema maior. A relação ordem/desordem, presente no pensamento complexo, “[...] situa-se em um nível radical e paradigmático: a definição de uma relação como essa controla quaisquer teorias, discursos, *práxis*, e, claro, a totalidade da política” (Morin, 2016, p. 98). Esta relação, tanto para física clássica quanto para o mundo ocidental, é de oposição, antagonismo e negação e ao menor choque entre ambas gera a desintegração de uma em detrimento de outra. Ao pensar complexo, a ordem perde a sua supremacia, o seu reinado, pois é constituída a partir de um caos originário (genésico) e está ligada a ele, assim como todos estamos. Não reina e nem se escraviza, é interdependente à desordem e à organização, é ao mesmo tempo concorrente, complementar e antagônica (Morin, 2016).

Figura 2- Tetrálogo - ordem/desordem/organização



Fonte: (Morin, 2016, p. 104)

Este tetrálogo, enquanto complexidade “[...] surge, pois, quando se constata empiricamente que fenômenos desordenados são necessários em certas condições, em certos casos, para a produção de fenômenos organizados, os quais contribuem para o crescimento da ordem” (Morin, 2005b, p. 63).

De acordo com Morin (2016), há uma presença tanto de ordem quanto de desordem na natureza, padrões, repetições e ciclos imutáveis coexistem junto com o caos, a confusão e a destruição. Isso ocorre por meio de uma organização complexa, na qual uma depende da outra, apesar de parecerem opostas, em um sistema que opera, interage e retroage simultaneamente. Este processo é chamado pelo autor de eco-organização, no qual não há uma existência de contrários, mas sim uma interdependência necessária para a existência (Bernardes, 2020). Nessa concepção a natureza não segue uma hierarquia rígida de opostos, mas sim uma rede intricada de relações em que o equilíbrio é mantido por meio da interdependência e da retroalimentação entre os diferentes elementos do sistema (Morin, 2016).

A teoria da complexidade questiona a ciência clássica²⁸ simplificadora, reducionista, unidimensional e mutiladora que busca explicar os fenômenos e as organizações vivas reduzindo-os, por meio do olhar cartesiano, paradigmático e simplificador que separa e isola as partes para compreender o todo de uma realidade complexa (Morin, 2005b).

Uma das críticas de Morin à ciência tradicional é que o seu paradigma²⁹ simplificador separa os objetos de estudos em várias partes. Este fato tem a sua importância no desenvolvimento do conhecimento tornando-o mais inteligível, porém, ao separar as partes e explorá-las individualmente, mutila os fenômenos por não considerar a interdependência entre

²⁸Morin chama “[...] de ciência clássica qualquer procedimento científico que obedece ao paradigma da simplificação; 2) o paradigma da simplificação opera por redução (do complexo ao simples, do molar ao elementar), rejeição (do risco, da desordem, do singular, do individual), disjunção (entre os objetos e o ambiente, entre o sujeito e o objeto)” (Morin, 2015a, p. 497).

²⁹Para Morin “[...] um paradigma constitui-se de uma relação específica e imperativa entre as categorias ou noções mestras numa esfera de pensamento; ele comanda essa esfera determinando a utilização da lógica, o sentido do discurso e, finalmente, a visão de mundo (estando entendido que a ‘visão do mundo’ torna-se reflexivamente tanto a origem quanto o produto dos princípios que a organizam” (Morin, 2015b, p. 176).

as partes e o todo e entre o todo e suas partes. Assim, a ciência foi fragmentada em diversas áreas do saber, em disciplinas especializadas e estanques, o que pode levar a uma compreensão incompleta e distorcida dos fenômenos complexos (Morin, 2005b).

Além disso, Morin argumenta que a ciência muitas vezes negligencia aspectos subjetivos e emocionais da experiência humana, focando apenas em aspectos objetivos como a razão e o determinismo. Ele sugere que uma ciência mais completa deve incorporar a razão, a lógica e as questões subjetivas como sentimento, liberdade e a individualidade (Morin, 2005b).

Por isso, comprehende-se que a ciência clássica separa o sujeito e o objeto, gerando oposição e antagonismo entre eles. Morin (2005b, p. 39) pensa que,

De fato, a ciência ocidental fundamentou-se na eliminação positivista do sujeito a partir da ideia de que os objetos, existindo independentemente do sujeito, podiam ser observados, e explicados enquanto tais. A ideia de um universo de fatos objetivos, purgados de qualquer julgamento de valor, de toda deformação subjetiva, graças ao método experimental e aos procedimentos de verificação, permitiu o desenvolvimento prodigioso da ciência moderna.

Neste caso, no pensar complexo, os dois desenvolvimentos (sujeito e objeto) são complementares, interligados e indissociáveis. Cada termo isolado é um conceito insuficiente, pois,

Ora, estes termos disjuntivos/repulsivos anulando-se mutuamente são ao mesmo tempo inseparáveis. A parte da realidade escondida pelo objeto reenvia ao sujeito, a parte de realidade escondida pelo sujeito reenvia ao objeto. Ainda mais: só existe objeto em relação a um sujeito (que observa, isola, define, pensa) e só há sujeito em relação a um meio ambiente objetivo (que lhe permite reconhecer-se definir-se, pensar-se etc., mas também existir (Morin, 2005b, p. 41).

Morin aborda a relação entre sujeito e objeto de maneira complexa e integradora, refletindo sua abordagem transdisciplinar e sua visão ampla do conhecimento. Reconhece que o conhecimento não é uma atividade puramente objetiva, mas sim uma interação entre o sujeito que conhece e o objeto de conhecimento. Ele enfatiza a importância de considerar tanto o observador quanto o observado na busca pelo entendimento e destaca a complexidade dessa relação, argumentando que não se trata de uma dicotomia simples entre um sujeito que conhece e um objeto que é conhecido. Ao invés disso, ele reconhece que ambos estão interligados e influenciam-se mutuamente. Ele ressalta que o sujeito não é apenas um observador passivo, pois é influenciado pelo objeto de conhecimento. Da mesma forma, o objeto não é estático, mas pode ser modificado pela interação com o sujeito (Morin, 2005b).

A ciência tradicional separa o sujeito do objeto, buscando evitar que a subjetividade do cientista influencie o estudo científico. Mas,

Enquanto as ciências “normais”, inclusive as cognitivas, baseiam-se no princípio disjuntivo, que exclui o sujeito (o cognoscente) do objeto (o conhecimento), ou seja, exclui o cognoscente do seu próprio conhecimento, o conhecimento do conhecimento deve enfrentar o paradoxo de um conhecimento que só é o seu próprio objeto porque emana de um sujeito (Morin, 2015b, p. 30).

Ser considerado um sujeito envolve a identificação de um indivíduo, porém a ideia de indivíduo só se torna significativa ao comportar a ideia de sujeito. Isso reflete uma lógica em que o indivíduo se afirma ao ocupar o cerne de seu próprio universo, o que equivale essencialmente ao conceito de egocentrismo. Ser sujeito implica estar no centro do universo em termos de conhecimento e ação (Morin, 2012). Ser sujeito “[...] é dispor, mediante o *computo*³⁰, da qualidade de auto-referência; é *dispor-se no centro do seu universo* (egocentrismo). Nesse sentido, o indivíduo-sujeito é único, mesmo quando é exatamente igual a seu congênero [...]” (Morin, 2005a, p. 285, itálico do original).

Como método/caminho para seu pensar complexo existem alguns princípios metodológicos, entre os quais está o princípio de reintrodução do sujeito cognoscente em todo conhecimento que diz ser necessário restituir o protagonismo ao sujeito que foi previamente excluído devido a uma abordagem epistemológica excessivamente objetiva. É essencial reconhecer novamente o papel do sujeito como observador, processador de informações, construtor de conceitos e estrategista em todo o processo de conhecimento. O sujeito não apenas reflete a realidade, mas ativamente a constrói (Morin, 2003).

Possivelmente, essa tentativa de exclusão do sujeito deve-se a possibilidade de enfretamento ao erro e à ilusão que a subjetividade poderia trazer ao conhecimento. Já que,

O conhecimento não é um espelho das coisas ou do mundo externo. Todas as percepções são, ao mesmo tempo, traduções e reconstruções cerebrais com base em estímulos ou sinais captados e codificados pelos sentidos. Daí resultam, sabemos bem, os inúmeros erros de percepção que nos vêm de nosso sentido mais confiável, o da visão. Ao erro de percepção acrescenta-se o erro intelectual. O conhecimento, sob forma de palavra, de ideia, de teoria, é o fruto de uma tradução/reconstrução por meio da linguagem e do pensamento e, por conseguinte, está sujeito ao erro. Este conhecimento, ao mesmo tempo tradução e reconstrução, comporta a interpretação, o que introduz o risco do erro na subjetividade do condescensor, de sua visão do mundo e de seus princípios de conhecimento. Daí os numerosos erros de concepção e de ideias que sobrevêm a despeito de nossos controles racionais. A projeção de nossos desejos ou de nossos medos e as perturbações mentais trazidas por nossas emoções multiplicam os riscos de erro (Morin, 2000, p. 20).

³⁰ [...] todo ser vivo, celular ou pohcelular, é um ser *computante*, isto é, que trata informacionalmente seus próprios dados internos e os dados-acontecimentos externos, esse ser que computa para si computa *de fato na primeira pessoa* [...] a idéia [...] de *computo*, que caracteriza a individualidade viva. (Morin, 2005a, 285).

O avanço do conhecimento científico é uma ferramenta poderosa para identificar erros e combater ilusões. No entanto, os paradigmas que orientam a ciência podem criar suas próprias ilusões e, nenhuma teoria científica está completamente isenta de erros indefinidamente. Além disso, é importante reconhecer que o conhecimento científico, por si só, não pode resolver todos os problemas relacionados à epistemologia, à filosofia e à ética. Essas áreas exigem uma abordagem mais ampla e interdisciplinar para serem adequadamente compreendidas e enfrentadas (Morin, 2000).

Outra questão importante refere-se a incerteza que é uma característica fundamental da condição humana e da compreensão do mundo. O ser humano vive em um universo complexo e imprevisível e, devemos reconhecer e aceitar essa incerteza, ao invés de tentar eliminá-la ou reduzi-la a simples certezas, pois “[...] o conhecimento é a navegação em um oceano de incertezas, entre arquipélagos de certezas” (Morin, 2000, p. 86).

A incerteza permeia todas as áreas do conhecimento humano, desde as ciências naturais até as ciências sociais e humanas e a busca por certezas muitas vezes leva a simplificações excessivas e a visões distorcidas da realidade. A contribuição mais significativa para o conhecimento no século XX foi a compreensão dos limites do próprio conhecimento. A certeza mais sólida que se alcançou é a de que as incertezas são indestrutíveis na prática no domínio do conhecimento (Morin, 2003).

No entanto, apesar de suas críticas, o autor não descarta a importância da ciência. Ele reconhece seus inegáveis avanços e conquistas, mas argumenta que precisamos desenvolver uma abordagem mais reflexiva e consciente em relação à ciência, reconhecendo suas limitações e buscando integrá-la em um quadro mais amplo de compreensão do mundo. Diante disso, propõe um pensar complexo e uma teoria unitária, mas a unidade da ciência deve ser transdisciplinar, “[...] capaz de apreender ao mesmo tempo unidade e diversidade, continuidade e rupturas”; de olhar para o ambíguo, contraditório e incerto, para ordem/desordem sem que escapem ou se diluam em fragmentações (Morin, 2005b, p. 50).

O problema da complexidade ainda é visto represado ao pensamento científico, filosófico e epistemológico, e surgiu nas periferias da cibernetica e na teoria dos sistemas que ao introduzirem a ideia de complexidade, compreendida erroneamente como uma resposta e não como motivação e desafio a pensar (Morin, 2005a).

Segundo Bernardes (2020), para esse autor existe outro equívoco muito comum que é confundir complexidade com completude. Pensar complexamente não implica necessariamente em ter uma compreensão completa ou abrangente de um fenômeno ou sistema. Ao considerar a complexidade, considera-se também que somos ao mesmo tempo psíquicos, biológicos,

culturais, espirituais e sociais e que o pensamento complexo tem a incumbência de tear harmoniosamente uma rede com todos esses aspectos que são isolados pelo pensar linear, possibilitando assim o reconhecimento da ordem/desordem, da incerteza e da incompletude.

É sob esta perspectiva que ao analisar o suicídio é um erro associá-lo apenas ao universo individual do sujeito que não é um ser apenas biológico, é social e cultural e, recebe influência desses outros universos constituindo e operando também em seu mundo particular e em seu psiquismo. Analisar o suicídio sob ótica da complexidade é considerar também a sociedade e suas implicações no mundo particular dos indivíduos.

Nota-se, assim, que a complexidade está presente em todos os sistemas, sejam eles biológicos, sociais ou culturais. Os sistemas complexos não podem ser completamente reduzidos a suas partes constituintes, pois as interações entre essas partes são fundamentais para sua compreensão. Como diria Pascal “[...] é impossível conhecer as partes sem o todo, como é impossível conhecer o todo sem conhecer particularmente as partes” (Morin, 2005a, p. 30). Além disso, a complexidade envolve uma multiplicidade de perspectivas e níveis de organização que podem coexistir e influenciar uns aos outros.

Contudo, uma abordagem complexa requer uma ruptura com o pensamento simplista e fragmentado que domina muitas disciplinas. Ele propõe uma visão mais abrangente e integrada da realidade, que reconhece a diversidade, a incerteza e a ambiguidade inerentes aos sistemas complexos. Isso implica uma abertura para a contradição, a incerteza e a incompletude, ao invés de buscar explicações simplistas e definitivas. A complexidade não é apenas uma característica dos sistemas naturais e sociais, é uma abordagem filosófica e epistemológica que busca compreender a realidade em toda a sua diversidade e interconexão.

Mediante o exposto, o objeto dessa pesquisa não se resume ao indivíduo e suas motivações, pois se assim fosse, desconsiderar-se-ia sua inserção num sistema complexo chamado sociedade com a qual ele age e interage num processo recursivo de influência mútua, sendo que “[...] os efeitos da ação dependem não apenas das intenções do ator, mas também das condições próprias ao meio onde se acontece” (Morin, 2017, p. 42).

Destaca-se que existem alguns pressupostos que auxiliam a pensar a complexidade como os princípios operadores, os complexos imaginários, o *imprinting* cultural, a ecologia da ação e a compreensão complexa que clarificam o entendimento acerca do cabedal teórico chamado pensamento complexo.

4.1 PRINCÍPIOS OPERADORES DA COMPLEXIDADE

O princípio dialógico, segundo Morin (2003, p. 95), “[...] une dois princípios ou noções que deviam excluir-se reciprocamente, mas são indissociáveis em uma mesma realidade”, a dialógica possibilita reconhecer de forma racional a inseparabilidade de ideias e noções contraditórias para compreender um mesmo fenômeno complexo. Por definição é “[...] a associação complexa (complementar/concorrente/antagônica) de instâncias necessárias em conjunto à existência, ao funcionamento e ao desenvolvimento de um fenômeno organizado” (Morin, 2015b, p. 110).

Entende-se, assim, como um diálogo dos contrários a exemplo da ordem/desordem/organização, a ordem está na desordem assim como a desordem está na ordem, uma vez que ao mesmo tempo são antagônicas, concorrentes e complementares e esta interação está permanentemente em ação nos mundos biológico, físico e humano. O autor afirma que,

A ordem e a desordem são dois inimigos: um suprime o outro, mas ao mesmo tempo, em certos casos, eles colaboram e produzem organização e complexidade. O princípio dialógico nos permite manter a dualidade no seio da unidade. Ele associa dois termos ao mesmo tempo complementares e antagônicos (Morin, 2005b, p. 74).

Nos sistemas vivos as contradições e os antagonismos estão presentes. A vida e a morte possuem características opostas, porém complementares, pois a “A vida integrou tão bem sua antagonista – a morte – que, necessariamente, a vida contém a morte”, ou seja, “[...] vida e morte são, portanto, opostas e indissociáveis” (Morin, 2016, p. 155).

Um outro ponto de vista está relacionado ao indivíduo e a sociedade, como já mencionado, o fenômeno complexo objeto desta pesquisa atrela-se a sociedade sem reduzi-lo a esta; não descarta a individualidade e não reduz a compreensão a ela. Nesse contexto, “Outro exemplo reside na impossibilidade de pensar a sociedade reduzindo-a aos indivíduos ou à totalidade social; a dialógica entre indivíduo e sociedade deve ser pensada num mesmo espaço” (Morin; Ciurana; Motta, 2003, p. 36-37).

Esse princípio destaca a importância do diálogo, da interação e da colaboração na busca por uma compreensão mais completa e enriquecedora da realidade, reconhecendo a complexidade, a diversidade, o antagônico e a incerteza inerentes à vida humana.

O princípio hologramático é entendido por Morin (2005b, p. 74) da seguinte maneira: “Não apenas a parte está no todo, mas o todo está na parte”. Ele o descreve “[...] como num holograma, cada parte contém praticamente a totalidade da informação do objeto representado; em qualquer organização complexa, não só a parte está no todo, mas também o todo está na parte” (Morin; Ciurana; Motta, 2003, p. 33-34).

O suicídio está para morte, assim como o indivíduo e a sociedade estão para o suicídio. A morte voluntária é um dos aspectos/partes da morte que pensada como um todo abarca outros tipos (partes) de morte. Porém, o suicídio se torna um todo se analisado especificamente e tem suas partes e desdobramentos como é o caso dos indivíduos e a sociedade que colocamos em debate nesta investigação. “Por exemplo, cada um de nós, como indivíduos, trazemos em nós a presença da sociedade da qual fazemos parte. A sociedade está presente em nós por meio da linguagem, da cultura, de suas regras, normas, etc” (Morin; Ciurana; Motta, 2003, p. 34).

Em um holograma físico, é possível perceber que um menor ponto de imagem carrega em si quase o total das informações do objeto representado. É o que nos mostra a biologia e a sociologia, pois,

O princípio holográfico está presente no mundo biológico e no mundo sociológico. No mundo biológico, cada célula de nosso organismo contém a totalidade da informação genética deste organismo. A ideia pois do holograma vai além do reducionismo que só vê as partes e do holismo que só vê o todo (Morin, 2005b, p. 74).

O autor complementa:

O princípio “holográfico” põe em evidência este aparente paradoxo das organizações complexas, em que não apenas a parte está no todo, como o todo está inscrito na parte. Assim, cada célula é uma parte de um todo – o organismo global –, mas também o todo está na parte: a totalidade do patrimônio genético está presente em cada célula individual; a sociedade está presente em cada indivíduo, enquanto todo, através de sua linguagem, sua cultura, suas normas (Morin, 2003, p. 95).

Diante disso, a proposta é conceber uma ideia que não seja reducionista a qual reduza as partes ao todo ou o todo às partes, nem o múltiplo ao uno ou seu inverso. O ideal a se conceber é o de uma ideia complexa “[...] em conjunto, de modo complementar e antagônico, as noções de todo e de partes, de um e de diversos” (Morin, 2016, p. 135).

Esse princípio sugere que devemos tentar entender a realidade de forma abrangente, ao invés de fragmentada. Isso significa reconhecer as interconexões entre os diferentes aspectos da vida e compreender como eles influenciam uns aos outros.

Outro princípio, o recursivo, consiste na compreensão de que “[...] Um processo recursivo é um processo onde os produtos e os efeitos são ao mesmo tempo causas e produtores do que os produz” (Morin, 2005b, p. 74). Isto implica dizer se tratar de um processo “[...] cujos produtos são necessários para a própria produção do processo. É uma dinâmica autoprodutiva e auto-organizacional” (Morin; Ciurana; Motta, 2003, p. 35).

A recursividade está presente nos processos biológicos visto que o ser vivo é um produto de um processo reprodutivo que o antecede e que pode ele mesmo reproduzir este mesmo

processo quando se torna produtor ao produzir, ao dar a vida a um outro ser. A recusividade está também evidenciada sociologicamente, uma vez que,

Assim, nós, indivíduos, somos os produtos de um sistema de reprodução que vem do início dos tempos, mas esse sistema não pode se reproduzir se nós mesmos não nos tornarmos produtores com o acasalamento. Os indivíduos humanos produzem a sociedade nas interações e pelas interações, mas a sociedade, à medida que emerge, produz a humanidade desses indivíduos, fornecendo-lhes a linguagem e a cultura (Morin, 2003, p. 95.)

A perspectiva do suicídio como um fato social o coloca diretamente ligado a essa dinâmica recursiva na qual o indivíduo e a sociedade ora são produtos, ora são produtores. A morte autoprovocada aparece, então, como um produto, uma possibilidade resultante desta interação, pois as organizações vivas abertas interagem com os fatores externos, alimentando e sendo alimentadas por eles.

Desse modo, o processo recursivo produz-se/reproduz-se a si mesmo, evidentemente com a condição de ser alimentado por uma fonte, reserva ou fluxo exterior. A idéia de circuito recursivo não é uma noção anódina que se limitará a descrever um circuito. Muito mais do que uma noção cibernetica que designa uma retroação reguladora, revela-nos um processo organizador fundamental e múltiplo no universo físico, que se manifesta no universo biológico, assim como nas sociedades humanas (Morin; Ciurana; Motta, 2003, p. 35-36).

Esta ideia recursiva rompe com a ideia de causalidade linear de causa/efeito, de estrutura/superestrutura, de produto/produtor pela razão de que tudo que se produz volta, retroage sobre o que produz “[...] num ciclo ele mesmo autoconstitutivo, auto-organizador e autoprodutor” (Morin, 2005b, p. 74).

Esse princípio destaca a presença de processos de auto-organização, feedback e interação dentro de sistemas complexos, enfatizando sua natureza dinâmica e interconectada. Ajuda a compreender como os sistemas complexos se organizam e evoluem ao longo do tempo, tanto internamente quanto em interação com seu ambiente externo.

4.2 COMPLEXOS IMAGINÁRIOS

A consciência humana da morte abarca o real e o imaginário, o objetivo e o subjetivo imaginário. O homem deposita em seu duplo todo o potencial de sua afirmação individual e a consciência realista da morte que é ruptura, que elimina a participação e a sua individualidade. Ao sentir toda essa força potencial, o homem se percebe irredutível. Desta forma, “Ser mágico,

ser absolutamente objetivo, ser absolutamente subjetivo, dir-se-ia quase transcendente, o duplo ‘possui’ o indivíduo” (Morin, 1997, p. 101).

Tanto a vida imaginária (sonhos, fantasias) quanto os sistemas imaginários que contemplam a magia e os mitos obedecem a processos de P.I.T. (projeção, identificação e transferência) que em conjunto e consideradas todas as suas possíveis combinações são denominados como complexos imaginários (Morin, 2011), que ao serem analisados permitem a compreensão dos mecanismos de fixação do homem ao duplo.

Entende-se por projeção a transferência de estados psíquicos subjetivos para o exterior fixando-os em representações, imagens ou símbolos que parecem existir de forma objetiva em objetos, conjuntos de objeto, no sujeito, no meio circundante ou no cosmos. A projeção pode ser um fator desencadeador ou determinante dos processos de identificação, o qual não se restringe a projeção, no que é exógeno. Ela possui um caráter endógeno, introjetivo, de propensão mais profunda, no qual o espectador não apenas se identifica com o que está fora dele, mas identifica a representação externa em si mesmo. Ambas, projeção e identificação são caracterizadas como transferências de sentido inverso, ligadas e transferidas reciprocamente (Morin, 2011).

O complexo imaginário determina a vida imaginária que é, conforme sinaliza Morin (2011, p. 90-91),

[...] a projeção de desejos, medos, aspirações, necessidades. Estes criam imagens, as alienam ou se agarram quer a imagens de antemão exteriores, quer a objetos, quer de modo mais amplo, ao mundo. Esse mundo colorido, transformado ou duplicado pelos poderes projetivos é também experimentado subjetivamente. Ele permite processos de identificação. Ao mesmo tempo, ocorre uma grande quantidade de transferências internas no centro do próprio imaginário, do real para o imaginário e vice-versa. O complexo imaginário é um *análogo (analogon)* psíquico das relações de troca entre um ser vivo e seu meio.

As atividades imaginárias não se dispõem somente aos sistemas imaginários, elas alimentam a vida afetiva e infiltram-se no centro da vida prática. A dialética do imaginário e do real é uma questão fundamentalmente humana. Derivam do complexo imaginário alguns estados que de modo complementar iluminam a percepção para melhor compreendê-lo. É o caso do complexo mágico.

O estado mágico se constitui “[...] não apenas como práxis, mas como sistema imaginário, visão do mundo, forma de pensamento, modo de relação com o mundo”. Trata-se de “[...] uma estrutura mental fundamental”. No estado mágico, “[...] as transferências projetivas e introjetivas se traduzem por uma espécie de alienação mútua entre, de um lado, o

sujeito (o homem) e, de outro lado, seu meio ambiente” (Morin, 2011, p. 91). Nele, a subjetividade se descola de nós e adere

[...] fortemente ao mundo e parecem mesmo constituir sua realidade, quando o homem se julga reciprocamente formado ou possuído por aquilo que não é ele – totem, espírito, deus, clã para os antigos, partido, nação, Estado para os modernos – penetrados no universo da magia (Morin, 2011, p. 91).

O universo mágico enquanto complexo imaginário tende a “[...] tornar antropomórfico o que não é humano e tornar cosmológico o que é humano” e a se traduzir pelo “mito do ‘duplo’, espectro objetivo do homem” e “[...] por meio de fixações, fetichismos”, ou seja, a projeção e a identificação se fazem presentes tanto indexadas ao externo como introjetadas internamente pelo sujeito, sendo que, pode-se ao mesmo tempo atribuir faculdades humanas (sentimentos, comportamentos etc.) a um animal, por exemplo, ou sentir-se o próprio animal com suas características (Morin, 2011, p. 91-92).

Outra tendência do complexo mágico é a de “[...] se fixar em uma imagem alienada, dotada de vida autônoma, um espectro corporal análogo ao original humano real: *o duplo*”. Cada ser humano vive na companhia de seu duplo, perceptível ou não ele se apresenta na sombra, no reflexo, nos sonhos e após a morte ele sobrevive entre outros espíritos ou espectros (Morin, 2011, p. 92).

E nesta representação de si mesmo, que o homem acredita ser exterior e autônomo e à qual ele atribui vida,

[...] ele projeta sua aspiração de transgredir os limites do espaço (ubiquidade, poderes de metamorfose do duplo) e a cessação do tempo (sobrevivência após a morte). Ele projeta a sua fé e seus terrores, todos os poderes ainda débeis de seu ser. Ao mesmo tempo, em certa medida, ele reconhece a si mesmo através deste outro ele mesmo; tenta apoderar-se dele por meio de ritos mágicos, da energia mítica; tenta identificar o duplo a si mesmo... No estágio mágico, porém – e esta observação tem [...] um valor geral que supera o caso particular do duplo –, a projeção é mais forte que a identificação; no momento em que o homem identifica a si o duplo, este será reabsorvido e desaparecerá enquanto tal (Morin, 2011, p. 93-94).

Sob a perspectiva etnológica o complexo imaginário se atualiza por meio de novas formas e em novas estruturas mentais acompanhando o desenvolvimento da civilização. De acordo com Morin (2011, p. 94-95),

Os “mitos”, os “fetichismos”, as “alienações” de nossas sociedades modernas, nossas religiões, nossos patriotismos, nossas crenças políticas, nossos amores individuais, nossas sacralidades e nossos tabus apresentam, sob novos aspectos, sob novos estilos adaptados a novos conteúdos, os mesmos processos míticos, fetichistas alienantes da humanidade arcaica.

4.3 IMPRINTING CULTURAL

O ser humano em sua posição de ser social é marcado pelas suas experiências desde o nascimento e essas marcas são impressas no indivíduo sem que esse se dê conta, tornando normal todas as influências que recebe sem questioná-las. Este processo é entendido por Morin (2000, p. 28) como *Imprinting Cultural* que é a “[...] marca matricial que inscreve o conformismo a fundo, e a normalização que elimina o que poderia contestá-lo”.

O *imprinting* cultural marca os humanos desde a primeira infância, primeiro pela cultura familiar e, posteriormente, pela cultura escolar seguido pela vida profissional (Morin, 2000). O autor complementa ao afirmar que,

O *imprinting* é a marca indelével imposta, primeiro, pela cultura familiar e, depois, pela cultura social, que se mantém na vida adulta. O *imprinting* inscreve-se cerebralmente na primeira infância pela estabilização seletiva das sinapses, inscrições primeiras que vão marcar irreversivelmente o espírito individual no seu modo de conhecer e de agir. A isso se acrescenta e combina a aprendizagem, que elimina *ipso facto* outros modos possíveis de conhecer e de pensar (Morin, 2012, p. 302).

Como já mencionado, são diversos os pontos de vista acerca do suicídio, pois basta retomar as ideias dos filósofos, do cristianismo e até mesmo da psiquiatria, para percebermos o quanto influenciam as culturas e contribuem para a existência de tabus e crenças que perduram entre as gerações. Isso pode ser explicado através do *imprinting* cultural, conforme segue:

O *imprinting* fixa o prescrito e a interdição, o santificado e o maldito, implanta as crenças, ideias, doutrinas, que dispõem da força imperativa da verdade ou da evidência. Enraíza nas mentes os seus paradigmas, princípios iniciais que comandam os esquemas e modelos explicativos, a utilização da lógica e ordenam as teorias, pensamentos, discursos (Morin, 2012, p. 272-73).

Contudo, os tabus e estigmas acerca do suicídio estão intimamente ligados a estas marcas que foram deixadas na história da humanidade. Tomando como exemplo o cristianismo, desde o seu início até os dias de hoje exerce influência sobre a humanidade, ou seja, são marcas que permeiam o imaginário da humanidade norteando o pensar e a conduta dos homens.

4.4 ECOLOGIA DA AÇÃO

A "Ecologia da Ação" proposta por Morin é uma tentativa de aplicar princípios da ecologia, especialmente a ideia de interdependência e interconexão entre os elementos de um sistema, à compreensão das ações humanas e suas consequências. Ela reconhece a

complexidade das relações entre os diferentes aspectos da vida social e busca desenvolver uma abordagem que leve em conta essa complexidade. Para o autor “Significa que toda ação humana, a partir do momento em que é iniciada, escapa das mãos de seu iniciador e entra no jogo das interações múltiplas próprias da sociedade, que a desviam de seu objetivo e às vezes lhe dão um destino oposto ao que era visado” (Morin, 2005a, p. 128)

Em suma, "Ecologia da Ação" envolve considerar a complexidade inerente às ações humanas, incluindo elementos como o aleatório, o acaso, a iniciativa, a decisão, o inesperado, o imprevisto e a consciência das mudanças e transformações que ocorrem (Morin, 2000).

Essa abordagem nos convida a não ficarmos inertes, mas a enfrentar os desafios reconhecendo os riscos envolvidos. Ela nos instiga a adotar estratégias que possibilitem a modificação ou até mesmo a anulação das ações que empreendemos, caso necessário (Morin, 2000).

Alguns dados que foram apresentados em seções anteriores evidenciam que mortes por suicídio estão numa constante crescente no Brasil. Dito isso e, ao considerar a ecologia da ação, é factível pensar quais são as ações que estão sendo tomadas para diminuir os índices de suicídio. Será que são eficazes ou não? Se a resposta for não, como podem ser melhoradas as ações para que possam alcançar objetivos positivos de forma assertiva? Morin (2017) propõe a compreensão complexa dos fenômenos e essa proposta se apresenta como uma oportunidade profícua de melhorar os debates sobre suicídio e promover ações baseadas em conhecimentos científicos que promovam uma *práxis* eficaz quando o assunto for a mitigação do autocídio.

4.5 A COMPREENSÃO COMPLEXA

O primeiro passo para a compreensão complexa é perceber a incompreensão existente nas relações dos seres humanos que é responsável pelos conflitos entre povos e religiões e nos âmbitos familiar e profissional. A sua onipresença gera mal-entendidos, desperta ódios e desprezo e incita a violência. A incompreensão de si e dos outros estão, cotidianamente, na raiz dos dogmatismos, dos fanatismos e dos ataques de fúria (Morin, 2017).

No mundo globalizado com a facilitação do acesso à informação, ao conhecimento e da conexão entre as pessoas, povos e culturas a incompreensão ainda não foi superada, faz-se presente entre culturas, nações e religiões (Morin, 2017).

O individualismo e o egocentrismo crescentes estimulam “[...] incompreensões entre indivíduos, numa mesma cidade, numa mesma família, entre crianças, pais, irmãos e irmãs” (Morin, 2017, p. 110). Isto por que,

O reino da incompreensão suscita os mal-entendidos, as falsas percepções do que é o outro, os erros em relação ao outro, tendo como consequências a hostilidade, o desprezo, o ódio. Quase por toda parte, no nível da vida cotidiana, há, na esteira das incompreensões, milhares de assassinatos psíquicos, torrentes de baixeza, vilanias, calúnias. A incompreensão produz círculos viciosos contagiosos: a incompreensão em relação ao outro suscita a incompreensão desse outro... (Morin, 2017, p. 110-111).

Morin (2017) exemplifica ao fazer alusão às relações familiares de décadas anteriores e as compara com as relações contemporâneas, aborda questões como a fragilidade dos matrimônios e o fato de os filhos não obedecerem mais às injunções e à autoridade dos pais. Compreende que “[...] o casal e a família são refúgios do amor, mas o casal enfrenta rapidamente desgastes do amor que levam à incompreensão recíproca, e a família é um caldo de cultura simultaneamente, de compreensão e de incompreensões mútuas” (Morin, 2017, p. 111).

O excesso de amor, pelo ciúme, corrói e cerceia a liberdade e a autonomia do outro; já a falta do amor impede o reconhecimento dos predicados do outro. Assim, “Há passagens da compreensão à incompreensão e vice-versa; tanto se comprehende um ao outro com meia palavra, tanto se é como dois estrangeiros” (Morin, 2017, p. 111).

Sobre a incompreensão, pode-se dizer que ela

[...] produz a vontade de prejudicar, que gera a incompreensão; O medo é fonte de ódio, que é fonte de incompreensão, que é fonte de medo, em círculos viciosos que se autoamplificam. Nossa cosmos humano é salpicado de enormes buracos de incompreensão de onde nascem indiferença, indignação, desgosto, ódio, desprezo (Morin, 2017, p. 111).

A partir da incompreensão, Morin propõe um modelo com caminhos para compreensão de si e do outro, para a compreensão humana. Esta compreensão subdivide-se em dois procedimentos que são: a compreensão objetiva e a subjetiva. Quando são complementares sem reducionismo ou isolamentos promovem um terceiro procedimento que é a compreensão complexa (Morin, 2017).

A compreensão objetiva caracteriza-se por explicar, reunir e articular “[...] dados e informações objetivos relativos a uma pessoa, um comportamento, uma situação, etc”. A compreensão subjetiva exige um olhar mais detido e a disponibilidade para o outro, se dá de sujeito a sujeito o que permite “[...] compreender o outro, seus sentimentos, motivações interiores” (Morin, 2017, p. 112).

A compreensão complexa abrange tanto a objetividade quanto a subjetividade, pois entende-se que a compreensão não deve ser míope e nem desumanizada. Ela é multidimensional;

[...] não reduz o outro a somente um dos seus traços, dos seus atos, mas tende a tomar em conjunto as diversas dimensões ou diversos aspectos da sua pessoa. Tende a inserir nos seus contextos e, nesse sentido, simultaneamente, a imaginar as fontes psíquicas e individuais dos atos e das ideias de um outro, suas fontes culturais e sociais, suas condições históricas eventualmente perturbadas e perturbadoras. Visa a captar os aspectos singulares e globais (Morin, 2017, p. 113).

Segundo Morin (2017) para uma compreensão humana ser efetiva e assertiva deve-se levar em conta questões fundamentais que podem levar a incompREENSÃO. Para tanto, é fundamental evitar reduzir o sujeito a um único aspecto de sua personalidade, de suas convicções ou ideologias. Faz-se necessário analisar os contextos em que ele está inserido e que o motiva a ser e agir. Deve-se atentar aos erros de comunicação, a indiferença e a cegueira de si e dos outros, o egocentrismo, o autocentrismo e o medo de compreender que culminam na incomPREENSÃO.

A compREENSÃO exclui a exclusão e rejeita a rejeição. É exigente, já que exige a compREENSÃO de si e de suas carências e insuficiências; e

Exige no conflito de ideias, argumentar, refutar, em lugar de excomungar e de lançar anátemas. Exige a superação do ódio e do desprezo. Exige resistir à lei de talião, à vingança, à punição, tão profundamente arraigadas em nossos espíritos. Exige resistir à barbárie interior e à barbárie exterior, essencialmente durante os períodos de histeria coletiva (Morin, 2017, p. 123).

No que concerne a esta pesquisa, Morin (2017, p. 123) pensa que “A tragédia humana não é somente a morte, mas também o que vem da incomPREENSÃO”. Compreender envolve entender as razões internas, colocá-las dentro do contexto e da complexidade. Compreender não se resume a explicar tudo. O conhecimento complexo inevitavelmente deixa uma parte inexplicável. Entender não significa compreender tudo, mas reconhecer que existe algo que não pode ser compreendido totalmente (Morin, 2017).

Na seção seguinte será detalhado o caminho metodológico utilizado para esta pesquisa e serão analisadas as das entrevistas concedidas pelos profissionais da docência e da gestão.

5. PERCURSO METODOLÓGICO

5.1 NATUREZA E TIPO DE PESQUISA

A esta investigação importa a congruência entre objetivos e método e, por isso, optou-se por um estudo de abordagem qualitativa de natureza compreensiva, pois como a concepção do autocídio está envolta a tabus e preconceitos, nesse tipo de investigação há a intencionalidade de “[...] capturar a ‘perspectiva dos participantes’, isto é, a maneira como os informantes encaram as questões que estão sendo focalizadas” (Lüdke; André, 1986 p. 12). A afirmação de Demo (2002, p. 364) de que “Mais que em qualquer outro paradigma, a pesquisa qualitativa se põe o desafio de captar com a maior precisão possível o impreciso”, corrobora e se mostra pertinente e satisfatória.

Se esta pesquisa busca o entendimento acerca do suicídio considerado pela sociologia de Durkheim e pela análise a partir da teoria da complexidade de Morin como um fato social esse tipo de abordagem coaduna ao objeto desta investigação, uma vez que “[...] ocupa um reconhecido lugar entre as várias possibilidades de se estudar os fenômenos que envolvem os seres humanos e suas intrincadas relações sociais, estabelecidas em diversos ambientes” (Godoy, 1995, p. 21).

5.2 INSTRUMENTO DE PESQUISA

Utilizou-se como instrumento de produção de dados a entrevista aberta, realizada quando “[...] o informante é convidado a falar livremente sobre um tema e as perguntas do investigador, quando feitas, buscam dar mais profundidade às reflexões” (Minayo, 2014, p. 262). Esta escolha justifica-se por favorecer discursos que contemplam manifestações subjetivas com construção fluida de pensamentos que se organizam como desdobramento da multidimensionalidade inerente a qualquer ser humano, visto que a não-diretividade em uma entrevista pode provocar questões psicoafetivas importantes (Morin, 2007).

Este tipo de entrevista pode ser considerado como não estruturada, sendo que “Por meio delas, colhem-se informações dos sujeitos a partir do seu discurso livre. O entrevistador mantém-se em escuta atenta, registrando todas as informações e só intervindo discretamente para, eventualmente, estimular o depoente” (Severino, 2016, p. 133).

Mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE³¹, os participantes responderam às entrevistas a partir de uma única proposição norteadora – “*Na sua percepção, há implicações acerca da relação suicídio e educação?*” –, sendo uma questão aberta cuja “[...] a resposta espontânea (sobretudo na análise profunda) traz à fabulação um sentido autêntico, uma riqueza significativa” (Morin, 2007, p. 66).

A formulação da questão desencadeadora está ancorada e em consonância com os pressupostos de Szymanski (2011), pois considerou os “objetivos da pesquisa”, “a amplitude da questão” de modo a possibilitar o descortinar de informações importantes ao tema, a preocupação em não provocar respostas por indução, a compreensão linguística dos participantes e o uso de termos interrogativos assertivos (Szymanski, 2011, p. 31-32). Para a autora, a questão

[...] deve ser o ponto de partida para o início da fala do participante, focalizando o ponto que se quer estudar [...] ampliando o suficiente para que ele escolha por onde quer começar [...] A questão tem por objetivo trazer à tona a primeira elaboração, ou um primeiro arranjo narrativo, que o participante pode oferecer sobre o tema que é introduzido (Szymanski, 2011, p. 29).

Durante as entrevistas, buscou-se evitar intervenções, já que a entrevista não-dirigida “[...] dá a palavra ao homem interrogado, ao invés de fechá-la em questões pré-formuladas [...] pode ajudar a viver, provocando um desbloqueio, uma liberação. Pode ainda contribuir à auto-elucidação, a uma tomada de consciência do indivíduo” (Morin, 2007, p. 71), pois há de se ponderar que “Na entrevista não diretiva, devido a circunstâncias de produção (situação, que provoca simultaneamente espontaneidade e constrangimento), o trabalho de elaboração é ao mesmo tempo <<emergência do inconsciente e construção do discurso>>” (Bardin 2015, p. 219, caracteres especiais do original).

Para tanto, é necessário que o entrevistador desenvolva a capacidade de escutar com atenção e de contribuir para o “[...] fluxo natural de informações por parte do entrevistado. Essa estimulação não deve, entretanto, forçar o rumo das respostas para determinada direção. Deve apenas garantir um clima de confiança, para que o informante se sinta à vontade para se expressar livremente” (Lüdke; André, 1986 p. 35).

Estas reflexões tornam-se relevantes, pois como esclarecem Szymanski (2011, p. 14-15):

³¹ Documento no qual é explicitado o consentimento livre e esclarecido do participante e/ou de seu responsável legal, de forma escrita, devendo conter todas as informações necessárias, em linguagem clara e objetiva, de fácil entendimento, para o mais completo esclarecimento sobre a pesquisa a qual se propõe participar” Resolução Nº 466/2012.

Há algo que o entrevistador está querendo conhecer, utilizando um tipo de interação com quem é entrevistado, possuidor de um conhecimento, mas que irá dispô-lo de forma única, naquele momento, para aquele interlocutor. Muitas vezes, esse conhecimento nunca foi exposto numa narrativa, nunca foi tematizado. O movimento reflexivo que a narração exige acaba por colocar o entrevistado diante de um pensamento organizado de uma forma inédita até para ele mesmo.

5.3 POPULAÇÃO DE ESTUDO

Participaram desta investigação docentes, coordenadores(as) e diretores(a) que atuam na educação básica (anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio), nas redes municipais e estaduais da cidade de São Paulo. Os participantes foram identificados mediante busca ativa não padronizada. Inicialmente, decidiu-se acioná-los por meio de *e-mail*, disponíveis na internet, começando pelas unidades de ensino estaduais. Foram enviados cinco e-mails aos endereços eletrônicos institucionais, separados por diretorias de ensino (Nort-1, Norte-2, Centro, Sul-1 e Sul-2), com o alcance de 274 escolas – em lista oculta –. Dessas, nove retornaram o contato e cinco colaboradores manifestaram o interesse em participar da pesquisa. As unidades de ensino municipais foram acionadas por telefone e, após contato, três gestores concordaram em serem entrevistados e, por esta razão, descartou-se a necessidade de envio de *e-mail*, visto ter atingido, do ponto de vista do pesquisador, a quantidade suficiente de participantes, aos quais foi garantido o sigilo das informações, assim como de suas identidades, portanto, serão empregados nomes fictícios para representá-los, pois trata-se de uma medida usualmente tomada para assegurar o anonimato dos respondentes (Lüdke; André, 1986), conforme quadro 4.

Quadro 4 - População entrevistada

Entrevistada(o)	Função	Tempo em exercício	Região da unidade escolar	Escolarização
Raiane	Professora	22 anos	Zona norte	Superior completo
Simária	Coordenadora	3 anos	Zona norte	Superior completo
Sandra	Coordenadora	3 anos	Zona oeste	Superior completo
Leila	Coordenadora	17 anos	Zona oeste	Esp. <i>Lato sensu</i>
Lidiane	Diretora	3 anos	Zona oeste	Superior completo
Suelen	Diretora	13 anos	Zona Leste	Esp. <i>Lato sensu</i>

Gabriela	Diretora	9 anos	Zona Leste	Doutorado
Gustavo	Diretor	7 anos	Zona Leste	Superior completo

Fonte: Elaborado pelo autor

5.4 LOCAL DAS ENTREVISTAS

As entrevistas realizadas com os servidores públicos do Estado de São Paulo ocorreram presencialmente, nas unidades escolares em locais escolhidos pelos entrevistados. As realizadas com os servidores da Prefeitura de São Paulo aconteceram remotamente/virtualmente³², a partir da internet por meio de serviço de comunicação por vídeo – *Google Meet* –, que facilitou o processo sem comprometer a pesquisa. Como resultante da globalização, “[...] a comunicação instantânea em todos os pontos do planeta, é um fenômeno notável no sentido que pode ter efeitos muito produtivos, que permitam comunicar, entender e intercambiar informações” (Morin, 2007, p. 42).

A decisão por encontros *online* deveu-se a adequação de agenda dos profissionais e a distância que se tornou um complicador para encontros presenciais. Os termos foram encaminhados de forma virtual por meio de aplicativo de mensagens e devolvidos por este mesmo mecanismo após a assinatura. As entrevistas foram gravadas e os áudios salvos em plataforma de serviço de armazenamento (*Google Drive*).

Entre as exigências e cuidados que são requeridos em uma entrevista estão “Em primeiro lugar, um respeito muito grande pelo entrevistado. Esse respeito envolve desde um local e horário marcados e cumpridos de acordo com sua conveniência até a perfeita garantia do sigilo e anonimato em relação ao informante, se for o caso” (Lüdke; André, 1986 p. 35).

5.5 ANÁLISES DAS ENTREVISTAS

As entrevistas foram transcritas e submetidas à análise que tem como base o pensamento complexo, mais precisamente a compreensão complexa.

Ao analisar as entrevistas, notou-se aspectos da compressão complexa presente nos discursos, pois pensar sobre o autoextermínio impele refletir sobre as incompreensões que o

³² Meio ou ambiente virtual: aquele que envolve a utilização da internet (como e-mails, sites eletrônicos, formulários disponibilizados por programas, etc.), do telefone (ligação de áudio, de vídeo, uso de aplicativos de chamadas, etc.), assim como outros programas e aplicativos que utilizam esses meios. Circular nº 1/2021-CONEP/SECNS/MS.

cercam e que quase sempre estão ligadas a conflitos familiares, religiosos, profissionais e escolares.

O suicídio é um assunto que, em muitas culturas, está envolto em tabus e estigmas. Historicamente, o suicídio foi considerado um pecado, um ato de covardia ou fraqueza moral em algumas sociedades. Essas atitudes contribuíram para incompreensão e para o estigma cultural associado ao suicídio oriundo das religiões, como observaram a professora Raiane e o diretor Gustavo:

[...] a minha mãe dizia que suicídio é pra quem não tem fé, suicídio é pra quem não tem Deus no coração, suicídio tá com frescura, vai pegar uma vassoura e vai varrer” (Raiane).

[...] é aquela visão muito cristã do tipo: ah, se você se matar você vai para o lugar muito ruim, né. Eu lembro de pegar né, né... nessa época mesmo, eu lembro de pegar aqueles livros espíritas, ah o vale dos suicidas que não sei o quê (Gustavo).

Diante disto, temos o *imprinting* cultural que “[...] é a marca sem retorno imposta pela cultura, primeiramente familiar, depois social, e que se mantém na vida adulta” (Morin, 2017, p. 2017). Necessário dizer que a religião é vista de forma dicotômica porque possui um caráter que ao mesmo tempo protege e reforça tabus (Dias, 2021).

Os conflitos familiares, outra fonte de incompreensão, podem levar a uma sensação de isolamento e falta de apoio emocional para os indivíduos envolvidos. Sentimentos de desesperança, desamparo e solidão podem se agravar em situações de conflito persistente ou abuso dentro da família. Além disso, a presença de conflitos familiares pode dificultar a busca de ajuda por parte da pessoa em sofrimento, já que pode haver medo de ser julgado, rejeitado ou mal compreendido pelos membros da família. A fragilidade das relações familiares motiva a incompreensão em temas sensíveis que se tornam tabus, é o que entende o Gustavo

Então, são alunos que sabem o grau de perseguição que eles vão sofrer em casa, o grau de discriminação, o grau de violência, né.

A coordenadora Leila percebe a dificuldade em tratar determinados assuntos com os pais:

Então, quando a gente vai conversar com os pais, você vê que tem aquele bloqueio dos pais em aceitar. Muitos também têm aquele desconhecimento da situação. Quando você fala isso aqui, nunca repararam, porque também não tem aquele... nem dentro do próprio ambiente não tem aquele momento de conversa entre a família.

Por isso o ideal seria a escola e as famílias atuarem juntas na promoção da saúde mental e no desenvolvimento integral dos alunos, pois como aponta a investigação de Lacerda (2019)

há a necessidade de se enfatizar a relevância de manter boas relações e o papel das instituições, que podem servir como fatores de proteção. Destaca-se a escola e a família como as instituições que mais impactam os jovens que tentam o suicídio.

A indiferença que também gera incompreensão surgiu em algumas entrevistas como ausência do poder público em implantar estratégias capazes de auxiliar a comunidade escolar no enfrentamento de questões demandadas pelo suicídio. Leite (2020) destaca a urgência de implementar políticas públicas voltadas para a saúde mental, com ênfase no controle da ideação suicida e suas consequências. Gustavo ressaltou que possui suporte referente a políticas públicas:

Um dos órgãos que é muito parceiro nosso é o NAAPA, que é um Núcleo de Apoio a Aprendizagem, né. Ele tem na realidade, o de São Miguel Paulista, um psicólogo que trabalha muito em parceria conosco aqui na região.

Porém, a diretora Suelen, que também trabalha para Secretaria Municipal de São Paulo, queixa-se do desemprego que sofrem e é incisiva ao discorrer sobre isso:

Então, eu vejo que o poder público mesmo devia estabelecer essa parceria entre educação e saúde, né, e fazer esse trabalho não porque eu gostaria, né, [...] mas porque tem que ser feita e isso inclui a questão da saúde mental. Eu acho que essa ideia da política pública, alguma coisa nem que seja aí em parceria com as universidades, né? Uma coisa mais institucionalizada mesmo, pra gente não se sentir sozinho nas ações.

Leila e Sandra, ambas coordenadoras, que trabalham para o Governo do Estado de São Paulo corroboram ao relatarem a ausência de políticas públicas mais eficazes. Nas palavras delas:

[...] a gente precisa de ajuda, a gente precisa sim de políticas públicas que pense que não é um profissional de psicologia para entender vinte escolas na diretoria norte-I ou um profissional de psicologia pra atender estudantes de todo o estado de São Paulo (Sandra).

A questão de também de programas do estado, governo que possa nos dar um amparo melhor também é fundamental, né? Tem os psicólogos da educação, só que para a gente conseguir marcar uma consulta com esse psicólogo é difícil. Então isso também, e ajudaria se a gente conseguir isso, porque aí a gente conseguiria para os alunos passarem, principalmente aqueles que a gente percebeu, mas é difícil, né? (Leila).

Raiane reclama a falta de políticas públicas voltadas a capacitação dos profissionais, pois se sentem desamparados.

Se nós tivéssemos, volto a repetir, políticas públicas que investissem no nosso, na, na em orientações técnicas para nós e preparamos para a gente saber que isso é importante para a gente também quebrar os nossos tabus para depois enfrentar o nosso adolescente e falar sobre isso com propriedade [...].

Suave *et al.* (2023) entendem que fatores sociais impactam na ocorrência de suicídio e que uma sociedade orientada para o produtivismo e o imediatismo, sem políticas públicas adequadas e sem uma rede de apoio, contribui com a desesperança e com o adoecimento mental entre adolescentes e jovens.

Percebeu-se que entre os entrevistados há carência da compreensão objetiva que são “[...] dados e informações objetivos relativos a uma pessoa, um comportamento, uma situação” (Morin, 2017, p. 112), pois necessitam de explicações e informações capazes de orientá-los, de forma prática, como lidar com a questão do suicídio, uma vez que cada unidade escolar acaba lidando com o fenômeno e com todas as questões que o circundam de modo, muitas vezes, intuitivo. Corrêa (2021) ressalta a importância de pesquisas e do aprofundamento científico sobre o suicídio, especialmente no que diz respeito ao enfrentamento do senso comum, que é prejudicial na abordagem do problema.

Já a compreensão subjetiva, que ocorre de sujeito a sujeito, e compreende “[...] o outro, seus sentimentos, motivações interiores” (Morin, 2017, p. 112) é mais comum entre eles, tentar compreender o aluno e suas particularidades parece ser mais confortável. Isso se dá por meio de “[...] (projeções-identificações-transferências, por maior comodidade, P.I.T.)” (Morin, 2011, p. 90) que ocorre nos procedimentos de acolhimento e compreensão com os alunos. Gustavo é um exemplo de busca pela compreensão complexa, pois busca o conhecimento objetivo e o subjetivo para melhor lidar com as demandas que surgem sobre o autocídio:

[...] desde o meu processo de formação, tanto enquanto professor quanto profissional é da área da educação, de uma forma geral eu sempre tive uma percepção de respeito, de empatia em relação à pessoa que tem idealização suicida, né, que porventura acabe é... dando cabo da própria vida, né, tirando a sua própria vida porque é... eu entendo e aí também eu não cheguei a falar, né, mas eu sou uma pessoa que faço terapia também, né, então eu... eu passo por psicólogo e em todas as conversas que eu já tive, né, estudos, né, que eu já fiz relacionados à questão do suicídio é..., o suicida em muitos aspectos ele quer acabar com o sofrimento dele, ele não quer acabar com a vida propriamente dita.

Para ele é importante que os profissionais da unidade escolar em que trabalha tenham uma visão mais humanizada, mais subjetiva e menos preconceituosa e culpabilizante:

Então, a gente é, nós temos aqui na escola, enquanto diretor, enquanto professores, coordenação e direção, eu sempre tento passar esse olhar mais humanizado e tentar tirar um pouco desse estereótipo e desse olhar negativo, né, e de culpabilização da vítima, né?

Sua forma compassiva de tratar o sofrimento do outro ocorre mediante projeção e identificação³³, pois como ele mesmo afirma

[...], eu sobrevivi a um monte de bullying, tem um monte de professor aí que sobreviveu, só que eu tomo três medicamentos hoje, né...

Morin (2017, p. 112) aponta que “São sobretudo o sofrimento e a infelicidade do outro que nos levam ao reconhecimento do seu ser subjetivo e despertam em nós a percepção da nossa comunidade humana”.

Gustavo não concorda com o posicionamento de alguns professores

[...] que ainda entendem que a forma como eles receberam a aula, tem que ser a aula deles agora. Se eles aguentaram bullying, se eles aguentaram situações de violência, qualquer um aguenta, né.

Vê-se aqui o processo recursivo, quando os professores reproduzem situações difíceis que passaram sem ressignificá-las, em outras palavras, “[...] os efeitos retroagem sobre as causas, sendo os próprios produtores do que os produz” (Morin, 2012, p. 299).

A incompreensão do suicídio nas escolas ocorre por diversos fatores, um deles é a resistência às discussões que o autoextermínio suscita (Balogh, 2020). Sandra percebe a resistência, conforme relata:

[...] muitos ou fogem do assunto por não querer estudar, por achar muito complicado o assunto ou então também por aquela questão: ah, mas isso nunca aconteceu comigo.

Pode ocorrer também por alguns tabus, por exemplo,

[...] tem a dor de cabeça de, por exemplo, se abordar um assunto e o pai se sentir ofendido, ter essa, essa cabeça de que: há, você tá falando sobre esse assunto, você tá dando ideia pro meu filho, não está educando, isso não é bom (Raiane).

O medo de falar sobre o tema é outro complicador, pois os profissionais da educação não estão preparados e confiantes para abordar questões sobre o suicídio de forma segura. Suelen evidencia esse fato da seguinte maneira:

³³ “Toda projeção é uma transferência de estados psíquicos subjetivos para o exterior; estes se fixam quer em imagens, representações ou símbolos, que parecem então existir objetivamente, quer em outros sujeitos, em objetos, em conjuntos de objetos no meio circundante, no cosmos. A projeção pode desencadear ou determinar processos de identificação. Ao projetar seus desejos ou suas aparições em um herói de um filme, o espectador tende a se identificar com esse herói. A identificação, no entanto, não pode ser reduzida à projeção. Ela é também o efeito de um processo de introjeção, ou de involução, por meio do qual o espectador não somente se identifica com o herói, mas identifica o herói em si mesmo” (Morin, 2011, p. 89-90).

Então, é... acho que a gente tem um pouco de medo, acho que porque a gente não conhece essa relação que é um pouco complicada a gente tem medo de machucar o outro com essa conversa.

De acordo com a Who (2018), existem algumas das barreiras para tratar o suicídio como hesitação em tratar a saúde mental nas escolas, além da resistência de líderes, pais e/ou responsáveis em discutir questões relacionadas à saúde mental, emoções, angústia e comportamentos suicidas entre os jovens.

Dias (2011, p. 275) corrobora ao afirmar que “A dificuldade em se pensar a morte está diretamente relacionada à penosa reflexão da falta, às ideias de ruptura e desenraizamento, e ao tratamento de um objeto que não pertence ao campo das experiências”.

Pode-se pensar na ecologia da ação que nos convida a uma postura ativa ao considerar a complexidade inerente nas ações e os efeitos que podem gerar a partir delas. Morin (2000, p. 86-87) afirma que,

Tão logo um indivíduo empreende uma ação, qualquer que seja, esta começa a escapar de suas intenções. Esta ação entra em um universo de interações e é finalmente o meio ambiente que se apossa dela, em sentido que pode contrariar a intenção inicial. Frequentemente a ação volta como um bumerangue sobre nossa cabeça.

Como não se sentem instrumentalizados de modo a terem segurança ao tratar o tema temem as consequências de suas ações. Suelen é outra entrevistada que relata essa preocupação

Agora, quando se trata de um suicídio, não sei se é só na educação, mas eu percebo que aqui a gente tem esse choque e aí a gente evita falar sobre aquilo, como se as pessoas envolvidas é... estivessem em uma situação de choque é melhor não falar para não causar mais estrago, como se isso fosse possível, né [...].

A incompreensão, no ponto de vista de Sandra e Simária (coordenadora), está na incerteza e na dificuldade de identificação de fatores de risco:

Pra te falar a verdade, é... milhões de dúvidas surgem na minha própria cabeça porque eu mesmo não consigo identificar, mesmo depois de tantas lives que eu assisti com psicólogos pela plataforma; nós precisamos, as famílias precisam e a gente não sabe identificar como que uma criança ou como um adolescente ele pode partir pra a questão do suicídio, como é que a gente pode identificar? (Sandra)

Então, isso tem assustado bastante, que a gente às vezes não sabe lidar porque a gente não sabe se aquilo é real, se realmente ele está passando por essa situação é... de depressão (Simária).

Para Raiane, o medo de fazer alguma coisa errada inibe a abordagem sobre assunto

Não que nós, professores, não falemos a respeito, mas a gente fala de uma maneira mais leve, mais superficial, porque a gente também pode fazer uma coisa errada, medo também da nossa falta de preparo.

É notável que a maioria dos profissionais entrevistados reconhece a carência de informações e de métodos para tratarem de maneira mais assertiva o suicídio, bem como a insuficiência da escola e a falta de formação garantindo a segurança para tomada de decisões acerca do tema. Lima (2021) em seu estudo identificou que os professores não têm conhecimento sobre as estratégias de promoção da saúde e apresentam uma compreensão superficial sobre o suicídio. Para ela, os professores não têm recursos para enfrentar o suicídio entre adolescentes no Ensino Médio, pois a SEDUC não oferece cursos sobre o tema. Leila manifestou a necessidade de aprimoramento:

Há também a questão da gente mesmo, por mais que a gente estuda assim, eu acho que uma formação mais aprofundada para nos ajudar, né, termos um norte de como conduzir a situação também, né, pra poder ajudar esses jovens e auxiliá-los, né?

Ressalta-se que os fatores de risco e o autoextermínio propriamente dito, impactam e geram implicações em toda comunidade escolar refletindo na aprendizagem. Esta é a percepção da diretora Gabriela:

[...] desestrutura o indivíduo professor, o indivíduo funcionário, claro o aluno que é o mais afetado sim, o aluno, né, mas ela afeta a aprendizagem, o ensino e eu diria que, para além do processo ali, entre o professor e o aluno. E o que a gente percebe que toda e qualquer situação de violência autoinfligida ela tem um impacto indescritível na aprendizagem. E eu digo que não é só na aprendizagem daquele aluno, mas no processo em si da aprendizagem

Já a percepção de Simária está centrada nos conflitos entre alunos (que antecedem ideações suicidas e o suicídio), mas que podem afetar a aprendizagem

É... então a gente encontra criança com problemas, assim, relacionados é... ao maltrato, né, é... falta de atenção na família. É..., são problemas assim de, de discriminação, então existe uma preocupação, porque isso interfere diretamente aqui no aprendizado.

Notou-se que os entrevistados enfatizaram as questões socioemocionais, porém apenas duas entrevistadas mencionaram alguma relação com a aprendizagem. Esse fato pode evidenciar que existe entre os demais entrevistados a falta de entendimento de como a educação informal, aspectos biopsicossociais e o suicídio impactam a educação formal.³⁴

³⁴ “[...] a educação formal é aquela desenvolvida nas escolas, com conteúdos previamente demarcados; a informal como aquela que os indivíduos aprendem durante seu processo de socialização - na família, bairro, clube, amigos etc., carregada de valores e culturas próprias, de pertencimento e sentimentos herdados: e a educação não-formal

Importante compreender que os conflitos não estão presentes apenas e tão somente fora do ambiente escolar, deve-se considerar que as escolas podem ser espaços onde ocorrem vários tipos de conflitos. A pesquisa de Bessa (2021) indicou que a escola é um ambiente propício a conflitos, em parte por causa da impulsividade e do comportamento intempestivo de alguns alunos, que alimentam preconceitos e intolerância, podendo levar a transtornos e comportamentos suicidas.

Além de conflitos entre alunos, ocorrem conflitos entre alunos e professores, ou até mesmo, entre a comunidade escolar e a administração da escola. Os conflitos podem surgir por uma variedade de razões, como diferenças de personalidade, desacordos sobre regras ou políticas escolares, *bullying*, competição entre outros. Este fato não passa despercebido por Gustavo:

A escola é o espaço de conflito se a gente for parar para pensar. O ensino público é o maior deles, né, porque aqui você tem todos os conflitos possíveis é... conflitos culturais, conflito econômico, conflito geracional também, né, ou seja, os adolescentes têm uma faixa etária, os professores que estão aqui com eles têm outra faixa etária.

A escola mesmo quando de alguma forma está ausente dos conflitos é chamada a atuar em demandas que envolvem o suicídio. A morte voluntária impacta a comunidade escolar seja por um aluno apresentar ideação suicida ou abreviar a vida de fato ou até mesmo quando este tipo de comportamento se apresenta por parte dos agentes escolares e/ou de seus familiares. Gustavo relata casos que podem ilustrar essa afirmação:

[...] infelizmente, no ano de 2018, nós tivemos aqui o marido de uma professora que cometeu suicídio, né, ele se matou acho que no finalzinho do ano de 2018, então foi um trauma é... relativamente grave para a região, né, para nossa escola, melhor.

E segue com outro relato:

No ano de 2017, foi a primeira vez que eu tive contato com suicídio relacionado a aluno, né, nós não tivemos uma aluna que não efetivou o suicídio é... isso é... foi digamos... uma vantagem, né, uma coisa boa, mas essa aluna ela tentou suicídio por duas vezes. Uma eu não era diretor ainda aqui, ela tentou se jogar na frente de um ônibus e não conseguiu e a outra vez, comigo já sendo diretor aqui da escola, ela tomou uma quantidade excessiva de medicamentos, né, só que ela ficou dopada, ela não chegou a correr risco de morte, ela ficou muito mais dopada do que qualquer coisa.

é aquela que se aprende “no mundo da vida”, via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivos cotidianas” (Gohn, 2006, p. 28).

Casos como esse último demonstra como as unidades escolares estão imbricadas, pois essa aluna retornou à escola requerendo atenção e cuidado da gestão e de todos os profissionais que ali atuam.

Mas, eu lembro que quando a mãe dela trouxe o relatório médico aqui para a escola, né, que trouxe o relatório, a situação dela eu acho que foi o pior texto que eu já li, né, que fala: olha, tem que evitar que ela fique perto de cordas é... objeto perfuro cortante. Ou seja, vai dando uma lista do que você tem que se preocupar com aquele adolescente e aí é muito ruim, né (Gustavo).

Por isso, alguns entrevistados mencionaram a importância da presença de psicólogas (os) nas escolas com a finalidade de garantir um suporte para as demandas e conflitos que surgem nas instituições de ensino. Na compreensão desses servidores, o profissional de psicologia poderia suprir a carência de conhecimento e o despreparo. Seguem alguns trechos que confirmam essa afirmativa:

Então, é a nossa função sim, nós temos um papel é... dentro das nossas atribuições é claro aqui não é um consultório de psicólogo, né, que não é... um... a gente num..., é..., nós não vamos ouvir e intervir como psicólogo faria [...] (Gustavo);

Então, é muito preocupante e a gente a quanto tempo nós solicitamos é... profissional de psicologia dentro das escolas (Sandra);

A gente tá contando com a possibilidade de um plantão de psicólogo aqui por meio, por conta dessas atividades que a gente teve aqui, né [...] (Suelen).

Gustavo reconhece a Psicologia como uma formação essencial para lidar com essas questões:

[...] eu deixo claro para todos os servidores, os professores da coordenação pedagógica e direção é que muito embora nós tenhamos empatia por eles nós não somos pessoas formadas na área de psicologia, a gente não tem formação em psicologia. O máximo que a gente pode fazer é o acolhimento, é escutar essas crianças, escutar esses adolescentes e dar os encaminhamentos necessários.

A presença da Psicologia foi citada como área do conhecimento que pode contribuir e auxiliar os profissionais a lidarem com situações que podem culminar no suicídio. A Lei nº 13.935 de 11 de dezembro de 2019 determina em seu Art. 1º que "As redes públicas de educação básica contarão com serviços de psicologia e de serviço social para atender às necessidades e prioridades definidas pelas políticas de educação, por meio de equipes multiprofissionais". (Brasil, 2019b, s/p). Além de ter sido evidenciada inadequação à Lei, pelo menos, na realidade de alguns dos entrevistados, a revisão de literatura apontou que a Psicologia da Educação e Educacional estão ausentes nas pesquisas, pois não foram localizados trabalhos nessa área

voltados ao suicídio e educação. Corrêa (2021) afirma que a escola desempenha um papel essencial no enfrentamento das externalidades sociais e econômicas que impactam os jovens e que, além disso, pesquisas sobre a atuação do psicólogo escolar em relação ao suicídio entre adolescentes ainda são incipientes.

Suave et al. (2023) salientam a necessidade de uma equipe multidisciplinar no ambiente escolar e o engajamento da sociedade para abordar esse sério problema de saúde pública, com atenção a promoção da vida.

Ao analisar as entrevistas foi percebido que há implicação acerca da relação suicídio e educação, porém não uma relação de causa e efeito. A implicação direta percebida está centrada na aprendizagem a qual foi identificada por apenas duas profissionais entre os entrevistados. Porém, não se deve desconsiderar as questões que antecedem o suicídio propriamente dito. Podemos elencar algumas como exemplo: transtornos de ansiedade, depressão, transtorno de aprendizagem, *bullying*, automutilação, ideação suicida e etc., todas são questões que impactam a educação escolar. Então, foi possível compreender por implicações as demandas trazidas nas falas dos entrevistados. São elas: falta de preparo dos profissionais; falta de amparo institucional; falta de profissionais da Psicologia nas escolas; e falta de políticas públicas eficazes. Sendo assim, ao tratarem sobre o tema, os participantes apontaram as dificuldades, medos, inseguranças como implicações.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou compreender as possíveis implicações resultantes da relação suicídio e educação básica. Procurou ouvir as vozes de docentes e gestores de escolas municipais e estaduais da cidade de São Paulo acerca do tema e permitir que os entrevistados manifestassem, a partir de uma pergunta norteadora, o que pensam sobre a temática proposta. Apresentou a teoria da complexidade como referencial teórico objetivando dar sustentação à investigação e, principalmente, à análise das entrevistas.

Na revisão de literatura, por meio dos critérios estabelecidos, constatou-se haver poucos trabalhos e um diminuto aumento de investigações que tratam do suicídio e a sua relação com a educação básica entre 2011 e 2024, sendo dezoito trabalhos no total e apenas sete pesquisas realizadas por áreas voltadas à educação. Revelou a ausência da Psicologia Escolar e Educacional entre as áreas de concentração que estão preocupadas com estudos que contemplam a temática desta investigação. Esta constatação eleva a importância de trabalhos orientados a compreender mais sobre este tema.

A morte surge sob a perspectiva de finitude, de ruptura que desperta na consciência causando o traumatismo que origina a crença na imortalidade. No primeiro momento, reconhece-se a onipotência da morte e o seu determinismo que, por conseguinte, gera um trauma que culmina na busca da sobrevivência da identidade e da participação do indivíduo que ao se deparar com a certeza do fim da vida necessita de algo que sobreviva à morte. Este algo é representado como um duplo, espectro, alma, espírito ou outras representações que dependerão da cultura, da religião e das experiências vividas. A busca pelo duplo se dá mediante a transferências projetivas e introjetivas através dos complexos imaginários na dinâmica do complexo mágico. No caso do suicídio, a busca por superar a morte não supera a necessidade de acabar com o sofrimento e/ou com uma vida que não seja considerada digna de ser vivida.

Para tratar o suicídio, optou-se pela apresentação de um percurso histórico, recorrendo a autores da Filosofia, por ser esta uma área do conhecimento de extrema relevância, a qual explora a dialógica vida e morte de modo mais detido. Segundo alguns filósofos, a pauta sobre a morte autoprovocada está centrada no indivíduo e em seus deveres com a sociedade e com Deus, bem como se a existência vale ou não a pena ser vivida. Porém, não há consenso, posicionamentos e discursos que sejam uníssonos entre os filósofos, pois entre eles a visão a respeito do suicídio possui dissonâncias. Com exceção de Santo Agostinho e Immanuel Kant que se posicionam categoricamente contra o ato suicida, os demais pensadores, mesmo se colocando contra, compreendem que em determinadas situações o suicídio se justifica. Percebe-

se que cada posicionamento está intimamente ligado à época que cada filósofo experenciou e viveu. “Os contextos culturais devem ser reconhecidos para compreender os pensamentos e os atos dos indivíduos oriundos de diferentes culturas, das quais o sagrado, o lícito e a honra nos são estrangeiros” (Morin, 2017, p. 115). Assim, a discussão está centrada no princípio operador dialógico, no diálogo entre vida e morte, na difícil compreensão se vale a pena viver ou morrer.

Embora, no caso do suicídio, a sociedade esteja de alguma forma presente nas ideias dos filósofos, ela não é analisada de forma ativa, pois a sua ação é passiva como se só o indivíduo tivesse compromisso e deveres para com ela. Porém, de acordo com o princípio da recursividade, o indivíduo age na sociedade e esta age sobre ele. Por isso, esta investigação se preocupou em tratar o autocídio também como um fato social sem desconsiderar aspectos biopsicossociais. Isto implica analisar o suicídio não apenas com vistas no indivíduo, mas também olhar para a sociedade. Assim, constatou-se que a morte voluntária está diretamente ligada ao grau de coesão social. Está exposto a esse tipo de morte aquele que por alguma razão a sociedade não conseguiu integrar; quem possui o vínculo extremado e se desintegra incorporado pela sociedade, pelas religiões e culturas etc.; e quem se encontra limitado pela sociedade devido a suas regras e imposições morais. Desta maneira, é necessário que o sujeito se vincule a um corpo social que lhe acolha, integre e lhe forneça condições de ser e existir.

Uma das fases mais importantes em que o indivíduo busca por pertencimento e participação no corpo social é a adolescência e a juventude. Durkheim e a Organização Mundial de Saúde chamam a atenção para este período tão importante na vida de qualquer ser humano, pois a morte voluntária, entre este público, ocupa o quarto lugar no ranking de mortes por suicídio. A adolescência é responsável por diversas transformações as quais são enfrentadas pelo sujeito que está a adolescer e por esta razão é fundamental conhecer suas estruturas internas e externas e o meio em que esse vive. Evidencia-se a psicodinâmica do complexo de édipo, o distanciamento do grupo familiar e o direcionamento afetivo para o campo social mais amplo, por exemplo, escola e amigos e, com isso, surgem diversos conflitos. Enfrenta-se, nesta fase, o luto do corpo infantil, da identidade e papéis infantis e o luto dos pais da infância. Junto ao luto, podem surgir a impulsividade agressiva, revolta e rebeldia que são outras características do adolescente que podem levar à autoagressão/destruição. A autoagressão pode aproximar o adolescente do suicídio, uma vez que todas as transformações, quase sempre, evolvem a relação do sujeito e a sociedade. Desta relação é importante compreender e diferenciar o que de fato é característica da adolescência do que é patológico, visto que a melancolia, o despertar da sexualidade e a agressividade estão associados de modo inerente à elaboração dos lutos. Sendo assim, este trabalho apresentou alguns fatores de risco e possíveis causas de comportamentos

suicidas na adolescência na tentativa de identificá-los e diferenciá-los da “síndrome normal da adolescência”.

Compreender a adolescência é fundamental para que a educação e a sociedade possam contribuir jurídica e administrativamente para diminuição dos casos de suicídio, prevenção e posvenção nessa fase da vida. Tratando-se do ensino básico, que tem entre as suas premissas o desenvolvimento integral do sujeito, esta compreensão está intimamente ligada aos processos formativos; ao trabalho da família e da educação no pleno desenvolvimento do educando; ao combate aos diversos tipos de violência contra si e contra os outros; à disseminação da cultura de paz nas escolas; e à promoção de ambientes seguros nas escolas.

A pesquisa apontou que ao falar de suicídio é importante considerar o princípio operador dialógico, que considera o antagônico, o contraditório como inseparável e complementar para compreender um fenômeno complexo, assim como a dialógica vida e morte; o hologramático, que consiste em considerar que o todo está na parte, bem como a parte está no todo complexo, assim o autocídio por ser também um fato social deriva da relação indivíduo-sociedade na qual o primeiro está na segunda e vice-versa; e o recursivo, onde o sujeito é um produto da sociedade, mas age sobre ela, ou seja, tem-se uma relação recursiva, o suicídio enquanto produto também da sociedade age sobre ela no sentido de que se torna um problema social; e os complexos imaginários (processos de combinação entre projeção, identificação e transferência – PIT) são representados e associados ao duplo, no que sobrevive à morte e auxilia na superação do traumatismo que a ideia da finitude provoca.

A análise das entrevistas revelou que o suicídio continua, ao longo da história, envolto a tabus e estigmas que se atualizam por meio do *imprinting* cultural. Mostrou que conflitos familiares podem ser prejudiciais e dificultar a relação entre os responsáveis e a escola quando se trata de assuntos sensíveis como é o caso dos fatores de risco e da morte autoprovocada. Evidenciou que os professores e os profissionais da gestão das escolas estão despreparados para lidar com este fenômeno complexo, pois se sentem inseguros e com medo, sem saberem como agir e preocupados de suas ações serem prejudiciais. Constatou que os profissionais estão desassistidos pelo poder público, uma vez que não existem políticas públicas eficazes e nem formação capazes de trazerem segurança à comunidade escolar ao abordar questões de saúde mental e o suicídio. Foi percebido que a comunidade escolar e a aprendizagem são impactadas diretamente quando ocorrem ideações, tentativas e a concretização do autocídio. Por fim, foi identificada a ausência de equipes multiprofissionais nas escolas para dar suporte à comunidade escolar, mais precisamente, a ausência de profissionais da Psicologia.

A pesquisa mostrou que há ainda muito por fazer e avançar em relação a políticas públicas e ao envolvimento de toda a sociedade no que se refere à prevenção do suicídio entre os escolares. O suicídio é realidade que requer o compromisso do setor público e privado para respaldar e dar assistência ao sistema escolar nesse tema que é tão sensível. Percebeu-se, com a pesquisa, que as políticas de saúde devem se aproximar da educação para que juntas possam auxiliar as demandas crescentes por suporte em saúde mental e em questões que envolvem o autocídio. O estudo também demonstrou a existência de diretrizes na educação e legislação que prescrevem ações que podem contribuir com a prevenção da morte autoprovocada, mas, ao mesmo tempo, levou a reflexão de como essas ações estão sendo promovidas de fato.

Contudo, entende-se que se faz necessário a mudança de paradigmas e ações efetivas para que o cenário e as marcas históricas sejam ressignificadas. É preciso reconhecer as incertezas as incompREENsões em torno da temática para que seja possível uma compRENSÃO complexa do fenômeno suicídio e sua relação com a educação básica. Dessa forma, e com o engajamento de toda a sociedade, acredita-se ser possível o avanço em políticas públicas que sejam eficazes em prevenção, mitigação de mortes dessa natureza e posvenção, quando necessária.

REFERÊNCIAS

- ABERASTURY, Arminda. Adolescente e o mundo atual. In: ABERASTURY, Arminda; KNOBEL, Mauricio. **Adolescência normal**. Tradução: Suzana Maria Garagoray Ballve. Porto Alegre: Artmed, 1981. Cap. 6. p. 88-90.
- ABERASTURY, Arminda; KNOBEL, Mauricio. **Adolescência normal**. Tradução: Suzana Maria Garagoray Ballve. Porto Alegre: Artmed, 1981.
- ALENCAR, E. R. D.. **Bullying e Desempenho Escolar de alunos do Instituto Federal do Piauí, campus Parnaíba**: um estudo de caso. São Paulo, 2017. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Nove de Julho. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6376392. Acesso em: 20 jan. 2023.
- American Psychiatric Association. (2014). **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**: DSM-5 (5a ed.; M. I. C. Nascimento, Trad.). Porto Alegre, RS: Artmed.
- LEITE, Tatiane Isabela de Araújo. **Prevalência E Fatores Associados Ao Comportamento Suicida Em Jovens Do Ensino Médio Na Região Do Seridó Potiguar**. 2020. 83 f. Dissertação (Mestrado em Saúde e Sociedade) – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró-RN, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10591964. Acesso em: 16 nov. 2022.
- BALOGH, Ieda Rodrigues da Silva. **A espetacularização da violência na escola**: o bullying e o suicídio como efeito devastador na educação. 2020. 274 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9453567. Acesso em: 16 nov. 2022.
- BERNARDES, Ângela de Carvalho. **Educação e formação humana de adolescentes nos projetos esportivos em organizações não governamentais**. 2020. 220f. Dissertação (Mestrado em educação) - Universidade Nove de Julho - UNINOVE, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://bibliotecatede.uninove.br/handle/tede/2159>. Acesso em: 13/05/2024.
- BERTOLOTE, José Manoel. **O suicídio e sua prevenção**. São Paulo: Editora Unesp, 2012.
- BESSA, Marilda Cândido dos Reis. **Prevenção ao suicídio entre alunos do ensino médio**: uma proposta educacional. 2021. 171 f. Dissertação (Mestrado em Ensino para Educação Básica) - Instituto Federal Goiano, Urutai, 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11004624. Acesso em: 16 nov. 2022.
- BOTEGA, Neury José. **Crise Suicida**: avaliação e manejo. Porto Alegre: Editora Artmed, 2015.

BRASIL. Decreto N° 7.037, de 21 de dezembro de 2009. **Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7037.htm. Acesso em: 20 jan. 2023.

BRASIL. Lei nº 13.185, de 06 de novembro de 2015. **Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying)**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/lei/l13185.htm. Acesso em: 02 set. 2023.

BRASIL. Lei nº 13.819, de 26 de abril de 2019. **Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio**. 2019a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Lei/L13819.htm. Acesso em: 20 jan. 2023.

BRASIL. lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019. **Prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica**. 2019b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/%5C_ato2019-2022/2019/Lei/L13935.htm. Acesso em: 20 ago. 2024.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 20 jan. 2023.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Diretrizes e Base da Educação Nacional**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 20 jan. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em: 20 jan. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 1.876, de 14 de agosto de 2006**. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt1876_14_08_2006.html. Acesso em: 21 agosto. 2023.

BRASIL. Secretaria de Vigilância em Saúde. Ministério da Saúde. **Boletim epidemiológico**. Brasília, Vol. 52, n. 33, set. 2021. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/edicoes/2021/boletim_epidemiologico_svs_3_3_final.pdf/view. Acesso em: 26 out. 2024.

CAMUS, Albert. **O Mito de Sísifo**. São Paulo: Record, 2014.

CASSORLA, Roosevelt M.S. **Jovens que tentam suicídio, homicídio precipitado pela vítima e totalitarismo**: três reflexões sobre autodestruição. Reverie: Revista de Psicanálise, 2017: 78-97.

CASSORLA, Roosevelt M.S., e Elizabeth L.M. SMEKE. Comportamento suicida na adolescência: aspectos psicossociais. In: LEVISKY, David L. **A adolescência e violência: consequências da realidade brasileira** (Org.). Porto Alegre: Artes Médicas, 1997. p. 81-98.

COLARES, Marina da Cunha Pinto. **Novos sintomas dos adolescentes e jovens na educação: tentativa de suicídio e atos de autoagressão**. 2022. 151 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Belo Horizonte, 2022. Disponível em: <https://sucupira->

legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13618801. Acesso em: 02 nov. 2024.

CORRÊA, Tiago Salsa. **Suicídio, o jovem e a escola:** análise do retratado na mídia jornalística e as possíveis estratégias para atuação do(a) psicólogo(a) na escola. 2021. 146 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufms.br/bitstream/123456789/3955/1/Dissertac%cc%a7a%cc%83o%20Tia go%20Salsa%20Corre%cc%82a%20-%20VERS%c3%83O%20FINAL%20DEFINITIVA.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2024.

DEMO, Pedro. **Cuidado metodológico:** signo crucial da qualidade. Sociedade e Estado. Brasília, v. 17, n.2, p. 349-373, jul./dez. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/zcmfWdjVjnSFgZP4P5TMcHQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 jun. 2024.

DIAS, Ana Luiza de Melo. **Aspectos psicosociais do suicídio na juventude:** identificação de representações sociais de profissionais da saúde e da educação de uma cidade mineira. 2021. 251 f. Dissertação (Mestrado em Psicosociologia de Comunidade e Ecologia Social) - Universidade Federal do Rio De Janeiro, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11200876. Acesso em: 15 dez. 2024.

DIAS, Elaine Teresinha Dal Mas. **Adolescência e morte:** representações e significados. Psicologia Escolar e Educacional (Impresso), v. 15, p. 273-281, 2011.

DIAS, Elaine Teresinha Dal Mas. **Adolescência: entre o passado e o futuro, a experiência.** 2001. 200f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, Departamento de Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade, Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, 2001.

DIAS, Elaine Teresinha Dal Mas; BERNARDES, Ângela. (Org.). **Violência, bullying e indisciplina no ensino superior:** a experiência de alunos/as de graduação em pedagogia e em psicologia. São Paulo: BT Acadêmica, 2020. v. 1. 80p.

DOMINGUES, Mariana Rosa Cavalli; DOMINGUES, Taciano Luiz Coimbra; BARACAT, Juliana. Uma leitura psicanalítica da adolescência: mudança e definição. **Revista Científica Eletrônica de Psicologia**, maio de 2009. Disponível em: http://faef.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/Q311xFKbubqXqki_2013-5-13-12-49-37.pdf. Acesso em: 20 jan. 2023.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico.** São Paulo: Editora Martin Claret, 2001.

DURKHEIM, Émile. **O Suicídio.** São Paulo: Martins Fontes, 2000.

DURKHEIM, Émile. **O suicídio:** estudo de sociologia. São Paulo: Editora EDIPRO, 2014.

EISENSTEIN, Evelin. Adolescência: definições, conceitos e critérios. **Adolescência & Saúde** (UERJ), Rio de Janeiro, v. 2, n.2, p. 6-7, 2005. Disponível em:

<https://cdn.publisher.gn1.link/adolescenciaesaude.com/pdf/v2n2a02.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2024.

FREDES, Fabiane Quevedo. **Como a violência se manifesta no ambiente de ensino?** Uma análise da indisciplina, da agressão, do bullying, da automutilação e da tentativa de suicídio nas escolas. 2022. 55 f. Dissertação (Mestrado em Administração Públicas em Rede Nacional) - Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2022. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11578469. Acesso em: 02 nov. 2024.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. RAE. **Revista de Administração de Empresa**, São Paulo, v. 35, n.3, p. 20-29, 1995. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/ec0fb20d-5af3-4858-bf4f-4cabb275c6be/content>. Acesso em: 23 set. 2024.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas**. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.14, n.50, p. 27-38, jan./mar. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/s5xg9Zy7sWHxV5H54GYydfQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 ago. 2024.

HUME, David. **Da imortalidade da alma e outros textos póstumos**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2006.

KANT, Immanuel. **Lições de Ética**. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

KNOBEL, Mauricio. Adolescência normal. In: ABERASTURY, Arminda; KNOBEL, Mauricio. **Adolescência normal**. Tradução: Suzana Maria Garagoray Ballve. Porto Alegre: Artmed, 1981. p. 9-12.

KOGIEN, Moisés; et al. **Prevalência e correlatos de ideação suicida passiva e ativa em ingressantes da pós-graduação**. Revista Latino-Americana de Enfermagem, v. 31, p. e3981, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rvae/a/jJcBn6Q8HJ7n6CYkCPWJcBH/?lang=pt#>. Acesso em: 18 ago. 2024.

KOVÁCS, Maria Júlia. **Morte e desenvolvimento humano**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1992.

LACAN, Jacques. **O Seminário, livro 11**: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

LACERDA, Elias Pereira de. **Possibilidades de Superação do Suicídio entre Estudantes do Ensino Fundamental**. 2019. 136 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8115142. Acesso em: 16 nov. 2024.

LAPLANCHE, Jean, e J.B. PONTALIS. **Vocabulário da psicanálise**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LEVISKY, David Léo. Aspectos do processo de identificação do adolescente na sociedade contemporânea e suas relações com a violência. In: LEVISKY, David Léo. **Adolescência e violência: consequências da realidade brasileira**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997. Cáp. 1. p. 17-29.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. Goiânia: Editora Alternativa, 2001. 259p.

LIMA, Patrícia do Carmo. **O professor e a promoção da saúde de alunos, do ensino médio público, vulneráveis ao suicídio**. 2021. 90 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Universidade de Fortaleza, Fortaleza, 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10991248. Acesso em: 16 nov. 2024.

LÜCK, Heloísa. **Dimensões de gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Editora Positivo, 2009.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MEIRA, Regiane Fernanda Castro. **A escola e a relação entre adolescência e suicídio: uma leitura psicanalítica**. 2023. 110f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=14968253. Acesso em: 02 nov. 2024.

MERIGUI, Gythana Dantas Cidreira. **Suicídio: formação docente e a prevenção no contexto escolar**. 2021. 120 f. Dissertação (Mestrado Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, Cuiabá, 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10727591. Acesso em: 16 nov. 2024.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14 ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MINOIS, Georges. **História do suicídio: a sociedade ocidental diante da morte voluntária**. Tradução: Fernando Santos. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

MONTAIGNE, Michel de. (1533-1592). **Ensaios**. 5. ed. Tradução: Sérgio Milliet. São Paulo: Nova Cultura, 1991.

MORAES, Letícia de. **Bullying, ideação suicida, habilidades sociais e clima escolar: fatores de risco e de proteção à saúde mental de adolescentes**. 2023. 145 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13743101. Acesso em: 02 nov. 2024.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. - 8^a ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. 128p.

- MORIN, Edgar. **Ciência com consciência.** 8^a ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005a. 350p.
- MORIN, Edgar. **Cultura de massa no século XX: neurose e necrose.** 11^a ed. Rio de Janeiro: Florense, 2018. 401p.
- MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo.** Porto Alegre: Sulina, 2005b. 120p.
- MORIN, Edgar. **O homem e a morte.** Rio de Janeiro: Imago Ed., 1997. 356p.
- MORIN, Edgar. **O método 1: a natureza da natureza.** 3^a ed. Porto Alegre: Sulina, 2016. 477p.
- MORIN, Edgar. **O método 2: a vida da vida.** 5^a ed. Porto Alegre: Sulina, 2015a. 527p.
- MORIN, Edgar. **O método 3: o conhecimento do conhecimento.** 5^a ed. Porto Alegre: Sulina, 2015b. 286p.
- MORIN, Edgar. **O método 5: humanidade da humanidade.** 5^a ed. Porto Alegre: Sulina, 2012. 309 p.
- MORIN, Edgar. **O método 6: ética.** 5^a ed. Porto Alegre: Sulina, 2017. 224p.
- MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro.** 2^a ed. – São Paulo : Cortez ; Brasília, DF : UNESCO, 2000.
- MORIN, Edgar. CIURANA, Emilio Roger; MOTTA, Raúl Domingo. **Educar na era planetária:** o pensamento complexo como método de aprendizagem no erro e na incerteza humana. São Paulo: Cortez, 2003. 112p.
- MORIN, Edgar. Os complexos imaginários. In: PENA-VEJA, Alfredo; ALMEIDA, Cleide Rita Silvério de; PETRAGLIA, Isabel. **Edgar Morin:** ética, cultura e educação. São Paulo. Cortez, 2011. p. 89-104.
- PENSO, Maria Aparecida; SENA, Denise Pereira Alves de. A desesperança do jovem e o suicídio como solução. **Revista Sociedade e Estado**, v. 35, p. 61-81, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/rLfXhwgd7qgpBzMSrjwFXmj/?lang=pt>. Acesso em: 24 jul. 2023.
- PIGOZI, Pamela Lamarca; Machado, Ana Lúcia. Bullying na adolescência: visão panorâmica no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 20, p. 3509-3522, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/YLcVTsBftTw8SPnW3P935cx/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 18 jul. 2024.
- PLATÃO. **As Leis, ou da legislação e epinomis.** Bauru: Edipro, 1999.
- PLATÃO. **Fédon.** Tradução: Carlos Alberto Nunes. Belém: Edufpa, 2011.
- PORUGAL, Guilherme Agusto; MESSIAS, Elvis Rezende. **Michel de Montaigne e a meditatio mortis.** Revista Ratio Integralis, v. 1, p. 28-44, 2021. Disponível em: https://www.academia.edu/49329484/Olhares_Ic%C3%B4nicos_O_ensino_de_hist%C3%B3ria_da_arte_para_seminaristas. Acesso em: 24 jul. 2023.

PRADO, Aneliana da Silva; PINTO, Leandro Rafael. A contribuição da escola para a prevenção do suicídio: um enfoque nos fatores de risco. **Revista Mundi Sociais e Humanidades**, v. 5, p. 75-1-75-19, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ifpr.edu.br/index.php/MundiSH/article/view/1252/547>. Acesso em: 20 jun. 2024.

REIS, Alexandre H. **História do suicídio**: livro1: variações antigas e domínio do cristianismo. . Belo Horizonte: Páginas Editora, 2020.

ROSENTHAL, Gela; KNOBEL, Mauricio. O pensamento no adolescente e no adolescente psicopático. Cáp. 5. In: ABERASTURY, Arminda; KNOBEL, Mauricio. **Adolescência normal**. Tradução: Suzana Maria Garagoray Ballve. Porto Alegre: Artmed, 1981. p. 80-87.

SALLES, Leila Maria Ferreira. Infância e adolescência na sociedade contemporânea: alguns apontamentos. **Estudos de Psicologia** (Campinas), Campinas, São Paulo, v. 22, jan/mar, p. 33-42, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/estpsi/a/p6nq9YHw7XT7P7y6Mq4hw3q/?lang=pt>. Acesso em: 19 jul. 2024.

SANTOS, Eliane Gomes dos; SADALA, Maria da Gloria Schwab. Alteridade e Adolescência: uma contribuição da psicanálise para a educação. **Educação e Realidade**, v. 38, p. 555-568, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/Tnn5FRkNGj7znJ5tH3bmTWM/?lang=pt>. Acesso em: 19 jul. 2024.

SANTOS, Marília Suzi Pereira dos. **Estudo de pensamentos associados à ideação suicida em adolescente**: fatores de vulnerabilidade em escolares da cidade do Recife. 2017. 97 f. Dissertação (Mestrado em Neuropsiquiatria e Ciências do Comportamento) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5248877. Acesso em: 16 nov. 2024.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica, quadragésimo ano**: novas aproximações. Campinas, SP: Autores associados, 2019. Livro eletrônico.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Educação, sujeito e história**. São Paulo, SP: Olho d'Água, 2001.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 24^a ed. São Paulo, SP: Cortez, 2016.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Prefácio. In: DIAS, Elaine T. Dal Mas; MONFREDINI, Ivani; ROGGERO, Rosemary (ORG). **Educação, Trabalho, formação e subjetividade**. São Paulo: Xamã, 2010.

SGANZERLA, Giovana Coghetto. Risco de suicídio em adolescentes: estratégias de prevenção primária no contexto escolar. **Revista Psicologia Escolar e Educacional**, v. 25, p. 1-8, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/cSRRLBHpxrsKghmcNWMWctJ/?lang=pt>. Acesso em: 24 jul. 2023.

SILVA, Luiz Henrique Bochi. **Formação De Professores Para Identificação De Fatores De Risco Associados Ao Suicídio Na Adolescência.** 2020. 116 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Oeste Paulista – Unoeste, Presidente Prudente, SP, 2020. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10769230. Acesso em: 24 out. 2024.

SILVA, Marcimedes Martins da. **Suicídio:** trama da comunicação. São Paulo, 1992.

SILVA, Rosimar do Nascimento Vieira. **Suicídio:** Representações Sociais de professores de escolas públicas em Dourados-MS. 2019. 94 f (com ressalva). Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2019. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7715066. Acesso em: 24 out. 2024.

SOUZA, Cyntia Meneses de Sa. **Ideação suicida em escolares adolescentes:** prevalência e fatores associados. 2019. 71 f. Dissertação (Mestrado em Saúde e Comunidade) – Fundação Universidade Federal Do Piauí, Teresina, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8357804. Acesso em: 16 nov. 2024.

SOUZA, Lílian Kétli de. **Rodas de conversa na educação profissional:** a construção de um espaço de diálogo para preservar vidas. 2019. 48 f. Dissertação (Mestrado em Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, Charqueadas, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7852432. Acesso em: 16 nov. 2024.

SUAVE, Angela Michele; et al. Sociedade, suicídio e escola: reflexões necessárias. **Revista ciências humanas**, v. 16, p. 1-13, 2023. Disponível em: <https://www.rchunitau.com.br/index.php/rch/article/view/991/492>. Acesso em: 02 nov. 2024.

SZYMANSKI, Heloisa. Entrevista reflexiva: um olhar psicológico sobre a entrevista em pesquisa. In: SZYMANSKI, Heloisa.; ALMEIDA, Laurinda Ramalho de; PRANDINI, Regina Célia Almeida Rego. **A Entrevista na Pesquisa em Educação:** a prática reflexiva. 4. ed. Brasília: Liber Livros, 2011. 101p.

TEIXEIRA, Sâmia Duarte. **Interromper O Silêncio E Acolher O Sofrimento – Uma Estratégia De Prevenção Do Suicídio Na Escola.** 2021. 93 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Saúde da Criança e do Adolescente, Fortaleza, 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11178061. Acesso em: 16 nov. 2024.

WHO, (World Health Organization). 2014. **Preventing suicide:** A global imperative. 2014. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789241564779>. Acesso em: 20 jan. 2023

WHO, (World Health Organization). 2018. **National suicide prevention strategies:** Progress, examples and indicators. 2018. Disponível em:

<https://www.who.int/publications/i/item/national-suicide-prevention-strategies-progress-examples-and-indicators>. Acesso em: 19 set. 2022.

WHO, (World Health Organization). 2019. **Suicide in the world**: global health estimates. 2019. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/326948/WHO-MSD-MER-19.3-eng.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2023.

WHO, (World Health Organization). 2021. **Suicide worldwide in 2019**: global health estimates. 2021. Disponível em: <https://www.who.int/teams/mental-health-and-substance-use/data-research/suicide-data>. Acesso em: 20 jan. 2023.

WHO, (World Health Organization). 2022. **Mental disorders**. 2022. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/mental-disorders>. Acesso em: 26 agosto. 2023.

WHO, (World Health Organization). 2024. **Suicide**. 2024. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/mental-disorders>. Acesso em: 30 out. 2024.

APÊNDICE A – Entrevistas

Diretor – Gustavo

Pesquisador: Na sua percepção, há implicações acerca da relação suicídio e educação?

Pesquisado: Em primeiro lugar, né, eu vou falar um pouco da minha visão pessoal enquanto educador em relação à questão do suicídio, né. Eu não tenho nenhuma vivência próxima de pessoas que eu assim, de grande proximidade afetiva pelo menos, né, e tenham cometido suicídio ou que tenham tentado suicídio que eu me recorde, agora. Não tenho nenhuma dessas pessoas próximas, né, mas desde o meu processo de formação, tanto enquanto professor quanto profissional é da área da educação, de uma forma geral eu sempre tive uma percepção de respeito, de empatia em relação à pessoa que tem idealização suicida, né, que porventura acabe é... dando cabo da própria vida, né, tirando a sua própria vida porque é... eu entendo e aí também eu não cheguei a falar, né, mas eu sou uma pessoa que faço terapia também, né, então eu... eu passo por psicólogo e em todas as conversas que eu já tive, né, estudos, né, que eu já fiz relacionados à questão do suicídio é..., o suicida em muitos aspectos ele quer acabar com o sofrimento dele, ele não quer acabar com a vida propriamente dita. Então, é um ato extremo que às vezes a pessoa já perdeu, ele caiu num grau de desesperança muito grande ou um rompante de desespero onde ele acaba colocando fim a própria vida dele, né. Então a gente é, nós temos aqui na escola, enquanto diretor, enquanto professores, coordenação e direção, eu sempre tento passar esse olhar mais humanizado e tentar tirar um pouco desse estereótipo e desse olhar negativo, né, e de culpabilização da vítima, né, é e aí também entra em vários aspectos do que a gente trabalha aqui na escola, né, a culpabilização do negro por sofrer racismo, a culpabilização da mulher por ser vítima do estupro, né, e a culpa que é destinada ao suicida ou se ele comete ou se ele tenta o suicídio, né. Nós lidamos com uma faixa etária aqui na escola que vai dos seis anos de idade até os quatorze, quinze anos e nós estamos notando, há um número maior de crianças e adolescentes com grau de sofrimento e que acabam cometendo algumas ações que podem levar ao suicídio ou que poderiam levar ao suicídio, acho que as mais, eu não vou dizer assim, as mais simples, mas que aparecem muito para gente aqui é a questão dos cortes. Eles vão cortando o braço, cortam o braço, cortam perna, né. Pegam um gillette e vão se cortando e geralmente o diálogo deles conosco é sempre o mesmo: ah, eu estou fazendo isso porque é uma forma de uma dor superar a outra ou de a dor emocional ser superada pela dor física, pelo menos naquele

momento. Só que ele vai intensificando, né, vai chegar uma hora que vai criando resistência e esse é o nosso receio, digamos assim. É um problema que nós temos aqui e eu deixo claro para todos os servidores, os professores da coordenação pedagógica e direção é que muito embora nós tenhamos empatia por eles nós não somos pessoas formadas na área de psicologia, a gente não tem formação em psicologia. O máximo que a gente pode fazer é o acolhimento, é escutar essas crianças, escutar esses adolescentes e dar os encaminhamentos necessários. Quais são os encaminhamentos necessários que a gente faz? Geralmente, a conversa que nós temos com eles aqui quando eles chegam, que até entra um pouco nos projetos que a escola tem e eu vou falar na sequência, é a gente tenta criar na nossa sala como se fosse um ambiente seguro para eles aonde eles podem tratar do que eles quiserem. A única coisa que a gente deixa claro para eles, que a gente vai ter que comunicar os responsáveis se em algum momento a gente perceber que as ações ou as falas deles pode trazer risco a vida deles ou a vida de outra pessoa, né. Caso contrário, a gente tenta resolver com eles e com a ajuda de outros órgãos da prefeitura de São Paulo, vou dar um exemplo, nós temos alunos aqui que se descobriram como trans e alunos que se descobriram como homossexuais. Então, são alunos que sabem o grau de perseguição que eles vão sofrer em casa, o grau de discriminação, o grau de violência, né, então são alunos que... nós não contamos para os pais deles o que está acontecendo, só que a gente busca com o consentimento desse aluno ajuda de outros órgãos da prefeitura de São Paulo. Um dos órgãos que é muito parceiro nosso é o NAAPA que é um Núcleo de Apoio a Aprendizagem, né. Ele tem na realidade, o de São Miguel Paulista, um psicólogo que trabalha muito em parceria conosco aqui na região. Então, por exemplo, essa questão dos alunos trans e dos alunos homossexuais ele veio aqui na escola fez uma formação com os professores para saber como lidar com essas crianças como lidar com esses adolescentes e como que os professores devem se dirigir a eles e fazer as questões de acolhimento, né. Quando eu vejo que essas questões estão evoluindo para alguma situação que coloca em risco eminentemente a vida desses alunos aí é a hora que nós comunicamos o NAAPA, entramos em contato com UBS, CAPS da região e conversamos com os pais, só que com os pais a ideia que a gente tem é uma ideia de acolhimento, a gente chama o pai primeiro, né. A gente vai comendo pelas beiradas que a gente fala, né. A gente vai explicando a situação, falando porque o aluno nos procurou e fala para ele: oh, a gente tem uma situação delicada aqui, porque seu filho está se cortando ou o seu filho tentou ou pensou em cometer algo um pouco mais grave contra a própria vida, né, e a gente precisa da ajuda de vocês, daí a gente já tá aqui com todos os encaminhamentos,

né, só que assim é... não adianta nada você brigar com ele e qualquer coisa porque senão não adiantava nada agente chamar vocês, né. Na realidade, a escola está tentando estabelecer uma parceria, né. É... o “nome da escola”³⁵, infelizmente, no ano de 2018, nós tivemos aqui o marido de uma professora que cometeu suicídio, né, ele se matou acho que no finalzinho do ano de 2018, então foi um trauma é... relativamente grave para a região, né, para nossa escola, melhor. No ano de 2017, foi a primeira vez que eu tive contato com suicídio relacionado a aluno, né, nós não tivemos uma aluna que não efetivou o suicídio é... isso é... foi digamos... uma vantagem, né, uma coisa boa, mas essa aluna ela tentou suicídio por duas vezes. Uma eu não era diretor ainda aqui, ela tentou se jogar na frente de um ônibus e não conseguiu e a outra vez, comigo já sendo diretor aqui da escola, ela tomou uma quantidade excessiva de medicamentos, né, só que ela ficou dopada, ela não chegou a correr risco de morte, ela ficou muito mais dopada do que qualquer coisa. Mas, eu lembro que quando a mãe dela trouxe o relatório médico aqui para a escola, né, que trouxe o relatório, a situação dela eu acho que foi o pior texto que eu já li, né, que fala: olha, tem que evitar que ela fique perto de cordas é... objeto perfuro cortante. Ou seja, vai dando uma lista do que você tem que se preocupar com aquele adolescente e aí é muito ruim, né, quando você lê aquilo, principalmente quando você tem ideia que essas crianças estão no auge da vida deles, na época que seriam o mais legal, mas aí você tem que pensar que esse é o senso comum, né, porque grande parte deles aqui estão em conflito de identidade, conflitos para expressar sua própria cultura, expressar o eu deles. Aqui na escola, ela tem uma relação, a meu ver, muito é... complexa em relação ao suicídio porque aqui a gente tem um conflito muito grande. A escola é o espaço de conflito se a gente for parar para pensar. O ensino público é o maior deles, né, porque aqui você tem todos os conflitos possíveis é... conflitos culturais, conflito econômico, conflito geracional também, né, ou seja, os adolescentes têm uma faixa etária, os professores que estão aqui com eles têm outra faixa etária. Muitos desses professores, infelizmente, não é uma coisa exclusivamente aqui nossa, né, são professores que ainda entendem que a forma como eles receberam a aula tem que ser a aula deles agora. Se eles aguentaram bullying, se eles aguentaram situações de violência, qualquer um aguenta, né. Eles até falam assim: ah, se eu sobrevivi à essas situações de bullying essa geração... nutella não vai sobreviver? Mas, por exemplo, eu sobrevivi a um monte de bullying, tem um monte de professor aí que sobreviveu só que eu tomo três medicamentos hoje,

³⁵ O entrevistado mencionou o nome da escola e para garantir o sigilo optou-se por deixar – “nome da escola”.

né...(risos). O fulano toma um monte de medicamento também. Então, assim, a que custo foi essa sobrevivência, né. E a gente tenta passar isso para eles, né, que é o espaço da diversidade. São adolescentes sim, são pessoas que trazem diversos conflitos e eles não sabem resolver esses conflitos, né, se nós que somos adultos não sabemos, né, muitos de nós aqui procuramos auxílio psicológico ou psiquiátrico pra isso, que dirá esses adolescentes que estão numa condição econômica diferente da gente, uma condição de maturidade diferente, né. A gente tem que ter essa visão de acolhimento é...com eles, entender os conflitos que eles sofrem, né. E uma coisa que eu deixo muito claro, é o seguinte, sofrimento que em reuniões a gente conversa com os professores aqui e com os funcionários, sofrimento é uma coisa muito pessoal não tem como você medir o sofrimento do outro. Sofrimento é sofrimento, ponto. Então, para você, enquanto professor, é uma imbecilidade o sofrimento daquele aluno para ele não é, né. Pra mim é, porque eu tenho 37 anos, mas para um aluno de 15 anos que está com conflito com namorado, com a namorada ou porque é... ele está descobrindo a sexualidade dele, está vendo que a sexualidade dele está fora do que é considerado normal, digamos assim, né. Se há alguma normalidade, mas enfim, né. Não é o que a norma estabelece ou que ele se reconhece como negro e ele não quer ser negro porque ele sabe que ser negro é difícil né ele não se encaixa num grupo branco também da escola, né. O adolescente que, poxa, ele achava que as condições sociais dele permitiam determinadas coisas só que ele começa a ter conflitos que, tipo, seu pai não tem dinheiro para comprar as coisas que os jovens querem ter, né. Tem um conflito com o mundo da criminalidade, inclusive, que é uma coisa não tão marcante aqui, isso tem que ficar claro, né. A gente não tem uma realidade de criminalidade muito grande, mas a gente sabe que... grande parte dos parentes deles, infelizmente, são do mundo do crime, né, e a questão social está muito presente nisso. É... eu tenho alguns aqui de terceiro ano que você vê uma violência dele, né, um grau de violência com um grau de revolta porque o pai está preso, nunca visitou, nunca sabe assim, ele nunca viu o pai, né. A vergonha de falar, né, olha o meu pai está preso, tal. Você percebe que... se mal gerenciada essa situação pode levar a momentos aonde possa colocar em risco a existência dele e a existência de outras pessoas. É... é um... um ódio, é uma revolta muito é..., não sei se eu vou usar um termo certo, mas que ela não está canalizada. Ele não consegue expressar, né, então é para esse aluno que a gente tenta ter um olhar diferenciado, é um dos projetos que nós estabelecemos aqui na prefeitura de São Paulo. Nós temos, digamos assim, dois projetos concomitantes tá. Bom, vamos pensar assim. O primeiro deles é uma formação continuada que os professores fazem aqui na

escola que é a Jornada Especial de Formação Integral que é a (JEIF), essa JEIF ela tem um projeto de ação especial, ou seja, os professores em determinados momentos se reúnem com o coordenador pedagógico com textos, com discussões, podem trazer pessoas de fora para discutir determinados aspectos, né. E é um dos aspectos que foi discutido e que foi e que nós trouxemos pro o âmbito geral da escola foi é... trabalhar a questão do suicídio, né, só que ao invés de nós trabalhar aqui é... um setembro amarelo, né, digamos assim, que foi um dos momentos que a gente pensou. Eu venho de uma escola onde eu sou professor, né, eu sou professor de história também, em que eles resolveram encarar o suicídio de frente. O que seria encarar o suicídio de é... de frente? Falar do suicídio e de situações de pessoas que cometem o suicídio, os motivos pelos quais eles cometem. Eu particularmente não participei, eu me julguei incapaz de eu participar disso na outra escola porque eu falei assim: olha, eu acho que primeiro que eu não tenho preparo emocional para isso, emocional e psicológico. E segundo que eu acho que não é a forma correta de se discutir essa questão. Porque assim, a questão do suicídio em específico a pessoa que tem aí é a idealização suicida já está posto para ela. Ela já sabe o sofrimento que ela tem e ela sabe sim os meios que ela pode colocar fim no sofrimento de forma violenta, né, de forma a exterminar a própria existência dela. Então, aqui na prefeitura de São Paulo, enquanto diretor, a gente fez o diferencial que ao invés de tratar o suicídio diretamente tratar a ideia de valorização da vida. Então é, ao invés de nós chegarmos: olha, gente, existem essas formas de suicídio, o fulano de tal se matou por causa disso, olha você fez bullying com seu coleguinha e o seu coleguinha se enforcou, tomou veneno, pra que que eu vou falar isso, né, pra que que eu vou... Isso lembra muito é..., pelo menos em desenho animado falava muito disso, né, quando o cara ia tirar a carteira de habilitação deles que elas colocavam aqueles vídeos de acidente (risos) olha...(risos) não corra, você vai bater e se espatifar e o seu corpo vai ficar desse jeito (risos) e não tem sentido nenhum (risos) nisso, né. Eu acho até uma coisa mais escatológica, parece que é um sadismo, né, de você falar, por isso, então, é o caminho que a gente faz é o caminho de valorização da vida mesmo, né, de falar: olha, se você tem um sofrimento a gente entende seu sofrimento, você não está sozinho, o que a escola consegue te ajudar e te ouvir ela vai ouvir. Só que a gente deixa bem claro para eles, só vamos até a página dois, até a página um, melhor, a página dois aí a gente vai buscar suporte porque é um risco muito grande que a gente corre de achar que está ajudando vocês e na realidade está piorando a situação, né. Porque é mais ou menos aquela situação: pô, você tem tudo e mesmo assim você tá sofrendo, como é que pode um negócio desse,

né, então a gente tem essa, é... sem querer a gente culpabiliza, né. Então é uma tentativa que a gente faz aqui na escola de valorização da vida ao invés de trabalhar com essa questão do suicídio diretamente. Recentemente, nós tivemos um aluno aqui que nós é..., de forma Leiga, né, a gente ficou receoso que ele pudesse ter momentos de idealização suicida. A gente notou que estava muito quieto aqui na escola, né, é um aluno que ele nasceu com lábio leporino e pelo que eu pude perceber visualmente parece que a cirurgia não foi bem-feita e ele ficou com uma cicatriz é... relativamente à mostra assim, né. Dá pra ver que ele tinha lábio leporino e ficou cortado a boca dele e nós percebemos que ele tem essa questão física dele, né. Eu lembro que quando a gente começou a usar máscara na escola ele adorava usar máscara, né, foi um custo pra ele tirar a máscara, inclusive depois que foi permitido, né, ele não tinha, ele nunca teve medo da covid especificamente pelo que eu pude notar, ele tinha mais é... segurança de se expressar com a máscara. Então a gente foi trabalhando essa questão, mas se ele quisesse ficar, ok, né, e a outra questão com ele, especificamente, era uma questão de abandono familiar, uma mãe ausente, um pai que ele não sabe quem é, né, e isso começou a pesar para ele nos doze, treze, quatorze anos de idade e aí ele num rompante de raiva que ele teve aqui na escola ele deu um soco acho que se não me engano em um vidro, aqui. Alguma coisa machucou a mão, né, e aí nesse momento ele entrou no nosso radar, aí a gente pediu ajuda pro na NAAPA, né. O NAAPA acompanhou e o psicólogo nos tranquilizou, falou: olha, eu não vejo uma situação de suicídio ou de idealização suicida, mas uma questão de depressão, certo, uma questão de depressão. Não, ele não usou nem a palavra depressão, uma questão de angústia e tristeza, mas não um quadro depressivo suicida, por exemplo, de desesperança total. E eu acho que o caminho que vocês têm que fazer ali com ele é o caminho de acolhimento, e foi o que nós fizemos. Tanto é que na última conversa que eu tive com o NAAPA, aí já é uma ideia para o ano que vem, né, com os nonos anos especificamente aqui da escola, porque nós percebemos que esse aluno na última semana, nas duas últimas semanas, ele baixou de novo a guarda dele assim, ele ficou bem deprimido e nós percebemos que é... apesar do lábio leporino ele jamais nos narrou situação de bullying, pelo contrário, ele narrava situações de acolhimento aqui da escola e como nós não temos ensino médio eles vão para o nono ano e do nono ano eles vão para a escola do estado, era tristeza dele mesmo de abandonar a escola, né, de não estar mais nesse ambiente de segurança, de acolhimento, de pessoas que o conheciam. Então em conversa com o NAAPA, é... pro ano que vem, uma das coisas que vai inserir no nosso Projeto Político Pedagógico, né, é... que – a minha assistente tá, tá olhando, que é ela que faz essa parte

(risos) que nós vamos inserir no Projeto Político Pedagógico—, é nas duas últimas semanas ou última semana, né, tratar essa questão de quais são as expectativas deles, né, o que eles esperam pra vida pós “nome da escola” que é uma escola aberta à comunidade, que sempre serão bem-vindos aqui, que eles podem visitar e que eles têm que entender que essa etapa da vida deles se encerrou, mais não quer dizer que encerramento seja... algo ruim, né. Então, trabalhar essa ideia de luto com eles, né. O luto de abandonar uma escola que eles vivenciaram aqui durante nove anos da vida deles. Nove, dez anos da vida deles eles ficaram aqui, né, muito tempo mesmo, né. Mas, via de regra, é essa forma que a gente tem, né, e aí para tentar fechar um pouco mais a questão disparadora que são as implicações acerca da relação suicídio e educação, se a gente parar para pensar que a escola de uma forma geral ela atende a dois princípios básicos, nós temos a função de educadores, então a gente passa aqui para eles a educação formal, mas ao mesmo tempo a gente cuida dessas crianças. Há uma frase que eu acho muito perigosa de falar assim: quem educa é a família e a escola ensina. Não, a escola educa, a escola ensina e a escola cuida, a diferença que nós temos aqui é que a gente está cuidando dele como ser individual dentro do espaço escolar, nós estamos educando e instruindo ensinando para a sociedade. Então, assim, a educação que ele recebeu na casa dele não é uma educação necessariamente pra sociedade é uma educação da casa dele pra família dele do ambiente social lar, do ambiente social privado. Aqui, nós temos sim uma função de educação, de ensino, de cuidar que é para a sociedade. Então a escola cuida, a escola ensina, a escola educa. Se a gente partir do princípio que esses adolescentes no mínimo passam é 1/3 do dia deles conosco, 1/3 para mais, né, se a gente pensar de atividades e no contraturno, né, se você parar para pensar grande parte dessas crianças são filhos da classe trabalhadora ativa, eles estão trabalhando, eles passam muito mais tempo comigo, com o coordenador com os professores deles com os colegas do que com... com os próprios pais, né. E se eles são adolescentes fora da escola eles estão com os amigos deles fora da escola. Então os pais vão perdendo é... gradativamente esse tempo junto com essas crianças e com esses adolescentes. Então, é a nossa função sim, nós temos um papel é... dentro das nossas atribuições é claro aqui não é um consultório de psicólogo, né, que não é... um... a gente num... é, nós não vamos ouvir e intervir como psicólogo faria, muito menos, como um psiquiatra porque ninguém vai dar medicamento. Oh, toma uma fluoxetina, toma um ansitec. Às vezes, até a gente pensa, né, fala: poxa, uma fluoxetina aí resolveria, né, um (risos) lítiozinho, o rivotril dava certo, mas isso é uma coisa que passa pela nossa cabeça (risos) e a gente não fala porque não é a nossa função, mas é a nossa função tanto do

ponto de vista de educador, de professor, quanto de instituição pública escola, o nosso papel de formação. E aí e a prefeitura de São Paulo, você pegar o currículo da cidade, é um currículo norteador das escolas da prefeitura de São Paulo, ele fala de uma formação integral que alguns professores, alguns educadores confundem educação integral com escola de ensino integral por incrível que pareça, né. Quando o currículo da prefeitura de São Paulo, o currículo da cidade fala de formação integral é uma formação integral do cidadão, do sujeito em todas as suas identidades, em todas as suas... em todos os seus aspectos e o aspecto emocional e psicológico é um dos aspectos que tem que tá presente aqui pra ele. É uma luta ainda, tá, isso que eu vou falar, talvez eu aposente e eu não consiga vencer isso. Tem um..., agora não vou lembrar se ele é sociólogo, se ele filósofo, eu acho que ele é sociólogo, o Adorno, né. O... Adorno ele tem uma frase né um..., uma classificação que ele fala que o professor é o general de pijama, né. Ele fala que o professor já que ele não conseguiu comandar ninguém ele comanda os jovens e as crianças, né. E aí entra muito naquela lógica também do Paulo Freire que, via de regra, quando a educação erra tudo, é muito ruim, o sonho daquele que apanha é bater, né, o sonho do oprimido é se opressor. Então a gente ainda tem um longo caminho ainda para desmistificar isso e eu acho que o espaço escolar ele ainda carece de uma discussão que aqui não é um espaço de reprodução do que a sociedade é, mas é um espaço de crítica e de modificação da sociedade. Se a sociedade é um lugar competitivo e excludente eu não posso reproduzir o competitivo excludente, aqui. Se eu sei que essas crianças sofrem de ansiedade porque é... eu acho que é quase impossível alguém não sofrer de ansiedade hoje, mas a gente percebe situações disparadoras de ansiedade porque eu enquanto aluno sei o que disparou a minha ansiedade enquanto aluno de escola particular, é prova, é pressão de nota, é pressão por resultado, é você ter que ser o melhor, aí já junta tudo isso com pô você tem que namorar, você tem que ter uma roupa legal, você tem que ser o cara descolado da turma, né? Você, então, assim, são muitas pressões que a sociedade coloca para a escola colocar essa pressão então também. Então a escola ela tem esse papel porque eu entendo o suicídio e idealização suicida com uma situação limite de estresse psicológico. Então se eu reproduzo situações sociais dentro do espaço escolar que são estressantes e seu normatizo isso, inclusive com discurso de que eu estou preparando essas crianças pro mercado competitivo que tem lá fora ou eles não podem ser protegidos aqui ou terem empatia porque o mundo lá fora é um mundo cão é os Jogos Vorazes como a gente brincar bastante aqui de falar é...eu estou formando que tipo de, né. Estou formando pessoas muito propensas a diversos tipos de neurose, né, então já que a escola

não é um espaço, não é um espaço digamos assim é... clínico para tratar a questão do suicídio de forma: olha, você chegou no meu consultório você tem uma idealização suicida vamos discutir isso, tá. Já que a escola não é essa a função dela pelo menos que não seja a função de exacerbar isso de jogar lenha na fogueira ou, pelo menos, quando uma criança chegar aqui com essas demandas, né, como uma criança ou um adolescente saber ouvir saber escutar ele. Mano, fala o que que está acontecendo. Ah, poxa, eu passei por isso também. Olha, isso é normal na sua idade, né. Me conta mais. Ai eu estou sofrendo por causa disso, olha eu não sofro mais por isso, mas eu já sofri e eu sei como é que é isso. Mas calma, a gente tá junto, não é bobeira, né. Eu falo assim, pra mim pode ser uma bobeira gigantesca, eu com 37 anos de idade, né, mas pra você não é, uma brincadeira que a gente faz, né, a minha esposa ela comentou uma coisa comigo no sábado que é coisa de pai e mãe é... novo, que acabou de se tornar pai e mãe é... nós temos um molequinho ele tem dois aninhos de idade, né. E aí ele estava brincando lá e tal e a gente tinha acabado de sair do shopping com ele e a gente foi numa lanchonete e eu falei: nossa o Leonardo tá aqui pequenininho a gente toma conta, poxa alguém vai quebrar o coração desse menino ainda e ele vai sofrer, que não sei que. Ela falou: Gustavo nós já fizemos isso hoje porque o Leonardo foi no carrinho, foi no Carrossel do shopping e queria ir na piscina de bolinha e nós falamos que era só um e a gente pagou dois e ele queria ir em três e a gente tirou ele do shopping arrastado porque ele fez birra e a gente foi embora porque ele fez birra. Então de uma certa forma ele já está sofrendo, esse é o sofrimento dele só que ele não tem o mecanismo social de..., como é que é, do superego, né, (risos) de esconder isso, né. Porque ela falou assim: quantas vezes você já não sofreu ou está sofrendo e você queria dar birra e você sabe que não pode dar birra (risos), né, quantas vezes partiram meu coração e o seu coração e você queria dar birra e você queria chorar, você queria quebrar alguma coisa (risos), mas você sabe que não tem, né. Então, isso foi mais um elemento né que eu tive na minha vida prática do meu cotidiano de entender que o sofrimento é muito relativo, né, o que é sofrimento para mim, o que não é sofrimento pra mim talvez seja o sofrimento pro outro porque aquilo é importante para ele. Uma criança de dois anos ir na piscina de bolinha é importante, pro adolescente que está sofrendo porque a namorad..., porque está morrendo de ciúme da namoradinha dele que está na outra sala conversando com outro colega isso é sofrimento; pro aluno que se descobriu trans ele tá se olhando no espelho nasceu como menino, mas ele se vê como menina isso é um sofrimento que, que eu não consigo nem dimensionar, né, eu num... eu não consigo; pra uma menina que começa a ter aula de história e de filosofia e começa a

perceber que pelo fato dela ser mulher no mundo que ela vive hoje ela sempre vai ser perseguida isso é terrível, né. A gente tem que ter essa visão de acolhimento, eu acho que é neste momento que a escola tem uma implicação muito importante para discutir a questão do sofrimento e da frustração porque é como é um espaço de diferença, como um espaço de conflito, como é um espaço de força, alguém vai sair frustrado, alguém vai sair... eu não posso usar muito isso na escola, mas enfim, como derrotada sua ideia vai ser derrotada (risos), né. Em algum momento o seu ponto de vista não vai prevalecer, em algum momento você vai se enxergar diferente dos demais, né, e... e então a escola tem esse, esse papel de..., não é de evitar os conflitos, mas de resolvê-los de forma efetiva ou de forma sadia, de forma construtiva. Eu acho que para encerrar, já que a gente não consegue tratar um suicídio de forma clínica porque não é nossa função, mas nos cabe o papel de empatia, nos cabe o papel de escuta, nos cabe o papel de poxa, preciso de um apoio para além desse... pra ajudar esse aluno. Uma das coisas que a gente conseguiu pelo menos pelo que eu posso ver de uma forma ampla e irrestrita aqui, é..., não vou dizer zerar, mas a gente já conseguiu pelo menos que as pessoas tenham uma empatia maior por aqueles que cometem ou por aqueles que praticam e que tentam o suicídio, né. É... só pra você entender, eu acho que a primeira vez que eu tive contato com um suicídio mesmo eu tinha uns, deixa eu ver quantos anos de idade, uns doze, não, não mentira, tinha uns quatorze para quinze anos de idade. Um é uma bobeirinha e o outro já é uma questão mais séria, a que é a questão mais séria é... eu tive uma, a mãe de uma colega minha de sala de aula se matou. Eu lembro que mesmo que eu não fosse amigo dela direto, mas eu lembro que foi um clima muito pesado e eu lembro que grande parte das pessoas culparam ela, né, porque na realidade o que foi é que ela teve uma crise de ciúmes em relação ao marido, pegou chumbinho, tomou chumbinho e ela tomou numa quantidade que foi letal para ela, mesmo fazendo lavagem e tal não conseguiram reverter, foi uma morte inclusive muito violenta o que ela sofreu bastante inclusive, né. E... aquilo me espantou um pouco porque pela minha formação cristã, mesmo que hoje eu não tenha eu não siga o cristianismo, mas a formação básica do ocidente e a minha foi uma formação cristã, é... eu me recordo que... todo mundo falando mal dela: não, ela quis... que frescura ela quis é... chamar a atenção, tal. Aquilo que me deixou mais chocado porque, meu, mesmo que ela tenha chamado a atenção não era a intenção dela pôr fim a vida e quando colocou um fim à vida ficou pior ainda porque se não era a intenção dela, mesmo que tenha sido uma... uma infantilidade e tal, poxa, foi uma vida que foi embora, né, foi um acidente, foi digamos assim, foi um acidente, foi provocado, então o que ela provocou, então aquilo foi muito chocante para

pra mim e acho que foi a primeira vez que eu fiquei assim, pô, mas não é possível é aquela visão muito cristã do tipo a... se você se matar você vai para o lugar muito ruim, né. Eu lembro de pegar né, né... nessa época mesmo, eu lembro de pegar aqueles livros espíritas, ah o vale dos suicidas que não sei o que, eu falei: gente do céu, mas que inferno, né, que medo, né, já pensou se, se eu me mato que que coisa terrível, né. É... a outra que é uma bobeira, como adolescente eu comecei a escutar muito Nirvana e o vocalista cometeu suicídio, né, o Kurt Cobain cometeu suicídio. Eu vim com a mesma visão: não, como que um cara que tem tudo se mata que não sei o que, tal. Mas aí o que que acontece com todo adolescente fã do que você escuta, né, do que você ouve de rock, eu fui atrás e aí peguei biografia então falei: mano, esse cara não queria se matar, esse cara queria colocar fim ao sofrimento dele só que a saída que ele encontrou, infelizmente, aqui foi essa, né, não tenho uma visão deliberada e eu não consigo ver tipo: olha, eu quero colocar fim a minha vida porque, não, eu quero colocar fim ao meu sofrimento, né. E foi a partir desse momento, desses dois disparadores, eu posso dizer assim que eu comecei a ter uma visão mais humanizada e aí quando eu decidi que eu seria professor, quando eu seria diretor de escola já ficou muito sacramentado na minha cabeça que: eu vou lidar com essas questões, né, em algum momento eu vou lidar com essas situações. Recentemente, também, quando eu falo que são pessoas próximas, né, que eu quis dizer que eu nunca tive contato com pessoas da família, assim, né, do meu núcleo familiar próximo, mas há questão de quinze dias atrás, de um mês atrás, uma ex-aluna minha se matou também, né, e...foi a primeira vez que eu vi que o meu trabalho com os alunos tinham surtido um efeito bacana enquanto professor, porque todos os meus alunos próximos dela e era uma turminha que eu dei aula no nono ano, primeiro, no segundo e no terceiro ano, eu não vi absolutamente nenhum tipo de menção a culpabilização da vítima. Todos eles estavam tratando ela como se ela tivesse falecido por um acidente por morte natural como algo que ela não queria fazer, entendeu? Todos eles estavam com esse entendimento, a menina tomou essa decisão como um ato extremo de grande sofrimento, né, eles estavam muito mais tristes por não terem conseguido ajudá-la do que culpabilizar e isso eu achei bem bacana porque foi uma turma que a gente trabalhou “n” questões, inclusive essas questões também, né. Então foi bem bacana. Bom, não sei se ajudei muito, mas é isso aí.

Pesquisador: Ajudou muito Guilherme se tiver mais alguma coisa que você lembrar também pode falar, mas acho que foi bem importante tudo o que você trouxe dentro da sua visão no geral aí da sua experiência, né.

Pesquisado: Mas de momento, assim, eu acho que eu consigo fazer conexões e até mesmo lembrar do que foi a minha experiência pessoal que acabou impactando na minha vida profissional, até uma coisa que eu acho bacana é que eu acho assim que o curso que eu fiz as vivências que eu tive e eu digo que eu sou uma pessoa muito muito privilegiada em vários aspectos, tanto do ponto de vista econômico, né, porque assim, eu... sou filho de classe média, do ponto de vista econômico, né, estudei em escola particular e nunca passei dificuldade de nada. Sou filho único então, assim, fiz cursinho, estudei em universidade pública, mas eu tenho noção que eu aproveitei bem os meus privilégios, né, eu não me sinto uma pessoa de mérito e sim uma pessoa que soube aproveitar bem os méritos que a vida me proporcionou, mas eu acho que o curso de humanas sobretudo o curso na Universidade de São Paulo, que eu estudei história na USP, eu acho que ele me fez uma pessoa mais humana é... mesmo, né, o trocadilho aí, né. Mas eu acho que eu dei aula em escola particular durante poxa, acho que sete, oito anos na minha vida antes de ir pro ensino público e eu brinco que na escola particular eu era um técnico, era o técnico do etapa, o técnico do anglo, técnico da positivo, ou seja, no sistema de ensino deles. Aonde eu me tornei professor mesmo, visão humana, sabe, entendendo o outro, inclusive entendendo algumas questões de ordem geral onde eu consegui montar o meu posicionamento político enquanto professor, enquanto agente político, digamos assim, foi no ensino público e sempre dando aula, tirando em poá que dei aula durante muito tempo numa escola central, mas para a escola pública central, então era bem diverso, tinha, tinha alunos que eram filhos de vereadores até alunos bem pobres, né, mas eu sempre dei aula em periferia, né, nas regiões periféricas do Itaim Paulista, Cidade Kemel. Então, acho que isso formou uma visão mais humanizada, inclusive uma visão mais humanizada em relação ao suicídio, né, que a gente tá falando aí e é uma coisa que a gente discute muito aqui na escola é a necessidade que alguns professores, que alguns educadores têm de rodar pela rede ou se não rodar pela rede conhecer o lugar onde a sua escola está inserida, porque grande parte das pessoas pegam o carro de casa para escola e da escola para casa, ponto. Não, dá uma olhada. Oh, sua escola tem uma pontezinha que só passa um carro, quando passa. Oh, os seus alunos estão tudo no meio da rua pedindo coisa, né, aqui é um lugar muito pobre, aqui é um lugar muito violento. Eu me recordo, não tem a ver necessariamente com a questão do suicídio, em 2019 nós tínhamos uma nutri aqui na nossa região que é nutricionista da daqui. Vamos imaginar que ela que quisesse fornecer aqui para a escola 200 kg de carne, é 200kg. de carne por semana para as crianças, eu

tenho 984 alunos aqui, né. Aí eu falava pra ela assim: deixa eu te perguntar uma coisa, você vem por onde? Eu falava pra ela. Vem por onde aqui? Ah, eu faço tal e tal caminho... Tá, quantos açouques você passou?

- Ai eu passei por um açougue.

Quantas pessoas tinham dentro desse açougue?

- Ah, tava vazio.

Eu falei, então, tem um açougue no bairro, o açougue está vazio e eles querem que essas crianças não comam carne. O único lugar que as crianças comem carne é aqui.

- Não, mais a empresa...

Eu falei assim: deixa eu te falar uma coisa, a empresa não sabe nem qual é seu nome a empresa que dirá sabe qual é o seu registro funcional. Vamos fazer o seguinte, você vai parar de lutar pela empresa. Você é tão pobre ferrada quanto a molecada que está aqui quanto eu, se eu fosse rico eu não estava aqui na divisa de coisa nenhuma com nada, eu estava em outro lugar então aqui todo mundo é classe trabalhadora, toda ferrada, meu carro tá parcelado em 48 vezes, o seu caso também deve estar parcelado em mais umas 48 vezes e você é CLT, se for, né, se você não for aquele PJ, né. Ela ficou me olhando assim assustada. Eu falei: então vamos fazer o seguinte, não joga pro seu patrão, seu patrão não está nem aí, o seu patrão não está nem sabendo o que é isso aqui. Vamos fazer o seguinte, vai até o limite da lei, o limite da lei eu sei que não é 200kg, pode muito além.

- Ai, eu vou ver o que posso fazer.

Eu falei assim: não, você não vai ver o que pode fazer, você vai fazer, eu tenho certeza que você vai embora daqui e vai passar novamente em frente do açougue e não vai ver ninguém lá. Aí você vai fazer. Moral da história, aumentou acho que pra uns 400, 500kg de carne. É isso, esse convencimento dessa luta para mostrar o lugar do povo, né. Mostrar para quem a gente trabalha né, eu não trabalho pro prefeito, não trabalho para o secretário da educação, eu trabalho para o Joãozinho que mora aqui do outro lado da rua e tem só o uniforme da escola de roupa. É isso.

Coordenadora – Sandra

Pesquisador: Na sua percepção, há implicações acerca da relação suicídio e educação?

Pesquisada: Eu Acredito que tudo piorou com a... com a pandemia no sentido de as famílias não estarem preparadas para tudo o que aconteceu ou não aconteceu dentro das casas e, como na grande maioria das vezes acontece, no retorno desses estudantes a mais impactada foi a escola. O grande problema da educação que apesar é... de ter sido pensado várias questões psicológicas que... que afloraram com a pandemia por questão social, salarial, nós não tivemos suporte adequado. Foi enviado de uma certa forma online que eu vou mencionar a plataforma conviva praticamente desde no início da pandemia que ela veio à tona na sede, mas não foi suficiente para a rede educacional do estado de São Paulo. Eu nem sei em outros estados, eu tenho contato com vários colegas psicólogos e não foi suficiente, não para o número de escolas, mas pro número de estudantes que nós temos, vamos falar no estado de São Paulo, eu não tô nem mencionando aí no sentido Brasil. Então, nós aqui de dentro da escola sentimos muita dificuldade apesar de muitas palestras on-line, muitas lives. Como nós, a maioria dos professores, os especialistas, no caso matemática, português, nós não somos do ramo, não fomos formados para isso, tivemos na faculdade em alguns componentes curriculares a pinçelada da psicologia, então, para a maioria de nós, o que... o que esperamos é o bom senso daquele profissional de educação na maioria dos casos um professor que seja o gestor e quando se depara com essa questão do suicídio ou se existia a possibilidade é... dessa pessoa sendo jovem ou sendo adulto praticar. Pra te falar a verdade, é... milhões de dúvidas surgem na minha própria cabeça porque eu mesmo não consigo identificar, mesmo depois de tantas lives que eu assisti com psicólogos pela plataforma, foram várias, nós aqui da escola mesmo tentamos contato desde o início da pandemia é... mas até pelo próprio programa dificultou o atendimento aqui a nossa escola, e isso essa questão dificultosa me levantou aquele sinal vermelho no sentido de nós precisamos, as famílias precisam e a gente não sabe identificar como que uma criança ou como um adolescente ele pode partir pra a questão do suicídio, como é que a gente pode identificar? Então, é... aqui nessa escola tivemos sorte porque alguns profissionais, poucos professores, foram nos apresentados também com a formação em psicologia então parte principalmente deles o levantamento de opa! esse CID que essa criança tem pode vir até..., ela pode vir até a cometer o suicídio. Esse rol CID's, porque a gente tem é... certas crianças muito mais preocupantes que apresentam vários tipos de CID, e aí nós temos graças, né, graças ao programa aqui no Ítalo na sala

de Atendimento Especializado Educacional com as professoras é... para lidar com esses alunos que chegam mais com laudo de inclusão e aqueles que não têm laudo? Então, mais uma vez, eu toco no ponto seguinte: aqui na escola a gente tem essas professoras em dois períodos, poderia ser até em três, sendo que a escola funciona manhã tarde e noite, mas temos dois períodos com professoras da sala AEE e mesmo quando o aluno não tem o laudo, mas principalmente pelos professores de português e matemática, de acordo com o número de aulas em sala que é maior que os outros, quando eles identificam alguma coisa a gente solicita para essas professoras uma possível entrevista com estudante e com a família desse estudante para verificar se a nossa suspeita procede ou não e... muitos de nós, assim, ficamos imensamente agoniados porque é um tema assim muito difícil de ser lidar. A criança e o adolescente de uns tempos pra cá, principalmente com avanço da tecnologia, parece que isso veio a piorar e nas casas principalmente de pobreza extrema, de periferia mesmo, porque assim, mesmo aonde os pais estão em home office, o home office que chegou principalmente, na minha opinião, de uma classe média pra cima é com pessoas mais abastadas financeiramente, mas o home office chegou arrastando os profissionais completamente para as empresas e... afastando-os dos filhos e da família, então, sobrou mais uma vez para quem? Muitas vezes, a escola que identifica é... possíveis causas que podem levar à essa questão do suicídio e aí a gente pega aquela família é... onde tem, onde vem ali a extrema pobreza a questão é muito mais alarmante porque no sentido deles não terem subsídios estrutural, educacional para identificar é que é... aquele filho que aquela criança de repente tem problema desde o berço e só foi identificado por um professor ali no quinto ano, por exemplo, do ensino fundamental I. Então, é muito preocupante e a gente a quanto tempo nós solicitamos é... profissional de psicologia dentro das escolas ou, pelo menos, é... eu não sei na minha leiga formação em relação a isso, assistente social que também falta dentro das escolas. Você encaminha um pai uma mãe que sejam um responsável para uma UBS pra um pra um CAPS não é amanhã não é na semana que vem que ele vai ter essa consulta marcada dessa criança ou desse menor de repente dali a três meses e aí dali a três meses passa com essa criança, mas a consulta é uma vez por mês isso é necessário, isso é suficiente? Pensando por mim que graças a alguns poucos amigos consegui fazer terapia já na minha vida, me ajudou muito em todos os sentidos. Então, uma vez por mês a criança sendo atendida é suficiente? E aí o profissional atende só a criança. Nos dias de hoje, nas escolas, nessa escola, a gente se depara com o quê muitas vezes o pai ou a mãe que seja o responsável ele precisa muito mais de tratamento psicológico do que a própria criança, muito mais, porque você vê que

a criança ou ela é travada em muitos assuntos ou esse assunto ela... ela... conversa ela... devaneia sobre certos assuntos que de acordo com a idade dela a gente pensa: meu Deus, o que... como que essa que essa criança o que que o adolescente o que que assiste, o que que ele vê nas redes sociais que o faz tão conhecedor? É... de certas coisas que nem eu consigo entender e conhecer. Então, são várias... são várias questões que tem me deixado muito preocupada e com relação a professores, a coordenação e mesmo nós da gestão é muito jogo de cintura que nós temos que ter para lidar com esse com esse tema e pelo que eu percebo a maioria das pessoas ao lidar com certos temas requer o pensar, você se perguntar o que eu vou fazer porque eu vou fazer e infelizmente a maioria dos profissionais com quem a gente trabalha é... não pensam assim eu vou te dar um exemplo: o professor chega pra mim com um aluno passando mal de repente, hoje, dia três de março, nós estamos numa tarde extremamente quente pra cidade de São Paulo nós não estamos acostumado a calor acima de 30° a gente já... aí o professor traz a criança para a gente na direção. Olha, tá com crise de ansiedade tá com depressão. Como assim tá com crise de ansiedade, tá com depressão? Olha, de repente ele pode tentar coisa mais grave contra a vida. Como assim professor? Então, são certas conclusões também é... tipo aquele remedinho que você vai lá na farmácia sem receita médica - ah, me dá um dorflex - que é um dos remédios mais vendidos no nosso país sem receita médica, eu tomo um dorflex para dor de cabeça, pra dor muscular e então eu dou a receita para aquele estudante que eu levo na direção que ele tá com depressão, que é possível que ele cometa tal coisa. E aí eu volto naquela questão quem é que precisa mais de estudar sobre o tema né? Não, eu vou estudar sobre o tema ou então eu vou conversar com alguns colegas meus que são psicólogos para saber até que ponto eu posso falar aquilo ou não. Igual já me disseram: Sandra isso a gente não menciona porque vocês não são na área, então, de repente, você vai jogar para a família uma questão que a família não está de forma alguma preparada para ouvir. E é aqui na direção onde nós somos chamados de bombeiro muitas vezes eu tenho que apagar o fogo que foi criado não por aquele estudante que está passando mal mas por aquele adulto que trouxe até a mim ou que mencionou uma coisa que de repente nem o estudante sabia é... nem a família do estudante sabia, então, é... a maioria de nós precisamos sim desse apoio dentro das escolas, mas o adulto eu diria que é 50, 50%, 50% adulto que acompanha a criança precisa de 50% a criança precisa porque esse adulto no caso da... da educação que acompanha as crianças ou os jovens muitas vezes eu sinto que a gente tem aqui na escola profissionais que não sabem lidar com muitas coisas que acontecem com eles. E eu venho a perceber eu não sei o que é..., mas eu venho a perceber

que aquele profissional que ele não tá legal que não é aquilo que encarou daquela criança naquela aula, entendeu?. Então a preocupação assim é gigante porque muitas vezes eu me sinto num... tendo que ter um jogo de cintura assim mirabolante, nem com o professor, nem com o responsável a gente pode chegar e falar: olha, o seu filho tem isso, esse adolescente está com isso. E nem com o professor: olha, o senhor não tem, o senhor não tem isso na sala de aula. Não dá, porque você quebra todo jogo de cintura ali com aquela criança, com aquele adolescente e também você acaba fazendo a mesma coisa com o profissional, dependendo da sua fala, com esse profissional que está acompanhando a criança lá na sala de aula você quebra um vínculo com ele sendo que você também precisa desse profissional até para entender questões aí muito à tona que é o caso do suicídio. Eu não sei se posso falar de um... de um... eu não diria problema, mas de algo que aconteceu na minha família muito antes até de eu nascer. O meu avô materno se suicidou no governo Getúlio Vargas, Getúlio Vargas morreu como, né? Mas assim, graças a Deus a gente na minha família, principalmente, materna a gente fala: politicamente dizendo, a gente estuda muito pra não levar isso pra nossas vidas. Não sei por que também de repente a gente comenta: ah o vô morreu em tal data, né, muita gente poderia falar: olha, o vô se matou tal data, né. Mas na minha família a gente não fala assim. Então, é diferente de, olha, o meu pai faleceu cedo, faleceu com câncer. Aí nisso, mas eu sinto que mesmo pra mim ou pros meus próprios tios minha mãe dizia que meu avô era um tirano e que esse foi um dos motivos do suicídio dele. Aos quinze anos ele tentou estuprar minha mãe e aí depois ela saiu de casa. A minha mãe teve muitos problemas psicológicos até próximo da época da menopausa dela, me lembro muito bem disso. Eu acredito que eu fui uma adolescente muito parceira dela porque eu notei que depois dos 55 anos ela não chorava mais por aquele ato que meu avô tinha tentado cometer com ela. E de acordo com que a minha mãe relatava, a minha avó por alguns anos culpou minha mãe, dizia que o suicídio do meu avô tinha sido por culpa da minha mãe, que aí minha mãe foi à delegacia, pegou um tio dela que era maior para denunciar o meu avô. Então, quer dizer, essa questão do suicídio não é de agora, né. Conversando com você nessa entrevista isso me veio à tona, não no sentido triste ou sei lá, melancólico, porque se eu disser pra você olha, me lembro disso todos os dias eu ia tá mentindo, de boa, mas estamos em 2023 e isso aconteceu com meu avô vai em 1950 e pouco, então, olha o assunto aí à tona, não é um assunto que morreu é um assunto que continua. O que eu não sei é o seguinte, será que lá na época que meu avô se suicidou, será que as crianças se suicidavam também em idade de escola? Aí a gente também fica difícil de saber por que, era aquela época que a escola era

totalmente tradicionalista, não eram todos que estudavam que foi o caso dos meus tios que nem todos se formaram por esse motivo também, a escola era elitista. Hoje a gente faz e a gente estuda para que a escola, para que os profissionais não sejam mais elitistas apesar que lá no meu interior eu sinto que a maioria das pessoas ainda elitiza, muitas das crianças é..., muitos dos nossos jovens... Tem colegas que chegaram e falaram pra mim: mas a gente é diferente deles que a gente é de classe média, a gente tem diploma. Eu me peguei assim pensando oi..., onde que eu não respondi, não respondi porque aquilo me deixou tão atônita e... eu raciocinei e falei: não, é um colega, é um profissional que pensa diferente da minha pessoa com relação em “n” assuntos, então, eu acredito que precisamos de ajuda, todos os profissionais da educação com essa pandemia, todos profissionais da saúde. Eu tenho colegas também na área da saúde que a gente faz muito paralelo saúde pública e educação pública. Tenho colegas enfermeiros, colegas médicos que comentam no público, na UBS, na AMA é... no hospital do servidor não é diferente da escola pública essa questão da necessidade do profissional de psicologia pra gente se ajudar. E também o que eu noto na escola, por exemplo, a gente, quando a gente tem na casa um professor que também é psicólogo parece que pra aquele professor os outros falam assim: não, mas ele não pode deixar de entender por que ele é psicólogo e aí você tira o lado humano da pessoa porque a pessoa é psicóloga. A Sandra não pode errar um verbo porque ela é professora de inglês e português, então, já junto para você conseguir entender nesse sentido. Nós adultos cobramos muito mais uns dos outros, ou então pior ainda, nós não nos damos a oportunidade de pensar o seguinte: eu também estou aqui para aprender. Mas, os meus colegas nas escolas é assim: não, mas o profissional aqui quem ensina sou eu. Então, muitas vezes eu acho que tanto na vice direção da escola quanto na sala de aula eu sou apaixonada pela sala de aula e já fui muito ditadora no sentido de, sempre fui conhecida como uma professora brava, mas não a professora autoritária, a professora que tinha... sempre tive autoridade e sempre presei muito por isso. Então, eu fico chateada com muitos dos colegas que não aceitam o ajudar sejam para ele ou seja para uma criança ou um adolescente que ele também dá aula e... ele não querer essa ajuda por uma questão assim tão importante, uma questão de vida, né, porque muitas vezes a gente lembra que temos que pensar que muitas pessoas acham que eu sou... muitas vezes já até me chamaram de comunista ou de... ah, é porque ela é espirita ela pensa assim é... quando eu falo assim: é a vida dele que importa, não é a morte dele, é pela vida dele que a gente tem que lutar, que a gente tem que estudar, não é por aquela coroa de flor que você não vai ter a minha grana pra comprar depois que ele o for pra ser enterrado ou que

seja cremado, então, é isso. Então, pra finalizar, eu acredito que todos nós da educação não nos preocupamos com essa questão do suicídio, eu estou sendo bem sincera, porque muitos ou fogem do assunto por não querer estudar, por achar muito complicado o assunto ou então também por aquela questão: ah, mas isso nunca aconteceu comigo. Então tem aquela, lá no fundo, ah se nunca aconteceu, então até agora, não vai acontecer. Eu já me deparei nesse..., em plena pandemia com um professor que se suicidou. Então, o tema suicídio não é uma questão de adolescente, aluno. Nós tivemos professor que se suicidou de outra escola. E aí, então é um tema que eu tenho que guardar numa caixinha e tudo bem ou a gente precisa de ajuda, a gente precisa sim de políticas públicas que pense que não é um profissional de psicologia para entender vinte escolas na diretoria norte-1 ou um profissional de psicologia pra atender estudantes de todo o estado de São Paulo. Tudo bem, eu não posso meter o pau no sentido de, de repente o ponto pé foi dado é... e isso já é um avanço, positivamente falando eu penso assim: já foi um avanço, ah vamos recuar de repente pra aprimorar o projeto, pra aumentar o projeto, pra avançar com esse projeto, ok, mas é um projeto que não pode faltar, seja nas escolas públicas, seja nas instituições de saúde, a maioria das famílias das escolas públicas ou das escolas particulares é um tema necessário, é um tema urgente pra ser debatido, pra ser estudado pra gente literalmente saber como lidar, com quem que eu posso contar, porque tem muitos que... é... eu vou chamar a polícia ou eu levo o caso pro hospital, pro assistente social, o que que a gente faz? E tem um professor que não é aberto pra tipo, pedir esse socorro. E aí é o orgulho que volta novamente: não, eu sou o professor eu sei que eu sou o dono do saber e, então, como eu vou perguntar um negócio desses, né. Eu já pergunto e falo: olha, eu não sei mesmo você pode me explicar, eu faço isso ou não? Então, posso passar essa atividade pra aquela determinada sala? Mas vai ser o meu olhar como professora de português e inglês não vai ser meu olhar como psicóloga. Ah, ok. Então, eu estudo, vou atras mesmo, mas eu não tenho pernas e infelizmente nem asas pra conseguir ajudar todo mundo da escola, sinceramente eu gostaria, que é de extrema urgência. Eu sinalizo dando parabéns pela sua pesquisa, é um tema primordial no Brasil, no mundo e independentemente das suas intenções com esse tema para esta pesquisa, pra essa entrevista eu dou o maior apoio para que isso vá pra frente.

Diretora – Suelen

Pesquisador: Na sua percepção, há implicações acerca da relação suicídio e educação?

Pesquisada: Bom, como você disse é bem ampla, né, dá para gente pensar tanta coisa, mas pensando inicialmente numa resposta assim mais objetiva, né, eu pensaria é... sobre uma... como uma implicação... uma coisa mais imediata que a gente vê ali no imediato dessa coisa do suicídio acerca aí da educação ou uma percepção mais próxima aqui da escola, né? Eu vejo primeiro é... que do alarde, né, do susto, do choque, acho que essa implicação, do impacto mesmo, né, do que isso significa e na sequência do choque, do impacto, acho que um pouco de silenciamento, sabe. Porque um pouco de receio de falar sobre aquilo, que falar com as pessoas envolvidas é... acho que quando acontece uma morte de modo geral, quando acontece por outros motivos, né, elas também nos chocam, mas aí a gente consegue conversar mais abertamente com a família com os professores com um pouco de proximidade, né, de tentar acolher as pessoas envolvidas naquilo. Agora, quando se trata de um suicídio, não sei se é só na educação, mas eu percebo que aqui a gente tem esse choque e aí a gente evita falar sobre aquilo, como se as pessoas envolvidas é... estivessem em uma situação de choque é melhor não falar para não causar mais estrago, como se isso fosse possível, né (risos), como se isso fosse possível. Então acho que essa é a primeira coisa, essa primeira implicação. E a partir daí dessa implicação uma série de outras coisas, né, esse silenciamento ele causa dúvida, né, até de como você poderia ajudar a família ou as pessoas envolvidas, ele causa angústia porque muitas vezes você fica por que será que aconteceu? Será que eu podia ter ajudado a enfrentar? Mesmo pensando numa situação de aluno, por exemplo, né, a gente fica com essa angústia de... será que eu fiz alguma coisa errada na sala de aula, não atendi direito? Então, acaba sendo para quem fica um somatório de mal-estar, de tristeza e... eu acho que isso recolhido, né, cada um meio que no seu lugar, sem troca. Do ponto de vista de formação, eu vejo que a gente também não tem muito..., a gente tem espaço, mas ao mesmo tempo tem espaço no sentido que é possível falar, né, como tudo é possível falar é possível trazer e tal, mas assim e percebo também que as conversas elas são... um pouco apequenadas, não é bem isso, mas elas são breves, acho que é o melhor termo. Então, por exemplo, a gente tem na escola da prefeitura, a gente tem uma coisa chamada TCA, não sei se já ouviu falar, é um Trabalho Colaborativo Autoral, acho que é essa a sigla, e... os alunos dos sétimos aos nonos anos fazem esse trabalho todo ano, é um trabalho obrigatório, e todo ano isso aparece. E todo ano tem um grupo de alunos falando sobre aquilo e é... essas falas são...

elas não se aprofundam, mesmo numa apresentação do projeto normal elas não se aprofundam. E do ponto de vista da formação da equipe mesmo, né, a gente já teve algumas conversas, a gente já teve algumas intervenções aqui na escola pensando aí na saúde mental, né, no acompanhamento e apoio pra alguns profissionais até pra que não se chegue aí no suicídio nesse caminho que a gente tem da ansiedade e depressão e que tem aumentado aí nos últimos tempos. Então, a gente também tem feito algumas coisinhas muito tímidas assim na escola, mas elas ainda tão na timidez, né, naquilo que eu te falei anteriormente meio contido parece que elas têm um limite da fala, num limite bem institucional mesmo, então tá. Então, a gente tem aqui uma proposta, a gente... nós vamos falar da ansiedade e nããã... e aí a gente vai e fala e aí é isso. Então, é... acho que a gente tem um pouco de medo, acho que porque a gente não conhece essa relação que é um pouco complicada a gente tem medo de machucar o outro com essa conversa (interrupção sinal da internet).

Então, eu estava dizendo também dos projetos, acho que falei do TCA, esse você ouviu, né?

Entrevistador: sim.

Entrevistado: E também do ponto de vista da equipe, né, a gente tem procedimentos semelhantes assim, de fazer uma proposta de um projeto, uma coisa assim, e... a gente aproveita o projeto, então, tem lá o script e a gente cumpre com esse o script e aí pronto está resolvido a questão de depressão, ansiedade e suicídio, essas coisas. Está, entre aspas, resolvido, assim, solucionadas, né, e a gente meio que cumpriu aí com o papel. Então, a impressão que eu tenho é de que as barreiras mesmo, do desconhecido, das coisas que você tem receio de falar, então, elas acabam..., você cria um distanciamento. Acho que esse distanciamento é coletivo, né, e ele é meio dolorido de a gente insistir de tentar transpor, melhor dizendo. Mas, eu vejo assim que como instituição a gente tem muita chance, né, de fazer coisas e... mesmo fazendo coisas dessas pequenas, estanques, que sejam, eu vejo que elas trazem respostas pra escola, pra as pessoas aqui... todas aqui envolvidas. Então, por exemplo, a gente teve é... 2019 não tivemos, 2020 não houve aula, teve um pouquinho de 2021 e esse ano de 2022 a gente teve três ou quatro grupos de estagiários de psicologia aqui na escola. Assim, eu entendo que tenha sido muito positivo, teve um estágio institucional, eu não me lembro os nomes, mas cada um fez com grupos diferentes, fizeram com grupos de profissionais de horário diferentes, professores readaptados, professores em sala de aula, professores que dão aula na EJA, trabalharam também com alunos, né. Cada grupo fez um pouco trabalho diferente institucional e, de

certo modo, trabalharam aí principalmente essa questão das relações é... das ansiedades. Então, cada um com o seu perfil ali trouxe pra gente os relatórios com coisas que eu considerei intervenções positivas, né, sob o ponto de vista da questão da saúde mental, da saúde dos servidores, da saúde dos nossos alunos, foi muito bacana. Da EJA, foi um grupo falando sobre as questões da autoestima, em especial. E dos alunos do fundamental II foi mais essa questão mesmo da ansiedade... trabalhou um pouco mais sobre isso. Com os professores o foco foi a relação do trabalho, de falar um pouco de como essas pessoas se sentem aqui, da qualidade do trabalho. Já teve situações de a gente fazer outras conversas de núcleos menores sem um acompanhamento propriamente de um psicólogo, as rodas de conversas entre os profissionais, então, eu vejo que essas intervenções pequeninhas que a gente faz, o TCA mesmo dos alunos, elas acabam resultando em bem-estar, em um pouco... a pessoa se sentir mais confortável de trazer é... os problemas que ela tem, que ela tem de pedir ajuda, então, as pessoas se sentem mais confortáveis com isso. Aí, eu te falei que estava atendendo uma professora que está com uma situação muito séria é... dela e da filha, acho que o diagnóstico foi de borderline, se não me engano. A menina tem diagnóstico de propensão muito grande ao suicídio e aí a professora ligou pensando em reorganizar o horário dela pra poder atender o horário da filha, né, então, eu sinto que os professores percebem que existe esse espaço de pedirem ajuda, mas eu percebo que isso aconteceu também por conta dessas pequenas coisinhas que foram acontecendo aqui, né. Então, a educação ela tem muita chance. Como você coloca aqui mesmo no termo, eu tava revendo hoje antes de te mandar, a escola é fundamental no compromisso com a vida. As crianças estão aqui, eu sempre falo que a saúde a gente não tinha que fazer, a escola fazer parceria, por exemplo, de eu... pra mim foi muito importante aceitar estagiários aqui pra fazer esse trabalho, eles deram uma assistência muito grande. A gente tá contando com a possibilidade de um plantão de psicólogo aqui por meio, por conta dessas atividades que a gente teve aqui, né, então uma universidade está orientando de como a gente fazer para ter esse plantão aqui, pra atender os alunos, enfim. Então a escola tem um potencial imenso porque as crianças estão aqui todo dia. Agora, o que acho que falta mesmo são, são políticas. As políticas públicas, mesmo já predeterminada, sabe por que a gente fica muito na dependência de fazer a parceria. Eu particularmente, né? A minha escola com o posto de saúde aqui do lado. Eu e essa parceria tem um compromisso, mas ela tem os limites, né, institucionais mesmo. Então, por exemplo, as pessoas para tomar vacina hoje somos nós da educação que controlamos a... as autorizações. Então eu vejo que o poder público, mesmo devia estabelecer essa parceria entre educação e saúde,

né? E fazer esse trabalho não porque eu gostaria, né? Ou porque o pai e a mãe gostaria ou porque nenhum de nós gostaríamos, mas por que tem que ser feita e isso inclui a questão da saúde mental. Então ter o psicólogo que seja da USB, mas que tenha aquele... seja criada uma agenda para atender a escola, né? Que isso exista dentro da saúde e que a saúde consiga controlar, que eu não tenha que controlar a entrada do psicólogo aqui no sentido de pegar autorização. Isso é uma coisa que eu tenho que aproveitar, que a criança está aqui, mas não só eu dar educação é o pessoal da saúde e o pessoal da saúde não tem essa condição hoje, né? Então a gente acaba fazendo os paliativos, as coisas são possíveis de ser feitas, né? Mas sem aquela, é... aquela frequência, aquele acompanhamento, aquela continuidade que deveria existir, né? Sobre o meu ponto de vista. Acho que é um pouco isso, e aí você se quiser falar alguma coisa, perguntar alguma coisa para eu poder me estender. Eu não sei bem o que mais dizer assim.

Pesquisador: Na verdade, é o que você tem para trazer assim, né? Se você lembrar de mais alguma outra coisa, você acha importante dentro do seu cotidiano. Você falou de dificuldades, de políticas públicas. Então, acho que pode ser um caminho também.

Pesquisada: O caminho? Desculpa é porque não escutei.

Pesquisador: Então, é... você trouxe essa questão de políticas públicas, né? E então acho que não sei se se tem algo a mais em relação a isso, mas acho que você trouxe também bastante coisa. Aí você que define o que tem mais e se não tem, se conseguiu esgotar.

Pesquisada: Olha, acho Marcel que não. Então a gente tá, eu pelo menos, não é? Eu vejo que assim a gente está muito assustado, né? A gente tá com uma série de diagnósticos prontos, aí o pai chega aqui, a mãe chega aqui, o professor chega aqui, os funcionários chegam aqui, eu chego aos lugares assim, todo mundo já tem um diagnóstico de ansiedade, todo mundo tem um diagnóstico de depressão. Mas é muito, tá parecendo muito fácil as pessoas se autodiagnosticarem ou dar o diagnóstico pro outro ao invés de procurar um apoio profissional mesmo, sabe? É..., então acaba banalizando um serviço e uma coisa que é superimportante. E acaba banalizando e até de justificar algumas atitudes. Então, quando a gente trata de uma coisa com técnica, com serenidade, né, a gente acaba evitando esses equívocos, né? Assim como, ah claro, uma comparação tosca, até mesmo assim, como o bullying, sabe, tudo é bullying? Não é tudo! Então como que a gente faz

para evitar essa confusão? A gente tem que falar sobre isso, a gente tem que esclarecer, a gente tem que exemplificar, a gente, quando não é, a gente tem que conversar. Então eu vejo que a essa questão da saúde mental é a mesma coisa e a situação eu sei que é grave. Eu tenho os meus alunos aqui que se cortam. É, eu tenho um professor que não consegue vir dar aula porque não conseguiu sair de casa. Então, eu sei dessas coisas todas. E eu sei que essas pessoas precisam de ajuda, elas precisam é... de apoio e a gente tá um pouco sozinho, eu sinto. Eu acho que essa ideia da política pública, alguma coisa nem que seja aí em parceria com as universidades, né? Uma coisa mais institucionalizada mesmo, pra gente não se sentir sozinho nas ações. E caso sejam isoladas é um pouco que a gente faz aqui, nas escolas de modo geral. Acho que é isso.

Diretora: Lidiane

Pesquisador: Na sua percepção, há implicações acerca da relação suicídio e educação?

Pesquisada: Quando você coloca suicídio e a educação você é... está juntando as duas coisas ou posso separar e juntar de acordo com os meus pensamentos?

Pesquisador: Pode fazer de acordo com o que você achar melhor.

Pesquisada: Então vamos lá, é... trabalho na educação já algum tempo é... não tenho, se falar assim você teve proximidade de suicídio que chegou aos finalmente, se eu vou falar pra você que não tem, que eu não tive conhecimento, eu não tive conhecimento, isso ligado à educação, né. É..., mas a gente tem bastante relatos de estudantes ou de funcionários, mas aí funcionários não é tanto. O que chega a ter problemas é... que ou já pensaram ou já tentaram ou já ficou muito mal ao tentar o suicídio, né, mas não foi concluído. Então eu vou citar um exemplo que me abalou bastante, na época, eu ainda era eventual. Um estudante, ele tentou o suicídio se jogando da janela do apartamento em que ele morava. Pensando pelo lado que eu conhecia algumas coisinhas dele, né? São pequenas coisas, e a gente não consegue ter aquele contato mais é... de perto. Eu percebi que ele realmente estava de uma certa forma a chamar atenção de alguém. Eu não consegui identificar quem seria esse alguém. E... passaram-se muitos anos, ele concluiu, foi bem. Se machucou um pouco, a gente sempre conversava. Às vezes, ele até falava alguma coisa, mas dava para perceber também que ele tinha um certo problema em casa, com os familiares no geral e depois eu percebi que ele tocou a vida. E o que me deixou feliz foi encontrar ele nas redes sociais bem, é... aparentemente, “aparentemente” bem resolvido também nas questões é de trabalho, família. Eu até entendi que ele teve filhos, né, agora é pai. Para você falar faz muito tempo? Não! Não faz tanto tempo assim é coisa de oito, nove anos, né. Para mim não é tanto tempo, mas... E assim, agora com relação a funcionários, eu sei que o que a gente passa dentro de uma sala de aula, às vezes as pessoas não conseguem imaginar e aí, junta-se tudo. Junta-se o fato da nossa vida fora da escola, os problemas e os impasses dentro da sala de aula, fora as cobranças que chegam direto da Secretaria da Educação, né, que é repassada para a gente, né, as demandas de uma forma diferente. Então eu vejo que hoje, falar exatamente de hoje, as pessoas, elas não estão muito preparadas. E... às vezes a gente até tenta ajudar com o pouco que a gente sabe. Terapia eu também preciso, tá (risos), terapia eu preciso e muito. Mas às vezes eu,

eu acho, esse é o meu ponto de vista, que a gente precisa se esforçar. Se esforçar para tentar melhorar. Só que eu entendo que essas pessoas, quando buscam essa saída, elas também não têm uma visão, uma certa visão. Fugindo agora um pouco da parte da educação que talvez eu nem tenha deixado concluído a parte do profissional, eu acho que o profissional ele demora para tentar entender que ele realmente precisa de uma ajuda e que ele sozinho, não vai conseguir. E ele às vezes tem medo de como que ele vai expor isso daí, né. Então, é um pouco mais complicado, o buraco é mais lá embaixo. E quando você falando, né, que eu posso recorrer isso daqui eu olhei aqui, agora, e me veio uma coisa, tem o suicídio, aquele que a gente atenta a nossa própria vida e que a gente está tendo problemas psicológico e tem o suicídio que é aquele que vai aos poucos que a gente sabe que é o que acontece aos poucos que é aquele pessoal que de repente é dependente de droga de... droga, álcool é..., tem problemas psicológicos e não são tratados, né?

Então eu acho que esse também é um fator que desperta aí uma certa atenção. Eu gosto bastante de conversar com os meus, os meus alunos. Não estou na sala de aula agora, mas eu gosto de expor essa maneira minha de ser é... alegre para que ele perceba que aqui também não precisa ser aquela coisa muito, engessadinha, né, isso eu gosto de passar para eles. E assim, às vezes, eu penso que falta muito diálogo, muita informação para que eles não cheguem nesse ponto, do suicídio em si. Um outro ponto de vista, que eu vejo dentro da educação é que como eu não tive tanto contato com o suicídio, seria a parte do psicológico, como sempre tem uma palavra, a maneira de como chegar e de conseguir é indicar um profissional, um terapeuta e aquele responsável conseguir levar aquele estudante a não chegar nesse ponto que seria o suicídio. Eu acho que isso é muito importante, acaba ajudando bastante. Não conheço ninguém que teria na memória. Olha só, eu falei, não conheço, olha... Eu não lembro o ano, que eu sou péssima de ano, mas eu fiquei chocada com uma situação, na verdade, esse foi suicídio mesmo. Eu ainda estava na escola, estava como professora. Hoje estou como diretora, mas eu estava com uma professora e ligaram no hospital Cachoeirinha informando que tinha um estudante internado e que estava inconsciente. As meninas da... da Secretaria sabia que conhecia bastante os estudantes, tal, falou: Lady você conhece fulano? Eu disse: Ó se você me mostrar uma fotinha eu vou conseguir lembrar. Aí mostrou a foto e eu disse: Lógico que eu conheço.

- Sabe onde ele mora?

Eu disse: não sei não, mas se me der o endereço, eu vou lá.

- Olha, a assistente social do hospital Cachoeirinha falou que ele foi encontrado na rua e não está conseguindo contato com o responsável.

Eu disse: Não, não seja por isso, me passa o contato da assistente social que eu vou lá na casa dele.

Fui até a residência e encontrei uma situação bem deplorável. À frente da residência mais parecia uma casa abandonada, uma janela com tapumes, um cachorro super bravo, uma senhora meia descabelada e uma outra que veio me atender, que se identificou como vó do menino, né. Na época, ele já era maior, ele já tinha dezoito anos completo, mas ele vinha sempre enfrentando problemas é... dentro de casa, problemas familiares. Eu falei que ligaram na escola, passei o recado, né, e que não estavam tendo contato e naquele momento eu fui informada que ele estava sem ir à residência há uns três dias eu falei assim: Nossa, muitos dias. Falarão que ele foi encontrado na rua. E aí passei o que a assistente social me passou. Ele foi encontrado na rua e estava sobre efeitos de medicamentos de tarja preta e bebida alcoólica. Depois de muito tempo, eu consegui contato com alguns amigos da época da sala, tal. Eu perguntei, e aí, como é que tá fulano? Agora eu não recordo o nome, só lembro do nome do amigo que é Diogo que eu tenho contato com ele até hoje.

- Não, ele está bem, ele se recuperou, ele está em casa, ele saiu da casa da mãe.

Na verdade, a mãe saiu da casa., descobri que ali era a casa da vó. A mãe era usuária de droga e estava tendo diversos problemas.

Eu disse: Nossa, que bom, hein! Como é que ele tá?

- Agora nós estamos bem, estamos frequentando um...

Eles frequentavam um terreiro de candomblé e a parte espiritual que ajudou ele sair daquele momento de que ele estava. Fiquei feliz da vida, né?

E aí passou muito tempo, no ano passado, estou na porta da escola fazendo a entrada no período da tarde, vejo duas pessoas descendo do carro e eu digo: Nossa, que bons ventos que traz aqui? Fiquei muito feliz de ver o rapaz. Ele era longilíneo, um pouco alto, magro. Só que ele estava com uma aparência excelente, bem cuidado, estava mais gordinho. Aí eu falei e aí? Ele falou: Não, eu tô bem, graças a Deus, tal.

E assim eu achei aquilo ótimo. Fiquei feliz da vida. eu falei pra ele que ele tinha passado que era só ele vir num horário pra pegar o histórico, tal.

Passou-se mais ou menos um, dois meses e eu vejo no WhatsApp desse amigo Diogo “luto” e no fundo tinha fotinho dele, aí eu disse: como assim, ele não estava bem? Aí ele

disse: era que todos imaginavam. E aí eu perguntei: Eu sei que é delicado, mas como que aconteceu?

- Ele se enforcou.

Eu disse: caramba! Fico triste porque relemrei a trajetória lá de trás. Vi que ele havia melhorado, mas a gente nunca sabe ao fundo o que realmente, que dor é essa que faz com que essa pessoa chegue a isso. Também me faz lembrar o fato de ter pessoas que têm problemas com esquizofrenia, que escutam vozes e fala que ela precisa fazer aquilo, como eu já escutei relatos de pessoas falando sobre isso. Então, isso que me faz pensar, isso já não estaria tão ligado à educação que é o que está sendo aqui perguntado. Mas a nossa parte do da escola do educacional é exatamente perceber quando a criança ou adolescente está dando esses sinais. E a primeira coisa que a gente faz é sinalizar o responsável. Olha, está acontecendo isso, está assim, assim, assim... Tem alguns responsáveis que eles são rápidos e entende muito de boa, mas tem responsáveis que é muito mente fechada. E aí a gente tem diversos problemas, que ocasiona isso. É problemas familiares, é problemas de identidade, é problemas de religião e n's coisas, né, que a gente vem recebendo e, às vezes, a gente nem sabe como resolver e tenta de uma forma ou outra ajudar esses estudantes, né? Orientando os pais. Embora alguns sejam um pouco mais resistentes, é isso? Acho que é isso. Acho que eu falei, agora eu lembrei do menino, que foi chocante pra mim.

Diretora – Gabriela

Pesquisador: Na sua percepção, há implicações acerca da relação suicídio e educação?

Pesquisada: É... é uma pergunta bem complexa, né? É uma pergunta de não, não é simples a... a resposta, né?

É... eu trabalho com a educação básica e... e quando a gente, a pergunta em si, quando fala da relação do suicídio, o suicídio, ele tem, tem aí, tem caminhos, né? E que é, que é muito visível com os alunos, então tenha a ideação, né? Tem, tem as tentativas, né, que às vezes acontecem, inclusive durante o é... as aulas, durante o espaço de é... no ambiente escolar, né? Então é... não seria só o ato em si, eu acho que essa pergunta para mim, né, é... pela experiência que eu tenho na escola, ela, ela não é só o suicídio, não é só o ato, todas as... as situações, né, de violência autoinfligida elas... elas comportam aí, nessa, nessa, nessa palavra, porque eu penso que o suicídio ele é um, um, uma das violências autoinfligidas que acontece, né? Com, com, com os alunos no espaço escolar ou até em casa mesmo, né? Quando você fala da... das implicações, né? Quando você me faz o questionamento sobre as implicações do suicídio, né, é... enquanto violência autoinfligida e a educação também é outra pergunta bem complexa porque é..., eu sou gestora da escola, então tem vários vieses, né? É... tem a... a questão da das implicações enquanto encaminhamento. Olha, tivemos a informação de um aluno que tentou é suicídio nesse final de semana ou se ausentou porque está internado com intoxicação, enfim. Então tem todos os encaminhamentos para, para políticas públicas, né, educacionais para a políticas públicas como o conselho tutelar, CRAS, CREAS, os equipamentos de saúde. Então tem, tem essas, essas implicações de... de encaminhamento, tem as implicações de acolhimento também, né, é... de acolhimento do educando, da família do educando que às vezes nos busca lá e agora, o que que eu faço, né? Tem para além disso, tem que as implicações com o corpo docente, né, e ali a equipe, a equipe, que desde a merendeira fica preocupada porque às vezes mora no bairro e todos ficam sabendo e a gente precisa preservar também essa esse, esse educando aí, né? É..., então, tem toda uma, é... é... uma, são diversas dimensões. Então, a dimensão que a gente tem que tratar enquanto escola, né, é... enquanto questões legais de encaminhamento. Vou falar bem genericamente porque são também aí diversos desmembramentos, né? Quando você encaminha pro pro CRAS, né, ou pro pra um ou sei lá às vezes o educando já faz algum atendimento com psicólogo ou com com CAPS. Enfim, aí você já tem que acionar esse, esse, essa instituição e fazer um... tentar fazer algumas parcerias, então, cada cada encaminhamento ele se desdobra

muito. Mas, para além desses encaminhamentos, a gente também tem a questão dos acolhimentos, dos acolhimentos, enquanto e agora, como que a gente acolhe, né? É... a gente pergunta? A gente não pergunta? A gente finge que não está acontecendo nada, né? Como perguntar? Quem vai perguntar? E se não perguntar e falar? Então, tem várias dúvidas, interrogações, porque a gente não tem formação para isso, né? Então a gente costuma fazer uma dessas desses equipamentos que a gente encaminha já aciona: olha, qual psicólogo que... que vai atender, que pode vim conversar com a equipe da escola? Aí tem outra preocupação da gente fazer uma formação rápida, né, chamar aí os professores e também a equipe. Não só professor, é que às vezes o professor ele está mais direto, mas desde a merendeira, desde a... da limpeza, a inspetora de aluno, né? Então, de repente, eles contam mais para alguns funcionários, então a gente precisa fazer uma, uma formação que... que seja de 1 hora, 1 hora e meia, é... desde que guarde sigilo também, mas pra é... de como lidar, como portar com, né, é... em relação ao acontecido ou ao a intenção de acontecer, né? É preservando sempre o máximo que puder a identidade que às vezes é dentro da escola, então é a gente precisa lembrar o tempo inteiro que precisa preservar é esse aluno que ele é vítima. Ele é vítima de uma violência, né, embora ele tenha sido o autor, mas ele é, ele é a vítima. Então é... é muito complexo isso. E agora é também uma coisa que às vezes a gente é... a educação no espaço escolar aí, né? Tem, tem várias atribuições, mas temos o princípio fundamental da aprendizagem. Essa é a nossa meta enquanto escola, né? Então, a gente tem as questões de assistência, né, de acolhimento, de... de outras demandas, mas temos a aprendizagem. E o que a gente percebe que toda e qualquer situação de violência autoinfligida ela tem um impacto indescritível na aprendizagem. E eu digo que não é só na aprendizagem daquele aluno, mas no processo em si da aprendizagem porque o professor às vezes ele fala não consigo. E agora, como que eu vou dar uma nota ruim? Como eu vou chamar a atenção desse aluno? E se eu chamo a atenção e dispara uma, um sofrimento nele. E se ele não fez, então a gente percebe que as questões são é... inúmeras, né, não é uma pergunta simples. As implicações, eu diria inúmeras.

Eu... eu posso citar alguma, né? É bem superficialmente e bem de uma maneira bem simplista, mas ela tem um grande impacto, né? A violência autoinfligida, o suicídio, a tentativa, a ideação, ela tem um impacto imenso na comunidade escolar, né, é... nos pais, a gente tem esse impacto, o os, os condutores, a equipe, então a gente tenta não conversar com isso só quando acontece, tenta é conversar em situações corriqueiras, né? Vamos, então, quando a gente fala das violências, citar essa violência, essa possibilidade

e como a gente trata ela e como a gente precisa tratar, mas ela ela desestrutura bastante. Ela desestrutura o indivíduo professor, o indivíduo funcionário, claro o aluno que é o mais afetado sim, o aluno, né, mas ela afeta a aprendizagem, o ensino e eu diria que, para além do processo ali, entre o professor e o aluno, é o professor e a sala também ele acaba também... vou dar um exemplo: ele tem duas turmas e ele vai fazer o mesmo, a mesma proposta. O processo de avaliação dele é, a gente costuma observar que o processo de avaliação dele numa turma que tem um caso de... de violência auto infligida, mas... mas recorrente, ele costuma ser mais generoso, eu não sei se o generoso é a palavra mais adequada, mas assim generoso no processo de avaliação, né? Cuidadoso, né? Então é bem, e eles nos buscam, né? Ele, os, a equipe docente, eles buscam a gestão. E agora, o que que eu faço, né? Como que eu? Como que eu? Aconteceu isso. E agora? E muitas vezes a gente não tem as respostas, então volta lá na, naquela, uma das implicações que a rede, né, que a gente aciona a rede de apoio ela é uma das parcerias que a gente é... acessa para, para buscar enfrentar essas demandas do suicídio na educação, porque muitas vezes a gente não sabe, como a gente só tem a demanda, mas não sabe como desenvolvê-la de uma forma que não piora a situação do aluno, né, ou da relação. Então a gente busca parceria. Eu não sei se eu, se eu consegui responder, se fui muito superficial, né? Porque eu penso que essa, essa, esse questionamento, ele é, ele é, é bem, bem, bem complexo. Ele não se restringe só... ele vai para políticas públicas, ele vai para outras áreas de outras..., vai para a saúde. Ele vai para outras, outros vieses que ele encaminha, não fica só na escola, né? É isso!

Coordenadora – Simária

Pesquisador: Na sua percepção, há implicações acerca da relação suicídio e educação?

Pesquisada: Bom, é assim, aqui na escola a gente trabalha é... desde sempre, né, com este tema porque a gente tem assim uma preocupação muito grande, né, porque as crianças, elas vêm de realidades diferentes, né?

É... então a gente encontra criança com problemas, assim, relacionados é... ao maltrato, né, é... falta de atenção na família. É..., são problemas assim de, de discriminação, então existe uma preocupação, porque isso interfere diretamente aqui no aprendizado. Às vezes, a gente fica focado assim, em desenvolver a criança ali no currículo, no aprendizado, na formação dela e muitas vezes a gente tira esse olhar, né, de como que está o emocional dessa criança e, às vezes, isso estoura, isso explode, acaba explodindo aqui. É, então a gente tem que analisar se essa criança é, ela, não está aprendendo, porque ela está sofrendo algum tipo, né, de pressão. Se ela não está bem emocionalmente ou se é só o problema mesmo de aprendizado, então quando isso chega aqui para a gente é, a gente tem que tentar entender, né? Em que nível que está essa criança, como que está essa situação? Como que está o emocional dela? E aí que a gente começa a separar. Então é a professora que cuida dessa parte emocional aí, né, dos conflitos, de entender como que tá essa criança, ela vai mais a fundo. Então ela investiga conversas, chama esse aluno várias vezes lá na sala dela. É... depois que entende o que que está acontecendo ela retorna várias vezes, entra em contato com a família.

A gente, tem muito problema, muito problema relacionado a depressão, é... crianças que se mutilam, né, e assim, o nosso intuito é sempre tentar entender e ajudar o que que está, o que que está motivando, né, essa criança e a gente sabe que eles são carentes, muitos deles não conseguem, eles não conseguem esse apoio, né? Às vezes, conseguem assim é... indo no CAPS, né? Eles conseguem às vezes ir na, na universidade, que também tem um apoio psicológico, mas não dá uma continuidade, uma sequência para esse tratamento. É, e assim, aqui na escola a gente sempre está preocupado, né, para que essa criança tenha um atendimento e a gente percebe na sala de aula, isso reflete lá depois, quando ele tem uma orientação aqui ou fora da escola, isso reflete na educação, que ele começa a prestar atenção na aula, né, melhora toda a condição dele, melhora os relacionamentos, tá. Então a gente tem projetos que a gente trabalha aqui na escola. É, a gente sempre tenta trazer um palestrante, alguém que fale sobre o assunto com eles. Então assim, a preocupação aqui é constante, tá, a gente está sempre fazendo algum tipo, todo mundo se envolve, tá,

não é só professora Raiane não, é... aqui a coordenação é direção, é... são as inspetoras que estão sempre ali em contato direto, sempre observando. Então é assim, nosso trabalho aqui, eu considero que seja bacana, tá. Eu não posso te dizer como que acontece nas outras escolas, mas aqui a gente tem uma preocupação grande.

Pesquisador: Interessante, legal, mais alguma informação? É isso?

Pesquisada: Estou, não estou sabendo acrescentar alguma coisa, alguma coisa mais específica, mas a gente trabalha sempre, a nossa preocupação em relação a isso, nossa, e agora depois da pandemia, né, tem problema da pós pandemia.

É que essas crianças elas voltaram assim, com um quadro de depressão muito grande. Então isso tem assustado bastante, que a gente às vezes não sabe lidar porque a gente não sabe se aquilo é real, se realmente ele está passando por essa situação é... de depressão, se alguma coisa que aconteceu nesse período ou se eles aprenderam a usar essa informação para manipular também (risos). Então, para nós, às vezes, é bem difícil identificar.

Então é esse trabalho aí com a professora Raiane acho fundamental, que às vezes ela mesma ela passa alguns casos assim que a gente nem aqui sabe e ela sabe lá da vidinha do aluno, foi mais a fundo. Ela falou: não, é bem isso aí.

Então a gente acaba conhecendo um outro lado que para nós, às vezes, aqui, não chega, tá, e se isso acontece o contrário também é, né, às vezes bate aqui alguma coisa e a gente faz um trabalho conjunto.

Pesquisador: Legal.

Pesquisada: Não sei. Eu acho que não, não lembro de mais nenhuma, algo a mais para te acrescentar.

Pesquisador: Está bom, já trouxe bastante informação.

Pesquisada: Mas a situação aí do pós-pandemia tem assustado muito. Eu estou te falando de uma maneira geral. Eu digo para você que eu não trabalho em outra escola do estado, mas de manhã eu também estou em outra escola particular, né, e lá a gente tem também tem uns casos sérios, temos casos graves. Então eu acho que é geral, está, não tem, não

tenha um tipo de escola não tem escola pública, particular, eu acho que é geral. A criançada está vindo de um jeito e professores também, né? Eu acho que os professores também estão muito abalados, né, com tudo o que aconteceu. Essa insegurança, essa assim falta de olhar pro outro, né, do cuidar do outro. Olha, você está bem? Porque assim, o meu problema é sempre maior do que o seu, né? E não para para olhar como que o outro está a perceber a situação dele. A gente tem aqui algumas situações de conflito, professor e aluno. É... em que o professor ele está ali numa situação de vulnerabilidade, numa sala cheia, né, e ele tem os problemas dele também. A gente fala muito do aluno, mas o lado do professor é muito difícil, porque ele está ali, é... tentando fazer o trabalho dele muitas vezes com problemão pessoal, problema na casa dele e ele tem que meio fechar isso na caixinha e encarar que ali é o trabalho dele e muitas vezes isso vai sufocando, sufocando, sufocando. Então aqui a gente também tem que olhar para o nosso colega, né, o nosso parceiro ali de trabalho do dia a dia. E é isso que a gente tenta fazer, tá, pelo menos assim eu me preocupo bastante com isso, do olhar para o próximo ali, não é só aluno, tá, é professor, é o colega ali que está no teu dia a dia. E isso.

Coordenadora – Leila

Pesquisador: Na sua percepção, há implicações acerca da relação suicídio e educação?

Pesquisada: Bom, algumas das implicações é a questão familiar. Quando a gente percebe assim, quando o estudante dá sinais, né, de que pode vir a cometer um ato que não está psicologicamente e que ele já não está bem e que a gente precisa do apoio da família pra a gente poder ajudá-lo e a família trata com descaso, né. Olha como se fosse, perdão do termo, “frescura”, né? E a gente fala para procurar uma ajuda psicológica, né, para poder auxiliá-lo e eles falam: não, psicólogo é pra louco. Só que a gente sabe que na situação que a gente vê, o quanto que a pandemia também influenciou isso nesse aumento de jovens cometendo suicídio, de aumento de problemas psicológicos entre os jovens. Então quando a gente vai conversar com os pais, você vê que tem aquele bloqueio dos pais em aceitar. Muitos também têm aquele desconhecimento da situação. Quando você fala isso aqui, nunca repararam, porque também não tem aquele... nem dentro do próprio ambiente não tem aquele momento de conversa entre a família, é... o próprio jovem também não se sente confortável também na escola, falar com alguém, né, seja nós da coordenação ou da direção, para que possamos ajudá-los, né? Às vezes, acaba se abrindo com colegas, os colegas é que passam pra gente, né? Há também a questão da gente mesmo, por mais que a gente estuda assim, eu acho que uma formação mais aprofundada para nos ajudar, né, termos um norte de como conduzir a situação também, né, pra poder ajudar esses jovens e auxiliá-los, né? Encaminhar para algum... encaminhar a gente não pode porque a gente não é médico, mas eu digo assim, orientar para que os pais procure uma ajuda médica para poder auxiliar, né, mas acho que também um dos maiores problemas também é quando eles não dão sinais, né? Que a gente acha que tá tudo bem e depois chega pra gente a notícia que tentou, porque nós tivemos estudantes que tentaram tirar a própria vida. E aí nisso a gente fica de pés e mãos atadas assim, mas se não deu sinal, como que a gente poderia ter ajudador? Será que não deu sinal e a gente não teve um olhar um pouco mais apurado para perceber? Será que a gente não teve a sensibilidade necessária para perceber ou se realmente não houve sinal ou houve apenas uma situação que desencadeou tudo aquilo e a gente não teve conhecimento dessa situação? Então, tem hora que a gente fica desnorteados, sem entender, né, é e até mesmo se sentindo incapaz e não poder ter feito alguma coisa para a ajudar. E aqui na nossa escola, a gente assim, trata eles como família, então a gente acolhe, a gente ouve pra tentar ajudar mesmo, né, pra que eles se reequilibre, para que eles encontrem o caminho para não chegar ao ponto do suicídio. É

porque quando chega nesse ponto é porque o negócio está no extremo, né, e a gente não conseguir enxergar um sinalzinho acho que até um sentimento de culpa vem, sei que não deveria, mas às vezes vem sentimento de culpa também porque poxa, como que eu não percebi? Eu não tive essa sensibilidade de perceber? Eu estou fazendo o que aqui, então? Eu não fui uma boa pessoa para ele? Eu não fui uma boa profissional que não fui capaz de ver aquilo? Sabe? Aí você começa a se culpar também por não perceber, né, não conseguir fazer alguma coisa, né? Como no caso de uma professora que o filho não deu sinal, e tirou a própria vida. A professora já tinha problemas psicológico e aí a gente já fica, né, tem aquele baque gigante, mas aí se fala assim: poxa, ele já era bem mais velho, mas e com os nossos adolescentes, das nossas crianças? É mais difícil ainda, você vê brincando, vê correndo, vê rindo e aí você fala: está tudo bem. E às vezes não sabe lá dentro delas como que está. E talvez, e a gente, por mais que a gente se esforce de ter esse olhar mais sensível, mais empático para tentar perceber é difícil pegar esses sinais também, né? E aí tem, a gente sabe, tem essas campanhas, né, que eles fazem, né, o setembro amarelo, mas eu acho que isso é um trabalho contínuo diariamente pra gente fazer, sensibilizar, né? Uma coisa que a gente sempre pega no pé dos responsáveis, acompanha o que seus filhos assistem, acompanha, veja com quem são as pessoas que seus filhos andam, preste atenção no seu ambiente, os conflitos que têm, isso pode desencadear. Ele pode não demonstrar que está desconfortável que tá alguma, mas pode estar provocando, né, como aqui na escola, porque eles ficam maior parte do tempo aqui na escola. Hoje eu não estou em sala de aula, mas em sala de aula era direto a minha atenção, porque a gente percebia uma mudança simples de comportamento e você já percebia que alguma coisa tá errado. E aí você vai conversar baixinho, está tudo certo? - Professora não tem nada. Hoje, se eu não estou dentro de sala, mas eu, eu consigo observar eles de um outro, uma outra perspectiva, e tem aqueles que eu tenho mais proximidade, né, que aí eu consigo ver se tá tudo bem, consigo perceber pelo olhar, tudo, mas é como eu te falei, tem aqueles que não dão um sinal mínimo para a gente e esses que mais preocupam. E às vezes me pergunto, será que está faltando alguma coisa, mas mais sensibilidade do meu lado? Ou mais algum estudo que eu tenha que me aprofundar pra tentar perceber esses outros sinais que eu não esteja percebendo? Que que é que está faltando? Então eu fico me questionando isso. Que falta, né? A questão de também de programas do estado, governo que possa nos dar um amparo melhor também é fundamental, né? Tem os psicólogos da educação, só que para a gente conseguir marcar uma consulta com esse psicólogo é difícil. Então isso também, e ajudaria se a gente

conseguir isso, porque aí a gente conseguiria para os alunos passarem principalmente aqueles que a gente percebeu, mas é difícil, né? Eles falam, estão fazendo ajustes para melhor atender, né? E assim, os próprios CAPS, que também dão esse amparo para conseguir uma consulta, é difícil, então tem esses entraves também. Então é complicado, né? E a gente quer ajudar nossos, a gente não quer que chega ao extremo, mas se a gente fica tem hora, a gente fica de pé, de mãos atadas, sem saber o que fazer. É complicado.

Professora – Raiane

Pesquisador: Na sua percepção, há implicações acerca da relação suicídio e educação?

Pesquisada: Bom, o que eu penso a respeito disso, né, na realidade é... o suicídio realmente é uma coisa que vem acontecendo e não é de hoje, tá. Como a gente estava comentando agora há pouco, desde a época da minha de faculdade, que eu fazia faculdade e faz anos já tinha jovens que se suicidavam e com a pandemia, eu percebo que se agravou ainda mais, até porque a gente vê nos noticiários, vê nos jornais, as pessoas estão angustiadas, estão depressivas, não estão conseguindo controlar as emoções. E a pandemia veio agravar isso. Não sei se isso é uma implicação por conta de ter ficado preso em casa com aquele medo da morte, uma coisa nova, assustadora. Então, os jovens, por exemplo, no âmbito escolar eu percebo que os jovens voltaram com uma angústia, uma depressão, crise de ansiedade, que assim, quando a gente começou a aula, eu sou POC meu cargo é Professora Orientadora de Convivência o que seria o mediador. Por dia, só na primeira semana, eu recebia assim seis, sete alunos chorando em crise e falando que queria ir embora, com síndrome do pânico ou possível uns diagnosticados, outros não, né, mas é..., os sintomas eram grandes. E... e aí bate na gente enquanto educadora, a questão do medo do suicídio. Muita mãe chegou e conversou com a gente, olha a minha filha nessa pandemia, tentou cortar os pulsos, não estava na escola, não foi no âmbito escolar, mas aconteceu. Ah, minha filha já tocou no assunto de suicídio e... porque ela acha que não tem, não tem razão de viver e eu tô levando ao psicólogo. Por onde eu entro, o meu papel? Eu indico, psicólogo, eu tenho parcerias com faculdades que indicam psicólogo e até pra depois passar por psiquiatra, terapeuta. Tudo isso a gente faz uma busca. E... e o fato de ter acontecido muito desses casos na pandemia, nas casas dos alunos, eu acho que não nos isenta de, de, de, de da responsabilidade de trabalhar isso. É muito importante. Por quê? Porque a escola é ensinamento, é educação não é só a matéria, o currículo. Faz parte do currículo a sua vida, o seu pessoal. Se você não tiver bem por dentro, você não tiver bem consigo mesmo, como que você vai aprender? E eu acho que é uma coisa que a gente não pode deixar de lado, ah, não vamos comentar por que de repente pode dar ideia do outro cometer, são as realidades da vida. Se for assim, ninguém assistiria novela, ninguém assistiria um desenho porque qualquer coisa quando o pica-pau pula lá do, do, da catarata, é um possível suicídio é que no desenho não ocorre, mas então, a gente tem que achar que saber direcionar, trabalhar com profissionais que realmente entendem do assunto, que saibam abordar de maneira verdadeira e leve ao mesmo tempo, isso é muito importante. Então o que acontece, aqui nós não tivemos nenhum caso nessa escola, de

suicídio. Pelo menos que eu me lembro, eu estou aqui há 22 anos trabalhando como professora em sala, já estive na coordenação por 8 meses, voltei para a sala e agora eu estou como POC, estou fora da sala como professora mediadora, mas o que acontece? Não tivemos que eu me lembre, não me lembro de suicídio aqui, mas eu volto a repetir, não isenta de a gente trabalhar, da nossa responsabilidade de trabalhar isso. Então, o que que a gente faz aqui? Mas tem um tabu, tem uma implicação, que é o medo. Isso eu acho que, de um modo geral, na educação, de famílias que não entende porque você está lidando com pessoas, com famílias que têm culturas e pensamentos diferentes. Nós somos instituição escola, sim, agimos dentro da legislação, sim, mas tem a dor de cabeça de, por exemplo, se abordar um assunto e o pai se sentir ofendido, ter essa, essa cabeça de que: há, você tá falando sobre esse assunto, você tá dando ideia pro meu filho, não está educando, isso não é bom. É como falar sobre diversos outros assuntos, sei lá, LGBTQI+, tudo isso implica uma discussão e são assuntos muito polêmicos. No entanto, o que a gente faz aqui nessa escola a gente tem muito cuidado, então a gente sempre trabalhou, por exemplo, desde que surgiu o setembro amarelo, que a gente fala sobre o suicídio, a gente faz projeto e pede para os alunos virem de camisetinha amarela, solta bexiga amarela é... traz palestrante, mas sempre com cuidadinho cuidadozinho de trazer alguém que realmente saiba sobre o assunto, saiba ministrar esse assunto que tenha competência para fazer isso. Não que nós, professores, não falemos a respeito, mas a gente fala de uma maneira mais leve, mais superficial, porque a gente também pode fazer uma coisa errada, medo também da nossa falta de preparo a gente tem um medo da falta de preparo também. Não que a gente não toque, mas tem medo de ir muito a fundo por despreparo porque nós não temos capacitação para isso. O ideal seria que nós, professores, tivéssemos uma capacitação, uma sugestão aí, para poder abordar determinados assuntos como no caso do suicídio, que é algo importante que a gente precisa sim trabalhar e muitas vezes o profissional não sabe como. Então a gente vai lá, corre atrás de palestrante, do pessoal que a gente sabe que é da área, psicólogo, psiquiatra até isso a gente faz parceria para trazer palestras, faz um movimento, conversa com professor de sociologia e filosofia que abrange mais a questão da sociedade como um todo e prepara uma aulinha diferente. A gente faz todo um estudo na ATPC que são reuniões que nós temos para decidir como nós vamos abordar esse, essa forma e esperando de repente alguém da família ser contra, mas sempre respaldado dentro da lei. A gente tem todo..., a gente tem um lado positivo que a gente sabe a consciência da nossa responsabilidade e a lei, mas a gente tem um lado negativo porque a gente tem medo da reação de algumas famílias, da reação do nosso despreparo para falar sobre o assunto, muitas vezes, porque nós fomos criados muitas vezes, por exemplo, eu tenho 49 anos e a minha mãe dizia que suicídio é pra quem não tem fé, suicídio

é pra quem não tem Deus no coração, suicídio tá com frescura, vai pegar uma vassoura e vai varrer. Então muitos professores são antigos e foram criados, a gente estudou, aprendeu que não é bem assim, mas tem pai que ainda pensa assim, então como abordar essas questões? Então, a gente trabalha com essa questão de palestras, de, de, de fazer reuniões nos ATPC's e discutir o que que a gente vai trabalhar nessa semana ou nesse mês do do suicídio que acho que será no setembro amarelo, né? Setembro amarelo, que é o suicídio? Tá, mas é porque agora também teve um negócio de maio de maio amarelo que eu vi aí pelas ruas. Mas sempre era setembro amarelo, que era suicídio agora não sei se mudou o calendário, mas qualquer maneira no momento que é coordenado para a gente discutir isso que vem da, da diretoria de ensino, né, os meses que vão fazer a, a, a reflexão, a parada de reflexão a gente faz, a gente não se isenta disso. E eu acho extremamente importante que as escolas não se isentem, apesar de saber que muitas escolas se isentam sim pelo medo do preparo do profissional da educação, pelo medo da família, pelo medo das implicações que pode pôr por uma questão cultural e preconceituosa que as pessoas têm: ah, seu falar eu vou dar ideia. Como eu te falei no começo aqui, então a gente sabe que acho que uma grande maioria da escola, das escolas, uma grande maioria até se isenta, prefere não tocar no assunto. E isso é muito triste. Se nós tivéssemos, volto a repetir políticas públicas que investissem no nosso, na, na em orientações técnicas para nós e preparo para a gente saber que isso é importante para a gente também quebrar os nossos tabus para depois enfrentar o nosso adolescente e falar sobre isso com propriedade isso daria muito mais espaço pra fazer o trabalho que nossa escola já faz e talvez seria ainda mais o nosso trabalho. Acho que eu me lembre assim, é isso.

APÊNDICE B – TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido de Participação em Pesquisa Clínica.

TCLE - Termo de Consentimento livre e esclarecido para Participação em Pesquisa Científica:

Nome do participante: _____

Endereço: _____

Telefone para contato: _____ Cidade: _____ CEP: _____

E-mail: _____

1. Título do Trabalho Experimental: Suicídio e Ensino Básico: vozes do inaudito.

2. Objetivo: O objetivo deste trabalho é investigar a relação entre suicídio e educação e os possíveis impactos no ensino básico. Compreender a percepção dos diretores, coordenadores e professores acerca do tema; identificar possíveis entraves e tabus que impedem discussões e projetos; encontrar possibilidades e caminhos para a realização de políticas públicas que tratem o fenômeno estudado.

3. Justificativa: Segundo a Organização Mundial da Saúde, a quarta maior causa de morte por suicídio ocorre frequentemente entre jovens de 15 a 29 anos. Esta mesma organização reconhece a existência de algumas barreiras para se pensar intervenções relativas ao tema no ambiente escolar. A escola, como é uma das instituições fundamentais no compromisso com a vida e no combate das ideações e mortes por suicídio no Brasil e no mundo, pode auxiliar a diminuir esse quadro.

4. Procedimentos da Fase Experimental: Senhor(a) está sendo convidado(a) a participar da pesquisa “Suicídio e ensino básico: vozes do inaudito” e para isso concorda em realizar apenas uma entrevista, que pode ser realizada presencialmente ou por via remota em computador ou celular. Não tem um tempo determinado, pois depende do quanto se está disponível para contar sua percepção acerca da questão.

5. Desconforto ou Riscos Esperados: Entrevistas não causam danos ao físico, mas podem causar constrangimentos de ordem pessoal e emocional e se isto ocorrer você pode interromper a entrevista a qualquer momento sem nenhum prejuízo.

6. Medidas protetivas aos riscos: As entrevistas serão realizadas em local reservado e de sua escolha, se forem presenciais. Caso a entrevista seja pela via remota asseguramos que a sua resposta será guardada e somente os pesquisadores terão acesso a ela. No caso de algum desconforto, o pesquisador, psicólogo cadastrado no Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, oferecerá atendimento psicológico.

7. Medidas protetivas aos riscos: Não há benefício específico, embora a entrevista se configure como um espaço para o(a) participante discutir e refletir sobre o suicídio e a educação básica.

8. Métodos Alternativos Existentes: Não se aplica.

9. Retirada do Consentimento: Informamos que a qualquer momento e qualquer tempo você pode retirar seu consentimento caso decida não participar da pesquisa.

10. Garantia do Sigilo: Os pesquisadores se responsabilizam por manter guardada sua entrevista. Serão empregados nomes fictícios para que você não seja identificado(a) em caso de os resultados forem publicados em eventos ou em periódicos científicos.

11. Formas de Ressarcimento das Despesas decorrentes da Participação na Pesquisa: Informamos que não há benefício direto a você e nenhum pagamento pela entrevista que você concederá a um pesquisador.

12. Local da Pesquisa: Será combinado com você o local mais adequado ou será realizada a entrevista via remota.

13. Nome Completo e telefones do Pesquisador para Contato: Mestrando Marcel Silva Barbosa - (11) 99552-1888. Orientadora: Elaine Teresinha Dal Mas Dias.

14. Eventuais intercorrências que vierem a surgir no decorrer da pesquisa poderão ser discutidas pelos meios próprios.

São Paulo, ____ de _____ de 2023.

Assinatura – Entrevistado(a)